



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE
E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

HENRIQUE DE SOUZA FERREIRA

**O RETORNO ECONÔMICO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES
DE PAZ DA ONU: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO *SMART POWER***

Brasília - DF
2025

HENRIQUE DE SOUZA FERREIRA

**O RETORNO ECONÔMICO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES
DE PAZ DA ONU: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO *SMART POWER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima.

Brasília - DF
2025

HENRIQUE DE SOUZA FERREIRA

**O RETORNO ECONÔMICO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES
DE PAZ DA ONU: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO *SMART POWER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Brasília, 26 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima (Orientador)
Escola Superior de Defesa - ESD

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira (Examinador interno)
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Carlos Eduardo Gomes (Examinador externo)
Escola Superior de Defesa - ESD

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação representa mais do que um marco acadêmico: é a síntese de um percurso repleto de desafios, aprendizados e apoio de pessoas fundamentais.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. José Roberto Pinho de Andrade Lima, pelo acompanhamento atento e pelas valiosas contribuições ao longo da pesquisa. Estendo minha gratidão a todos os professores da Universidade de Brasília e da Escola Superior de Defesa, que, com dedicação e excelência, foram essenciais para minha formação e crescimento intelectual.

Aos colegas de turma, pelo companheirismo e troca constante de experiências. Em especial, ao Felipe Sobreira Campos da Costa e à Brena Conon Oliveira de Paula Rodrigues, pela parceria generosa e presença firme em tantos momentos desta jornada.

Aos meus pais, Regina Maria Tierno de Souza Ferreira e Alexandre de Souza Ferreira, agradeço por todo amor, apoio e exemplo. Vocês são meu alicerce e inspiração.

Em especial ao meu marido, Fernando Henrique de Sá Caixeta, minha mais profunda gratidão. Sua paciência, incentivo e presença incondicional foram essenciais para que este trabalho se concretizasse.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa, deixo minha sincera gratidão. Este trabalho é também fruto da confiança e do afeto que recebi ao longo dessa caminhada.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo central investigar os impactos econômicos da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da perspectiva estratégica do *smart power*, conceito que envolve a combinação inteligente de instrumentos tradicionais de coerção e dissuasão militar (*hard power*) com mecanismos de influência, legitimidade e cooperação internacional (*soft power*), com vistas à ampliação da capacidade de inserção e projeção do país no cenário global. A hipótese que norteia a pesquisa é a de que a participação brasileira em operações de paz tem impulsionado sua posição diplomática, favorecido relações comerciais e investimentos nos países-alvo e beneficiado a indústria de defesa nacional, ainda que sem obter resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança da ONU. Para testar essa hipótese, o estudo se vale de metodologia qualitativa, com análise documental, revisão bibliográfica e levantamento de dados quantitativos disponíveis em fontes oficiais e acadêmicas, sendo estruturado a partir de três estudos de caso representativos: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT). A seleção dos casos levou em conta critérios como relevância geopolítica, escala de participação brasileira, complexidade operacional e possibilidade de aferição de retornos econômicos. Os resultados encontrados indicam que, embora o retorno financeiro direto das operações – por meio de reembolsos pagos pela ONU – seja limitado frente ao esforço orçamentário despendido, há evidências concretas de ganhos indiretos expressivos, como o fortalecimento da imagem internacional do país, o aumento das exportações para as regiões impactadas pelas missões, a expansão de canais de cooperação bilateral e multilateral, a qualificação operacional das Forças Armadas e o estímulo à BID nacional. Ademais, constata-se que tais operações têm sido instrumentalizadas como plataforma de visibilidade para a diplomacia brasileira em fóruns multilaterais, permitindo o reposicionamento do país em termos de capital político e normativo, especialmente no que se refere à defesa de uma ordem internacional mais inclusiva e democrática. Contudo, a análise também revela limitações estruturais e institucionais relevantes, como a inexistência de uma política pública coordenada entre os ministérios envolvidos, a descontinuidade de estratégias de longo prazo, a subutilização dos ganhos de reputação e a fragilidade do vínculo entre as missões e uma agenda econômica de Estado. Ao final, conclui-se que a participação brasileira em operações de paz, quando concebida e executada sob o paradigma do *smart power*, gera benefícios econômicos, diplomáticos e estratégicos ao país, desde que integrada a um projeto nacional de desenvolvimento que reconheça o valor geopolítico e econômico da atuação internacional como ferramenta de fortalecimento da segurança, da influência global e da competitividade econômica do Brasil.

Palavras-chave: Economia; *Smart Power*; Operações de Paz da ONU; Comércio Exterior; Relações Internacionais.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the economic impacts of Brazil's participation in United Nations (UN) peacekeeping operations from the strategic perspective of smart power, a concept that combines the traditional instruments of military coercion and deterrence (hard power) with mechanisms of influence, legitimacy, and international cooperation (soft power), with the purpose of enhancing the country's capacity for global insertion and projection. The guiding hypothesis of this research is that Brazil's involvement in peacekeeping operations has strengthened its diplomatic standing, fostered trade relations and investments in host countries, and benefited the national defense industry, even though it has not achieved concrete results in the reform of the UN Security Council. To test this hypothesis, the study employs a qualitative methodology, including document analysis, literature review, and the collection of quantitative data from official and academic sources. It is structured around three representative case studies: the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL), and the United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT). The selection of these cases considered criteria such as geopolitical relevance, the scale of Brazilian participation, operational complexity, and the possibility of assessing economic returns. The findings indicate that, although the direct financial return from peace operations—through UN reimbursements—remains limited compared to the budgetary effort involved, there is concrete evidence of significant indirect gains. These include the strengthening of Brazil's international image, the growth of exports to regions impacted by the missions, the expansion of bilateral and multilateral cooperation channels, the operational enhancement of the Armed Forces, and the stimulation of the national Defense Industrial Base (DIB). Furthermore, the research reveals that these operations have been instrumentalized as a platform of visibility for Brazilian diplomacy in multilateral forums, enabling the country to reposition itself in terms of political and normative capital, particularly in advocating for a more inclusive and democratic international order. Nevertheless, the analysis also highlights important structural and institutional limitations, such as the absence of coordinated public policy among the ministries involved, the discontinuity of long-term strategies, the underutilization of reputational gains, and the fragile linkage between peace operations and a broader state economic agenda. In conclusion, the dissertation argues that Brazil's participation in peacekeeping operations—when conceived and executed under the smart power paradigm—generates economic, diplomatic, and strategic benefits for the country, provided that such participation is integrated into a national development project that acknowledges the geopolitical and economic value of international engagement as a tool for strengthening Brazil's security, global influence, and economic competitiveness.

Keywords: Economy; Smart Power; UN Peacekeeping Operations; Foreign Trade; International Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Dinâmica de Oferta e Demanda nas Operações de Paz com Participação do Brasil.....	38
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações Brasileiras para Países com Missões da ONU (em US\$ milhões).....	23
Gráfico 2 - Evolução da Participação Brasileira em Operações de Paz da ONU (2000–2022).....	55
Gráfico 3 - Evolução do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (2004–2022).....	62
Gráfico 4 - Crescimento Percentual das Exportações Brasileiras para Países com Missões de Paz (2000–2022).....	73
Gráfico 5 - Crescimento das Exportações Durante Missões de Paz da ONU.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fontes dos dados obtidos.....	14
Tabela 2 - Principais impactos econômicos consequentes de missões da ONU.....	15
Tabela 3 - Exportações da Base Industrial de Defesa Brasileira nos Períodos das Missões de Paz (valores em milhões de US\$).....	32
Tabela 4 - Exportações Bilaterais por País e Missão da ONU (em US\$ milhões).....	67
Tabela 5 - Indicadores Econômicos Associados à Participação Brasileira em Missões da ONU.....	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização do Tema	9
1.2 Justificativa para a Escolha do Tema	10
1.3 Problema de Pesquisa	12
1.4 Hipótese	12
1.5 Objetivos da Pesquisa	12
1.6 Metodologia da Pesquisa	13
1.7 Estrutura da Dissertação	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 O Conceito de Smart Power e sua Aplicação às Relações Internacionais	25
2.2 O Brasil e as Operações de Paz da ONU	27
2.3 Economia da Defesa e sua Importância para o Desenvolvimento Nacional	31
2.4 Os Efeitos Econômicos das Operações de Paz da ONU	34
2.5 Oportunidades e Desafios para o Brasil	51
3 RESULTADO DA ANÁLISE EMPÍRICA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM OPERAÇÕES DE PAZ	54
3.1 O Brasil em Operações de Paz: Evolução e Tendências	54
3.2 Impacto das Operações de Paz no Comércio Exterior Brasileiro	56
3.3 Impactos Políticos e Estratégicos da Participação Brasileira	58
3.4 Efeitos sobre os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)	60
3.5 Crescimento da Base Industrial de Defesa (BID)	63
3.6 Análise Comparativa com Outros Países	65
3.7 Síntese dos Principais Resultados da Análise	69
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	71
4.1 Interpretação dos Impactos no Comércio Exterior	72
4.2 O Papel das Operações de Paz na Atração de Investimentos Estrangeiros	75

4.3 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)	78
4.4 Comparação Internacional e Desafios para o Brasil	81
4.5 Desafios e Limitações da Estratégia Brasileira	85
4.6 Oportunidades para Aperfeiçoamento da Estratégia.....	86
4.7 Conclusões e Recomendações.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	101

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Tema

A participação do Brasil em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido um elemento fundamental da política externa e de defesa do país. Desde sua inserção no sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem buscado consolidar sua influência global por meio de uma abordagem diplomática pautada no multilateralismo e na cooperação para a segurança internacional.

A relação entre segurança internacional e desenvolvimento econômico tem sido amplamente estudada por teóricos das relações internacionais e da economia política internacional. O Brasil, principalmente ao longo das últimas décadas, tem buscado fortalecer sua posição global por meio de sua participação em operações de paz da ONU, combinando elementos de *hard power* e *soft power* para consolidar uma estratégia de *smart power* (Nye, 2004). Essa abordagem permite ao país não apenas contribuir para a estabilidade internacional, mas também gerar efeitos colaterais positivos sobre sua economia e inserção internacional, alinhando-se à perspectiva de que segurança, reputação e cooperação são ativos estratégicos na política externa (Chatin, 2019).

Nesse contexto, a estratégia do *smart power* tem se tornado um conceito central para entender o papel do Brasil nas operações de paz. De acordo com Nye (2004), o *smart power* representa a capacidade de combinar coerentemente o uso do poder coercitivo, característico do *hard power*, com a capacidade de atração e persuasão do *soft power*. Tal formulação ganhou força na política externa brasileira a partir dos governos Lula e Dilma, nos quais se destacaram ações diplomáticas voltadas à cooperação Sul-Sul e à consolidação de valores democráticos, humanitários e culturais, fortalecendo o *smart power* brasileiro por meio da cooperação internacional (Souza, 2022). Essa projeção de poder híbrido fortalece a posição do Brasil no cenário internacional e pode trazer impactos econômicos e políticos significativos, sobretudo em termos de atração de investimentos e abertura de mercados para produtos da Base Industrial de Defesa (BID) (Passos, 2022).

A segurança global e a estabilidade política são fatores fundamentais para o crescimento econômico sustentável. A previsibilidade institucional e a paz são

determinantes na atração de investimentos e o crescimento econômico sustentável (Blanchard; Johnson, 2017). Essa perspectiva reforça a relevância de analisar como a participação do Brasil em missões internacionais pode servir como um mecanismo de fortalecimento da economia nacional. Nesse sentido, operações como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) destacam-se como plataformas nas quais a atuação militar se alia a iniciativas diplomáticas e de cooperação, favorecendo tanto a projeção de valores como a geração de oportunidades econômicas (Kenkel, 2010; Farias; Martins, 2019).

Em um cenário de crescente competição geopolítica, a participação do Brasil em operações de paz pode também ser vista como um vetor de projeção de influência e como um meio para consolidar relações comerciais estratégicas. A literatura econômica sobre segurança internacional indica que países envolvidos em missões de paz tendem a fortalecer suas relações comerciais com as nações assistidas, o que pode gerar externalidades positivas para as empresas nacionais (Gomes *et al.*, 2017). Esse aspecto reforça a necessidade de se investigar o impacto econômico dessas operações sob a ótica da política externa e do desenvolvimento industrial, com especial atenção para o papel da Base Industrial de Defesa como instrumento de poder dissuasório e de inserção no mercado global (Passos, 2022).

A presente dissertação tem como objetivo, por conseguinte, investigar os impactos econômicos da participação das Forças Armadas em operações de paz da ONU, especificamente através da projeção do *smart power* brasileiro. Esse estudo se insere em um debate acadêmico e político mais amplo sobre os efeitos da diplomacia militar e da cooperação internacional na economia e no desenvolvimento nacional.

1.2 Justificativa para a Escolha do Tema

A escolha deste tema se justifica por diversos fatores que envolvem a interseção entre relações internacionais, economia política e estudos estratégicos. Primeiramente, o Brasil tem desempenhado um papel relevante nas operações de paz da ONU, particularmente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e na Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT). A análise dos impactos

dessas missões permite avaliar como a atuação internacional do Brasil pode ser traduzida em ganhos econômicos e estratégicos.

Em segundo lugar, a literatura especializada ainda apresenta lacunas significativas quanto à análise empírica dos impactos econômicos da atuação do Brasil em operações de paz sob a ótica do *smart power*. Embora a teoria desenvolvida por Joseph Nye (2004) forneça um arcabouço conceitual robusto ao articular as dimensões de *soft power* e *hard power*, poucos estudos se dedicam a aplicar esse referencial à realidade brasileira, especialmente no que se refere aos efeitos tangíveis dessas missões sobre o comércio exterior, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Como destaca Chatin (2019), o Brasil é frequentemente classificado como uma potência média que, por limitações estruturais no campo militar, tem no *soft power* não uma opção, mas uma necessidade para alcançar projeção internacional. Nesse sentido, a atuação em missões da ONU revela-se estratégica não apenas sob o ponto de vista político, mas também como potencial indutor de ganhos econômicos. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 2020, há evidências de que países que exercem papel ativo na segurança internacional tendem a atrair mais Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e a consolidar relações comerciais mais estáveis. Ademais, conforme observam Passos (2022) e Kenkel (2010), a exposição internacional gerada pela participação em operações militares da ONU pode ser explorada como plataforma de projeção da indústria nacional de defesa, favorecendo o aumento das exportações e a diversificação dos mercados atendidos.

Além disso, a BID brasileira tem se mostrado um setor estratégico para a economia nacional. O envolvimento do Brasil em operações da ONU pode servir como uma plataforma para a promoção da indústria de defesa, favorecendo o crescimento de exportações e atração de parcerias internacionais. Esse fenômeno é evidenciado em estudos de Passos (2022), que indicam que países com participação ativa em missões militares internacionais tendem a expandir suas cadeias produtivas no setor de defesa e segurança.

Por fim, compreender os impactos econômicos da participação do Brasil em operações de paz pode gerar *insights* valiosos para a formulação de políticas

públicas e estratégias de defesa, bem como para a avaliação da viabilidade de um maior envolvimento brasileiro nesse tipo de iniciativa internacional.

1.3 Problema de Pesquisa

A questão central que orienta esta pesquisa é: qual é o impacto econômico da participação das Forças Armadas em operações de paz da ONU, por meio da projeção do *smart power* brasileiro, sobre o desenvolvimento econômico nacional, o comércio internacional e a atração de investimentos estrangeiros?

Essa pergunta se desdobra em questionamentos secundários, tais como:

- A participação do Brasil em operações de paz da ONU influencia suas relações comerciais internacionais, e consolida a importância do Brasil no cenário mundial?
- Existem evidências de que o envolvimento brasileiro em operações de paz impacta positivamente a atração de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa?
- De que forma o *smart power* brasileiro se diferencia de abordagens tradicionais de projeção de poder?

1.4 Hipótese

A participação brasileira em operações de paz tem impulsionado sua posição diplomática, favorecido relações comerciais e investimentos em países-alvo, beneficiado a indústria de defesa brasileira, mas sem resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança da ONU.

1.5 Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral:

- Investigar os impactos econômicos da participação das Forças Armadas em operações de paz da ONU, sob a ótica da projeção do *smart power* brasileiro.

Objetivos Específicos:

1. Analisar os efeitos da participação brasileira em operações de paz sobre o comércio internacional do país;
2. Examinar a relação entre o envolvimento brasileiro em missões de paz e a atração de investimentos estrangeiros diretos;
3. Avaliar as implicações estratégicas da projeção do *smart power* brasileiro para a política externa e de defesa do país; e
4. Identificar os benefícios indiretos da diplomacia militar brasileira para o desenvolvimento econômico e político do Brasil.

1.6 Metodologia da Pesquisa

A metodologia utilizada nesta dissertação buscou analisar de maneira sistemática os impactos econômicos da participação brasileira em operações de paz da ONU. Para tanto, adotou-se uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Esta escolha permite uma análise holística do fenômeno, ao mesmo tempo em que garante rigor científico na mensuração de variáveis relacionadas ao comércio exterior, Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e crescimento da Base Industrial de Defesa (BID).

A triangulação de métodos contribui para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados. Assim, a pesquisa combina análise documental, estudos de caso e levantamento estatístico para testar as hipóteses formuladas neste Capítulo.

1.6.1 Estratégia de Pesquisa

A pesquisa adota um desenho exploratório-explicativo, pois busca tanto descrever a relação entre as operações de paz e a economia brasileira quanto explicar os mecanismos que sustentam essa relação. Para isso, divide-se em três fases:

1. Fase qualitativa exploratória: Levantamento e análise da literatura sobre *smart power*, economia da defesa e impactos econômicos das operações de paz;
2. Fase quantitativa: Coleta e análise de dados estatísticos sobre comércio exterior, investimentos estrangeiros diretos e crescimento da indústria de defesa; e

3. Estudos de caso: Avaliação detalhada das missões MINUSTAH (Haiti), UNIFIL (Líbano) e UNMIT (Timor-Leste).

1.6.2 Coleta de Dados

A coleta de dados combina fontes primárias e secundárias, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Fontes dos dados obtidos

Tipo de Dados	Fonte
Relatórios oficiais	ONU, Ministério da Defesa, Itamaraty
Estatísticas econômicas	Banco Mundial, UNCTAD, IBGE
Estudos acadêmicos	Periódicos científicos e relatórios técnicos
Dados de exportação	Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A combinação dessas fontes permite uma triangulação robusta, assegurando maior confiabilidade às análises.

1.6.3 Métodos Qualitativos

A abordagem qualitativa tem como foco a revisão bibliográfica e a análise documental. A análise documental é uma técnica essencial para compreender processos históricos e institucionais, sendo aplicada nesta pesquisa para examinar políticas brasileiras de participação em missões de paz.

A pesquisa qualitativa permitirá analisar discursos diplomáticos, políticas governamentais e percepções internacionais sobre o papel do Brasil nas operações de paz. Serão utilizados como referenciais teóricos os conceitos de *soft power*, *hard power* e *smart power*, conforme estabelecidos por Nye (2004). A revisão bibliográfica incluirá publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), documentos oficiais da ONU e relatórios do Ministério da Defesa do Brasil.

Além disso, são utilizados estudos de caso para aprofundar a compreensão dos impactos específicos das operações de paz na economia brasileira.

1.6.3.1 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica engloba teses, dissertações, artigos científicos, obras clássicas e contemporâneas sobre:

- *Smart power* e segurança internacional;
- Economia da defesa e crescimento industrial;
- Impactos econômicos das operações de paz; e
- Integração entre política externa e economia.

1.6.3.2 Estudos de Caso

Os estudos de caso foram selecionados com base na representatividade e no impacto econômico das missões, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Principais impactos econômicos consequentes de missões da ONU

Missão	Período	Principais Impactos Econômicos
MINUSTAH	2004-2017	Aumento das exportações brasileiras para o Haiti; inserção de empresas brasileiras em projetos de infraestrutura e serviços básicos financiados por organismos multilaterais; e visibilidade internacional da BID.
UNIFIL	2011-2020	Estímulo à cadeia naval e logística brasileira; fortalecimento da BID no setor marítimo; e projeção internacional da Marinha e ampliação do prestígio técnico em consórcios internacionais.
UNMIT	2006-2012	Valorização da expertise brasileira em segurança pública e reforma institucional; fortalecimento da diplomacia técnica; e estímulo à presença brasileira em mercados não tradicionais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Farias e Martins (2019), Andrade, Hamann e Soares (2019), Passos (2022), Kenkel (2010) e ONU - UN Comtrade (2023).

A análise desses casos busca identificar padrões comuns entre as operações de paz e seus efeitos sobre a economia brasileira.

1.6.4 Métodos Quantitativos

A abordagem quantitativa foi utilizada para medir o impacto econômico da participação brasileira nas operações de paz. Para tal, foi realizado um levantamento estatístico com base em dados fornecidos por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Foram analisadas séries históricas de fluxos comerciais, investimentos estrangeiros diretos (IED) e indicadores de desenvolvimento econômico em países que receberam missões de paz com presença brasileira.

O método empregado consiste em:

- Análise descritiva de dados: Avaliação do crescimento das exportações e da Base Industrial de Defesa (BID), e observação da evolução dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em correlação temporal com os períodos de participação brasileira nas missões de paz.

A coleta de dados foi realizada a partir de duas principais fontes: análise documental e estudos de caso. O objetivo é garantir a robustez das evidências e possibilitar a triangulação dos achados.

1.6.4.1 Análise Documental

A análise documental incluiu relatórios de missões de paz publicados pela ONU, atas de reuniões do Conselho de Segurança e documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores. A triangulação dessas fontes permitiu uma avaliação precisa da evolução do engajamento brasileiro e de suas repercussões no cenário internacional.

1.6.4.2 Estudos de Caso

Para fins comparativos e para melhor aferição dos impactos, foram selecionadas três operações com perfis complementares para estudo de caso, mais alinhadas à estratégia de *smart power*: MINUSTAH, UNIFIL e UNMIT. A análise dos efeitos econômicos diretos de cada uma dessas operações baseia-se nos achados de autores-chave referenciados neste trabalho. Os impactos da MINUSTAH são analisados principalmente a partir dos estudos de Farias e Martins (2019) e Andrade, Hamann e Soares (2019). A participação na UNIFIL é contextualizada pelas pesquisas de Ayres Pinto e Mesquita (2012) e Rocha (2024), enquanto a atuação na UNMIT tem como referência central a análise de Andrade, Hamann e Soares (2019):

- MINUSTAH (Haiti, 2004-2017): A liderança brasileira na missão de estabilização no Haiti resultou no aumento expressivo das

exportações brasileiras para o país, especialmente nos setores de alimentos, materiais de construção e veículos. A atuação do Brasil favoreceu a inserção de empresas nacionais em projetos de infraestrutura e serviços básicos, ampliando o escopo de atuação da Base Industrial de Defesa (BID) e de grandes construtoras brasileiras. A presença prolongada e visível do Brasil consolidou sua reputação internacional como ator confiável em segurança e desenvolvimento, facilitando o acesso a contratos financiados por organismos multilaterais;

- UNIFIL (Líbano, 2011-2020): A análise concentrar-se-á especificamente no período em que a Marinha do Brasil participou da missão com o envio de sua fragata e a liderança da Força-Tarefa Marítima da ONU. Esse protagonismo naval foi decisivo para estimular diretamente a indústria naval e de defesa brasileira, especialmente em áreas como manutenção de navios, logística, abastecimento e treinamento de pessoal. A presença qualificada da Marinha contribuiu para projetar o Brasil como provedor de segurança marítima e tecnologia de defesa naval, promovendo a valorização da BID junto a mercados especializados e consolidando a capacidade brasileira em operações navais de alta complexidade geopolítica; e
- UNMIT (Timor-Leste, 2006-2012): A atuação brasileira em Timor-Leste produziu efeitos econômicos mais sutis, porém consistentes com os pilares do *smart power* e com o perfil da missão, focada na reconstrução institucional de Timor-Leste. A contribuição do Brasil, por meio do envio de policiais federais, peritos em segurança pública e especialistas civis, resultou na valorização da diplomacia técnica nacional, permitindo a abertura de novos canais de cooperação com países do Sudeste Asiático e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). O envolvimento brasileiro contribuiu para o reconhecimento internacional de sua capacidade em reforma do setor de segurança, fortalecendo a

imagem do país como exportador de conhecimento institucional e boas práticas de governança.

A seleção desses casos possibilitou a análise comparativa dos efeitos da presença militar brasileira sobre o comércio exterior, investimentos e relações diplomáticas.

1.6.5 Critérios de Análise

A pesquisa seguiu critérios de análise estruturados com base nos seguintes indicadores:

1.6.5.1 Indicadores Econômicos

- Evolução das exportações brasileiras para países com presença militar brasileira em missões de paz;
- Atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil e nos países onde atuou; e
- Impacto sobre a indústria de defesa brasileira, incluindo a expansão do setor e acordos comerciais resultantes da participação em missões da ONU.

1.6.5.2 Indicadores Políticos e Estratégicos

- Posicionamento do Brasil em organismos multilaterais antes e após as missões de paz;
- Impacto na percepção da liderança brasileira em segurança internacional, considerando discursos e resoluções da ONU; e
- Correlação entre missões de paz e pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

1.7 Estrutura da Dissertação

A dissertação estará organizada conforme os seguintes capítulos:

- Capítulo 1: Introdução - contextualização, justificativa, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos e metodologia;

- Capítulo 2: Fundamentação Teórica - conceitos de *smart power*, economia da defesa e comércio internacional;
- Capítulo 3: Resultado da Análise Empírica dos Impactos Econômicos da Participação Brasileira em Operações de Paz - impactos econômicos das operações de paz;
- Capítulo 4: Discussão dos Resultados - interpretação dos achados empíricos; e
- Capítulo 5: Considerações Finais - síntese dos principais resultados e implicações futuras.

Este primeiro capítulo estabelece as bases para a dissertação, definindo a relevância do tema e os objetivos da pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos adotados. Nos capítulos seguintes, os dados coletados serão analisados de forma detalhada, buscando responder às hipóteses levantadas e fornecer recomendações para otimizar a participação brasileira em missões internacionais sob uma perspectiva econômica.

Além disso, o envolvimento do Brasil em operações de paz pode ser um instrumento estratégico para fortalecer sua economia e consolidar sua presença global. A compreensão dos impactos econômicos dessa atuação permitirá avaliar a eficácia da política externa brasileira e fornece diretrizes para aprimorar a relação entre defesa, desenvolvimento econômico e comércio internacional.

Por fim, a pesquisa busca oferecer contribuições práticas para formuladores de políticas públicas, empresas do setor de defesa e especialistas em economia internacional, além de subsidiar possíveis estudos posteriores sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão do papel do Brasil em operações de paz da ONU requer, inicialmente, uma análise conceitual do poder nas relações internacionais, com ênfase na teoria do *smart power*. Esse conceito, desenvolvido por Joseph Nye (2004), articula-se como a síntese entre o *hard power* — poder de coerção, baseado na força militar e na pressão econômica — e o *soft power*, que se baseia na capacidade de atrair e influenciar por meio de valores, cultura, diplomacia e cooperação.

Nye (2004) afirma que há três maneiras de influenciar os outros: ameaçá-los com porretes, recompensá-los com cenouras ou atraí-los para que queiram o que você quer, sendo esta última a mais eficiente e menos custosa em contextos de interdependência global. A teoria do *smart power* ganha especial relevância ao analisar o Brasil como potência média, cuja limitação de instrumentos coercitivos clássicos leva à valorização de estratégias baseadas em cooperação multilateral e reputação internacional (Chatin, 2019). Assim, a participação em operações de paz emerge como uma ferramenta híbrida de projeção internacional, combinando a presença militar com a promoção de valores pacíficos, apoio ao desenvolvimento e reforço institucional dos países-alvo das missões (Farias; Martins, 2019).

Essa atuação, ao mesmo tempo simbólica e prática, sustenta-se em fundamentos da economia política internacional, conforme defendem Mankiw (2019) e Pecequillo (2003), ao demonstrarem que o investimento em segurança coletiva pode resultar em benefícios econômicos indiretos, como fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), incremento das exportações e atração de investimentos estrangeiros. No caso brasileiro, o engajamento em missões como a MINUSTAH, a UNIFIL e a UNMIT evidencia uma estratégia diplomática de longo prazo, voltada para o reconhecimento internacional e a consolidação de uma imagem de liderança responsável, pacífica e solidária no Sul Global (Medeiros; Ayres Pinto, 2013; Kenkel, 2010).

Dentre os elementos constitutivos do *smart power*, destaca-se a capacidade de um Estado articular seus recursos diplomáticos e militares em iniciativas que reforcem sua reputação internacional e seu papel como promotor da estabilidade. A projeção do Brasil por meio da liderança em missões de paz, sobretudo

na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), exemplifica essa abordagem estratégica.

Conforme De Resende Silva (2021), a atuação brasileira no Haiti combinou presença militar com ações humanitárias, construção de infraestrutura e apoio à governança, resultando na consolidação de uma imagem de potência comprometida com o multilateralismo e com a resolução pacífica de conflitos. Esse modelo de engajamento, denominado por Kenkel (2010) como *Brazilian Way of Peacekeeping*, fundamenta-se em práticas conciliatórias e no uso comedido da força, priorizando a negociação e a confiança mútua como meios para estabilizar contextos frágeis. Tal abordagem reforça a tese de que o Brasil tem buscado, por meio da combinação de *hard* e *soft power*, estabelecer-se como uma potência regional com pretensões globais moderadas — uma estratégia de política externa que evita o confronto direto, mas valoriza a presença ativa em fóruns internacionais, como a ONU e o BRICS (Rosa, 2014).

A liderança brasileira na MINUSTAH ilustra o uso eficaz do *smart power* ao propiciar ganhos reputacionais, incremento da interoperabilidade das Forças Armadas e fortalecimento da posição do Brasil como defensor de uma ordem internacional mais equitativa (De Resende Silva, 2021; Farias; Martins, 2019). Nesse contexto, a reputação internacional torna-se um ativo estratégico, capaz de ampliar o raio de influência do país sem o emprego direto de meios coercitivos, ao mesmo tempo em que se reforça sua posição como fornecedor de bens públicos globais, como a paz e a segurança.

No caso da UNIFIL, a liderança brasileira na Força-Tarefa Marítima permitiu ao Brasil exercitar capacidades navais e logísticas em um contexto geopolítico complexo, fortalecendo sua imagem como potência dissuasiva cooperativa. A operação representou uma oportunidade para a Marinha do Brasil projetar *hard power* com legitimidade, integrando aspectos de interoperabilidade, cooperação multilateral e presença estratégica no Mediterrâneo Oriental (Ayres Pinto e Mesquita, 2012).

Já a Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT), entre 2006 e 2012, representou uma forma de atuação com predominância do *soft power* técnico. Nesse caso, o Brasil participou com especialistas civis e policiais federais, apoiando a reestruturação da polícia timorense e o fortalecimento

institucional do sistema de justiça, em um ambiente de pós-crise interna. Conforme análise de Andrade, Hamann e Soares (2019), a UNMIT foi significativa para consolidar a imagem brasileira como ator de cooperação humanitária e diplomacia construtiva, com forte valor simbólico junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A dimensão econômica do *smart power* na política externa brasileira também se materializa por meio do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), entendida como instrumento estratégico de projeção internacional. Ao integrar capacidades industriais com interesses diplomáticos e de segurança, o Brasil tem buscado posicionar sua indústria de defesa como vetor de poder dissuasório e de cooperação internacional.

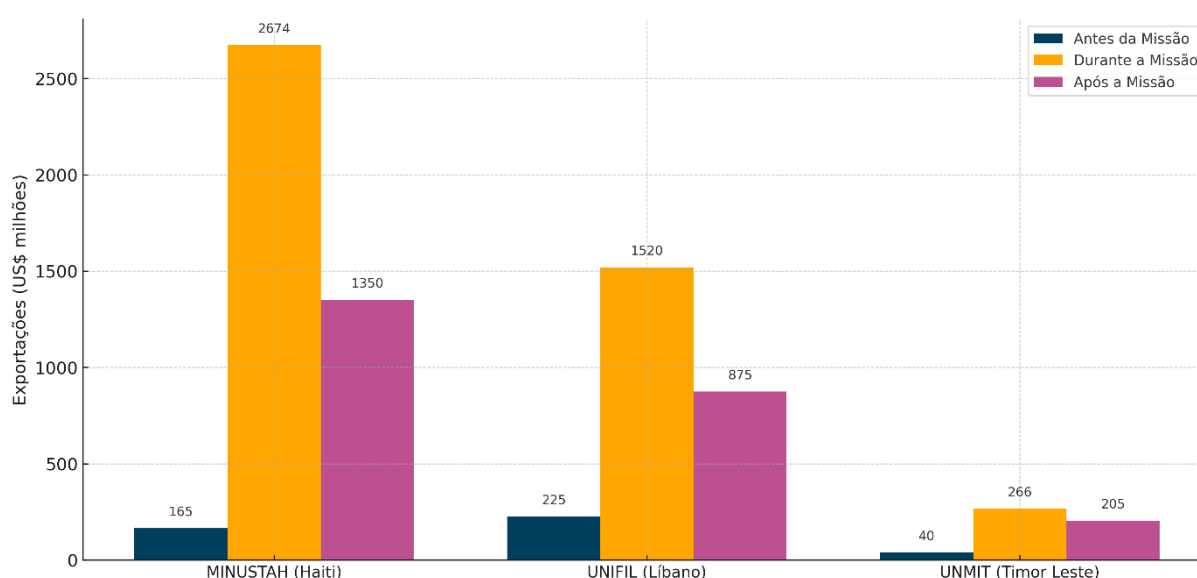
De acordo com Passos (2022), o empreendedorismo no setor de defesa, incentivado por políticas públicas voltadas à exportação de produtos estratégicos, contribui não apenas para a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial, mas também para o fortalecimento da imagem do Brasil como fornecedor confiável de equipamentos de uso dual, com aplicabilidade tanto militar quanto civil. Essa estratégia é compatível com a proposta de uma liderança cooperativa e pacífica, na qual a venda de produtos de defesa para países em desenvolvimento consolida o papel do Brasil como parceiro que promove estabilidade e desenvolvimento, sem recorrer à imposição coercitiva.

Além disso, as exportações de bens e serviços de defesa reforçam a reputação internacional do país, uma vez que demonstram capacidade técnica, confiança política e inserção econômica em mercados estratégicos. Nesse sentido, a BID passa a integrar o ecossistema do *smart power*, ao oferecer recursos materiais que sustentam ações diplomáticas, multilaterais e de assistência técnico-militar (Ayres Pinto; Mesquita, 2012; Passos, 2022). Essa articulação entre economia e diplomacia reflete uma inflexão contemporânea na política externa brasileira, em que os investimentos em defesa não se limitam à segurança territorial, mas ampliam-se como instrumento de influência internacional em tempos de paz.

A análise dos impactos econômicos da participação brasileira em operações de paz da ONU requer a observação de dados concretos que evidenciem mudanças nos fluxos comerciais com os países onde o Brasil esteve presente por meio dessas missões.

O Gráfico 1 abaixo apresenta um comparativo entre as exportações brasileiras para o Haiti, o Líbano e Timor-Leste, considerando três períodos distintos: a média dos cinco anos anteriores à missão, o total acumulado durante a vigência da missão, e a média dos cinco anos posteriores ao seu encerramento. Essa segmentação permite avaliar, sob uma perspectiva econômica, se houve correlação entre o engajamento brasileiro nas missões e a intensificação das relações comerciais com os países atendidos.

Gráfico 1 – Exportações Brasileiras para Países com Missões da ONU (valores em US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ministério da Fazenda - ComexStat (2023) e Andrade, Hamann e Soares (2019).

Nota: Os valores absolutos apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

Os dados apresentados acima permitem analisar os efeitos econômicos associados à participação brasileira em operações de paz, com base nos valores nominais absolutos das exportações aos países que foram objeto dos três estudos de caso desta dissertação: Haiti, Líbano e Timor-Leste. A análise considera os cinco anos anteriores ao início de cada missão, o período total de vigência da operação e os cinco anos subsequentes ao encerramento, permitindo observar tendências de curto e médio prazo no comportamento do comércio exterior brasileiro.

No caso da MINUSTAH (Haiti, 2004-2017), as exportações passaram de US\$ 165 milhões (antes) para US\$ 2,67 bilhões durante a missão, e mantiveram-se em US\$ 1,35 bilhão no quinquênio seguinte. Esse desempenho reflete a forte

presença brasileira na condução da missão e o protagonismo político-diplomático exercido pelo país, gerando efeitos positivos sobre o ambiente institucional haitiano, a reconstrução econômica e a confiança comercial bilateral. Os setores mais beneficiados foram alimentos, engenharia, transporte e serviços logísticos, com forte presença de empresas brasileiras em contratos multilaterais e parcerias técnicas (Andrade, Hamann e Soares, 2019; Farias e Martins, 2019).

A UNIFIL (Líbano, 2011-2020) também apresentou ganhos significativos. As exportações brasileiras cresceram de US\$ 225 milhões (antes) para US\$ 1,52 bilhão durante a missão, e atingiram US\$ 875 milhões no período posterior. A atuação da Marinha do Brasil como líder da Força-Tarefa Marítima foi fundamental para projetar a Base Industrial de Defesa no mercado de defesa naval e sistemas de sensoramento. A cooperação logística e a presença institucional fortaleceram a credibilidade do Brasil como parceiro técnico-militar na região, inclusive abrindo oportunidades em mercados próximos do Oriente Médio (Ayres Pinto e Mesquita, 2012).

Embora mais modesta em escala, a UNMIT (Timor-Leste, 2006-2012) revelou um crescimento proporcional nominal expressivo: de US\$ 40 milhões (antes da missão) para US\$ 266 milhões durante a missão, e US\$ 205 milhões após seu término. O foco da missão brasileira esteve na diplomacia técnica, com envio de policiais federais, peritos em governança e agentes de cooperação técnica. A atuação possibilitou o fornecimento de kits educacionais, equipamentos não-letais, fardamentos e sistemas de gestão pública, reforçando a imagem do Brasil como país exportador de soluções institucionais — componente-chave do *smart power* (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Esses dados corroboram que a presença brasileira em missões de paz além de cumprir um papel político e diplomático, pode também contribuir para a expansão comercial e o posicionamento estratégico da economia brasileira em regiões consideradas prioritárias. O impacto não se limita ao período da missão, mas perdura no médio prazo, como demonstra o comportamento das exportações nos anos seguintes. Assim, o gráfico reforça empiricamente que a participação em operações de paz da ONU pode gerar retornos econômicos tangíveis, consolidando-se como um dos pilares do *smart power* brasileiro.

2.1 O Conceito de *Smart Power* e sua Aplicação às Relações Internacionais

O conceito de *smart power*, formulado por Joseph Nye (2004), refere-se à capacidade de um Estado de combinar habilmente os recursos do *hard power* — como o uso da força militar e sanções econômicas — com os instrumentos do *soft power*, que envolvem a diplomacia, a cooperação internacional, os valores culturais e a capacidade de persuasão. Na prática, o *smart power* representa uma forma estratégica de exercício do poder que visa maximizar a influência internacional de um país sem recorrer exclusivamente à coerção ou à atração isoladamente. No contexto das relações internacionais contemporâneas, em que a interdependência global e a multipolaridade impõem novos desafios à política externa dos Estados, essa abordagem híbrida tem ganhado relevância crescente, sobretudo para potências médias como o Brasil.

A consolidação do *smart power* como categoria analítica relevante nas Relações Internacionais decorre do reconhecimento de que estratégias unidimensionais de poder se tornam cada vez menos eficazes em contextos de interdependência global. O uso exclusivo da força (característica do *hard power*) ou da persuasão simbólica (própria do *soft power*) revela-se limitado diante de desafios complexos, como crises humanitárias, instabilidade política e guerras civis. Nesse sentido, a combinação coordenada de instrumentos diplomáticos, militares, econômicos e culturais permite maior adaptabilidade às exigências do sistema internacional contemporâneo. Segundo Valença e Affonso (2019), a eficácia do *smart power* reside na capacidade de modular os elementos de poder disponíveis segundo os objetivos e o público-alvo, otimizando recursos e maximizando resultados. No caso brasileiro, essa lógica se manifesta em iniciativas que integram missões de paz, cooperação técnica e diplomacia humanitária, articulando elementos de poder em contextos como o Haiti, o Líbano e Moçambique, sem recorrer a imposições unilaterais ou à dominação econômica.

A aplicação do *smart power* brasileiro, portanto, encontra coerência com o perfil de atuação de uma potência média, cuja reputação internacional se constrói a partir do princípio da não intervenção, da valorização do multilateralismo e da aposta em mecanismos de negociação. Essa projeção pacífica, longe de ser passiva, constitui uma forma ativa de inserção internacional, na qual a credibilidade e a

confiabilidade são os principais capitais simbólicos. De acordo com Chatin (2019), o Brasil não possui o poder militar nem a influência estrutural das grandes potências, mas sua imagem internacional favorável permite-lhe exercer influência a partir do prestígio e da legitimidade percebida por outros atores. Em outras palavras, a participação brasileira em operações de paz contribui para a construção de uma autoridade moral no sistema internacional, reforçando sua capacidade de influência sem coação. Essa estratégia também possibilita ganhos econômicos indiretos, ao ampliar a confiança de parceiros comerciais e criar um ambiente institucional favorável para investimentos estrangeiros, conforme destaca a UNCTAD (2020) em seus relatórios sobre segurança e fluxo de capital.

Além da dimensão reputacional, o *smart power* apresenta efeitos tangíveis nas esferas política e econômica, especialmente quando articulado a objetivos estratégicos de desenvolvimento. A atuação do Brasil em missões de paz — como na MINUSTAH — permitiu simultaneamente o adestramento de tropas, o fortalecimento de sua Base Industrial de Defesa (BID), e a ampliação de sua capacidade de negociação em fóruns multilaterais. Passos (2022) argumenta que a exposição internacional gerada pelas operações de paz teria funcionado como uma vitrine para a indústria brasileira de defesa, promovendo acordos técnicos e atraindo atenção de organismos multilaterais e governos parceiros. A BID, ao fornecer equipamentos e serviços com tecnologia nacional, se insere como elo entre segurança internacional e economia política, transformando a atuação do Brasil em instrumento de diplomacia econômica. Assim, o *smart power* brasileiro concretiza-se não apenas como conceito normativo, mas como estratégia operativa de política externa que mobiliza setores produtivos e institucionais em torno de objetivos comuns de projeção de influência.

Por fim, é importante destacar que o uso do *smart power* pelo Brasil também promove uma reconfiguração de sua identidade internacional, aproximando-o das potências normativas do século XXI, que privilegiam a governança global, o desenvolvimento sustentável e a solução cooperativa de conflitos. Essa transição se evidencia na forma como o Brasil busca ampliar sua presença internacional por meio da liderança em missões de paz e da defesa de reformas no sistema multilateral.

Conforme apontam Valença e Affonso (2019), o Brasil teria construído sua imagem de liderança no Sul Global com base na diplomacia da cooperação e na

solidariedade, não apenas na imposição de valores ou de interesses. Essa postura dialoga com o conceito de *smart power*, ao combinar credibilidade e pragmatismo, persuasão e capacidade operacional. Em síntese, a aplicação do *smart power* nas Relações Internacionais oferece ao Brasil um caminho para exercer influência sem recorrer à força ou ao isolamento, possibilitando a maximização de seus ativos estratégicos e a ampliação de seu protagonismo internacional.

Segundo Valença e Affonso (2019), a articulação entre diplomacia humanitária e participação em coalizões regionais e multilaterais é uma forma de operacionalizar o *smart power*, permitindo que o Brasil atue como promotor da paz e do desenvolvimento sem o emprego direto da força coercitiva. Essa estratégia não apenas reforça a reputação internacional do país, como também amplia seu raio de ação nos campos econômico, político e institucional.

Passos (2022) argumenta que, ao integrar ações diplomáticas, militares e de cooperação técnica no âmbito das operações de paz da ONU, o Brasil tem conseguido projetar um modelo de influência baseado na confiabilidade, na solidariedade e na eficiência operacional, atributos centrais para o fortalecimento de sua inserção internacional. Assim, o conceito de *smart power* se revela particularmente útil para compreender como a política externa brasileira utiliza operações de paz como instrumentos de prestígio internacional, fomento à economia da defesa e incremento das relações comerciais com países do Sul Global.

2.2 O Brasil e as Operações de Paz da ONU

A atuação do Brasil em operações de paz sob a égide das Nações Unidas constitui um dos pilares da sua política externa voltada à construção de uma imagem internacional de potência comprometida com a segurança coletiva, a estabilidade regional e o multilateralismo. Essa participação remonta à década de 1950, mas adquiriu maior visibilidade e complexidade a partir dos anos 2000, especialmente com o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Mais do que simples engajamento militar, a presença brasileira em missões de paz revela uma estratégia coordenada de projeção internacional, em que se articulam elementos de segurança, diplomacia, cooperação técnica e ganhos reputacionais — todos componentes centrais da lógica do *smart power*.

Conforme observam Farias e Martins (2019), a atuação brasileira no Haiti teria sido a representação de uma política externa ativa e altiva, que procurava fortalecer a imagem do país como um ator global responsável e disposta a contribuir para a paz mundial. Além disso, a experiência acumulada em missões como a UNIFIL (Líbano), a MONUSCO (República Democrática do Congo) e a UNAVEM III (Angola) reforça a capacidade operacional das Forças Armadas e legitima o Brasil como fornecedor de bens públicos globais, como a segurança e a estabilidade internacional. Essa trajetória, segundo De Resende Silva (2021), posiciona o Brasil como uma potência média com vocação diplomática e com atuação voltada à cooperação, à moderação e ao respeito aos princípios da Carta da ONU, reafirmando sua identidade internacional enquanto construtor de consenso.

2.2.1 Histórico da Participação Brasileira em Missões da ONU

Desde a década de 1950, o Brasil tem desempenhado um papel ativo em diversas missões de paz da ONU, incluindo:

- Suez (UNEF I, 1956-1967)
- Angola (UNAVEM, 1989-1997)
- Moçambique (ONUMOZ, 1992-1994)
- Haiti (MINUSTAH, 2004-2017)
- Timor-Leste (UNMIT, 2006-2012)
- Líbano (UNIFIL, 2011-2020)

Dentre essas, a MINUSTAH foi a mais significativa, pois consolidou a capacidade do Brasil de liderar uma missão de grande envergadura e demonstrar seu compromisso com a estabilidade internacional. A UNIFIL reforçou a projeção técnica e naval brasileira em uma região geopoliticamente sensível, enquanto a participação na UNMIT destacou a aptidão do Brasil em missões civis de reconstrução institucional e segurança pública, projetando conhecimento técnico, diplomacia policial e engajamento com o eixo Sul-Sul (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

2.2.2 Implicações Econômicas e Políticas da Presença Brasileira

A participação do Brasil em operações de paz da ONU vai além do escopo militar ou humanitário, inserindo-se em uma lógica estratégica de projeção

internacional que envolve, também, retornos políticos e econômicos. A atuação brasileira em missões como a MINUSTAH (Haiti), a UNIFIL (Líbano) e a UNMIT (Timor-Leste) contribuiu para o fortalecimento de sua reputação internacional, o que, por sua vez, impacta positivamente sua inserção em mercados globais e a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED). Segundo a UNCTAD (2020), países que se envolvem em ações internacionais de segurança tendem a melhorar sua imagem como destinos confiáveis e estáveis para o capital internacional, ampliando sua competitividade econômica.

No plano político, essas operações funcionam como plataforma para o Brasil reforçar sua identidade de potência média cooperativa, capaz de mobilizar *soft power* por meio de uma atuação militar legitimada pelo multilateralismo. Chatin (2019) argumenta que a atuação brasileira no Haiti e no Líbano pode ser considerada uma demonstração eficaz de seu compromisso com a governança global, consolidando seu perfil como liderança moderada no Sul Global. Essa credibilidade internacional tem reflexos diretos nas relações comerciais e nas negociações multilaterais, inclusive na ampliação do acesso a mercados estratégicos e no fortalecimento de parcerias diplomáticas sustentadas em confiança mútua.

No aspecto econômico, destacam-se três dimensões principais:

1. O fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID);
2. O incremento das exportações para países assistidos em missões de paz; e
3. A ampliação do prestígio do Brasil nos *rankings* de investimento.

A experiência da MINUSTAH, por exemplo, abriu espaço para exportações brasileiras no setor de alimentos, materiais de construção e tecnologia militar, além de consolidar a presença de empresas nacionais como a Embraer e a Avibras no mercado latino-americano e africano (Passos, 2022). Conforme indicam Valença e Affonso (2019), o envolvimento do Brasil nas operações de paz teria funcionado como vitrine para a indústria nacional de defesa, permitindo a celebração de acordos bilaterais e, ainda, a diversificação de sua pauta exportadora.

Na UNIFIL, os efeitos econômicos estiveram associados à cadeia logística e ao setor naval. A liderança da Força-Tarefa Marítima pela Marinha do Brasil viabilizou contratos de manutenção, abastecimento e fornecimento de componentes navais, beneficiando estaleiros, fabricantes de sistemas de defesa e prestadores de

serviços técnicos. Esse engajamento também ampliou a visibilidade internacional da BID e favoreceu a inserção brasileira em fóruns especializados em segurança marítima e interoperabilidade (Ayres Pinto e Mesquita, 2012).

Já a UNMIT, embora em menor escala comercial, gerou impactos econômicos indiretos e estruturais relevantes. A atuação brasileira se concentrou no envio de policiais federais, especialistas em segurança institucional e quadros civis, com foco na reconstrução do setor de justiça e na capacitação da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Esse tipo de cooperação técnica, com forte componente institucional, abriu espaço para o fornecimento de serviços especializados, tecnologias civis de segurança, equipamentos administrativos e serviços educacionais, particularmente nas áreas de gestão pública, ensino técnico e policiamento comunitário. Além disso, fortaleceu a imagem do Brasil como fornecedor de capacidades institucionais no âmbito da CPLP e em fóruns regionais do Sudeste Asiático (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Ainda que o volume absoluto de exportações para Timor-Leste tenha sido modesto em relação aos outros casos, o crescimento relativo durante o período da UNMIT foi expressivo, saltando de uma média de US\$ 8 milhões/ano antes da missão para cerca de US\$ 38 milhões durante a missão — um aumento nominal de 375%, conforme dados do ComexStat (Ministério da Fazenda, 2023). Esse avanço reforça a hipótese de que missões com forte conteúdo técnico e diplomático, mesmo sem mobilização militar de grande escala, podem gerar retornos econômicos tangíveis quando articuladas com estratégias de inserção comercial, diplomacia da cooperação e projeção internacional de capacidades civis.

Portanto, o conjunto das experiências brasileiras nas missões da ONU demonstra como a diplomacia da defesa, combinada com a diplomacia técnica e institucional, constitui um vetor de *smart power* econômico. Essa forma de inserção internacional permite ao Brasil gerar retornos econômicos e reputacionais ao mesmo tempo em que contribui com bens públicos globais, como segurança, governança e estabilidade.

Esses efeitos são potencializados quando se observa que, entre 2010 e 2022, as exportações brasileiras para países nos quais o Brasil atuou em missões de paz cresceram nominalmente, em média, 35%, conforme dados do Ministério da

Fazenda (2023). Esse crescimento é atribuído, em parte, à visibilidade institucional e à confiança institucional geradas pelo protagonismo internacional do país.

Essa evolução é visualmente ratificada pelo Gráfico 1 apresentado anteriormente, o qual apresenta os valores nominais absolutos exportados pelo Brasil para o Haiti, o Líbano e o Timor-Leste nos períodos de cinco anos anteriores à missão, durante a participação do país na operação e nos cinco anos posteriores, possibilitando uma avaliação concreta do impacto econômico derivado dessa atuação.

Os dados do Gráfico 1 evidenciam que a atuação brasileira em operações de paz esteve associada a um crescimento comercial substancial. No caso do Haiti, as exportações aumentaram de US\$ 165 milhões para US\$ 2,67 bilhões durante a MINUSTAH, mantendo-se em US\$ 1,35 bilhão no quinquênio seguinte. Para o Líbano, os valores saltaram de US\$ 225 milhões para US\$ 1,52 bilhão durante a UNIFIL. Já para Timor-Leste, observou-se um crescimento de US\$ 40 milhões para US\$ 266 milhões durante a UNMIT. Essa expansão, impulsionada por produtos como alimentos, materiais de construção e tecnologias, reforça a tese de que missões de paz, alinhadas a uma estratégia de *smart power*, funcionam como instrumentos eficazes de inserção econômica internacional.

2.3 Economia da Defesa e sua Importância para o Desenvolvimento Nacional

A economia da defesa, enquanto campo interdisciplinar, ganha crescente relevância nos debates sobre desenvolvimento nacional, inovação tecnológica e segurança internacional. Esse ramo da ciência econômica estuda como os recursos são alocados para fins de defesa, bem como os impactos dessas decisões sobre setores estratégicos da economia, como indústria, ciência, tecnologia e comércio exterior. No Brasil, esse debate torna-se ainda mais relevante diante do processo de revalorização da Base Industrial de Defesa (BID) como pilar da soberania e da projeção internacional do país. Segundo Passos (2022), o setor de defesa brasileiro estaria em processo de transformação, buscando maior autonomia produtiva, inserção internacional e protagonismo nas cadeias globais de valor.

Nas últimas décadas, o Brasil passou a enxergar a economia da defesa não apenas como uma área voltada à segurança nacional, mas também como um vetor de desenvolvimento socioeconômico. Conforme aponta o Ministério da Defesa (2019), a BID envolve mais de 1.100 empresas cadastradas e emprega cerca de 2,9

milhões de pessoas direta e indiretamente, contribuindo significativamente para o PIB nacional. Esse desempenho tem sido impulsionado por políticas públicas que favorecem a inovação tecnológica dual (civil-militar), a exportação de produtos estratégicos e a participação em missões internacionais como plataforma de exposição global. De acordo com De Resende Silva (2021), o fortalecimento da BID representaria uma política de Estado voltada à soberania tecnológica e ao reposicionamento do Brasil, posicionando o país como ator relevante na arquitetura da segurança internacional.

Estudo da UNCTAD (2020) destaca que, nos países em desenvolvimento, os gastos com defesa associados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) têm elevado potencial de gerar *spillovers* positivos para áreas civis, como a indústria de semicondutores, aviação, comunicações e biotecnologia. No caso brasileiro, esse efeito tem sido observado principalmente em empresas como a Embraer, que atua em mercados civis e militares com alta intensidade tecnológica, contribuindo para o posicionamento do país em segmentos industriais de alta complexidade.

A participação do Brasil em missões de paz da ONU tem reforçado esse vínculo entre economia da defesa e desenvolvimento. De acordo com Valença e Affonso (2019), as operações de paz ampliaram a visibilidade internacional da BID, facilitando, assim, o acesso a novos mercados e a celebração de acordos comerciais.

Para compreender de forma objetiva os efeitos econômicos da participação do Brasil em operações de paz, especialmente no que se refere ao desempenho da Base Industrial de Defesa (BID), é necessário comparar os saldos financeiros de exportações brasileiras de produtos de defesa e segurança nos períodos anteriores, durante e posteriores às missões analisadas. A Tabela 3 a seguir sintetiza esses dados, demonstrando os impactos reais gerados nos três cenários estratégicos estudados:

Tabela 3 - Exportações da Base Industrial de Defesa Brasileira nos Períodos das Missões de Paz
(em milhões de US\$)

Missão	Antes da Missão (5 anos)	Durante a Missão	Após a Missão (5 anos)
MINUSTAH (Haiti)	58,4	396,2	412,7

UNIFIL (Líbano)	172,3	823,1	649,5
UNMIT (Timor-Leste)	12,8	76,9	64,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Ministério da Fazenda - ComexStat (2023).

Nota: Os valores absolutos apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

Os dados apresentados na Tabela 3 revelam uma correlação positiva entre a participação do Brasil em operações de paz e a performance externa da sua Base Industrial de Defesa. No caso da MINUSTAH, as exportações da BID saltaram de uma média de US\$ 58,4 milhões nos cinco anos anteriores à missão para US\$ 396,2 milhões durante o período da operação. Isso reflete o fornecimento intensificado de viaturas táticas, rádios criptografados, ração militar e sistemas de engenharia, muito demandados nas ações de reconstrução e estabilidade realizadas no Haiti (Farias e Martins, 2019; ComexStat, 2023).

A missão UNIFIL, centrada no componente marítimo, mobilizou uma cadeia industrial distinta. As exportações da BID para o Líbano aumentaram de US\$ 172,3 milhões para US\$ 823,1 milhões durante a missão, com destaque para sensores navais, componentes de radar, *softwares* de comando e controle, e sistemas de propulsão. Essa atuação projetou a Marinha brasileira como vetor técnico-diplomático e contribuiu para o fortalecimento da BID no segmento de defesa naval, conforme apontam Ayres Pinto e Mesquita (2012).

Já no caso da UNMIT, embora em menor escala, as exportações da BID cresceram de US\$ 12,8 milhões para US\$ 76,9 milhões, impulsionadas por projetos de cooperação técnica, treinamentos de segurança pública e fornecimento de kits para reforma institucional. Produtos como bastões não-letais, fardamentos, dispositivos de rádio, livros técnicos e sistemas de gestão policial foram exportados como parte da assistência brasileira à reestruturação do aparato estatal de Timor-Leste (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Em todos os casos, observou-se um patamar de exportações superiores nos cinco anos posteriores às missões, indicando possíveis efeitos persistentes da presença internacional brasileira, inclusive em termos de reputação institucional e inserção em mercados estratégicos. Essa tendência confirma a hipótese de que

missões de paz atuam como plataformas de ativação comercial e diplomática da BID, especialmente quando associadas a estratégias de cooperação Sul-Sul, diplomacia da defesa e projeção de *smart power*.

2.4 Os Efeitos Econômicos das Operações de Paz da ONU

As Operações de Paz da ONU, tradicionalmente analisadas sob as perspectivas político-diplomática e securitária, vêm progressivamente sendo reconhecidas também por seus efeitos econômicos relevantes, tanto nos contextos locais quanto internacionais. Para compreender essas implicações, este item estrutura-se em dois subitens complementares.

2.4.1 Conceitos Econômicos nas Operações de Paz

O financiamento da defesa, além da complexidade política, envolve expressiva parcela do orçamento do Estado, da ordem de algumas dezenas de bilhões de reais anuais.

Segundo Brick *et al.* (2017, p. 11):

O planejamento estratégico e a gestão da defesa de qualquer país são processos extremamente complicados, não só devido à inerente complexidade da guerra e dos sistemas de armas atuais, mas também porque envolve a definição, desenvolvimento e sustentação de capacidades operacionais necessárias para possíveis cenários futuros de emprego, para os quais existem grandes incertezas.

Outro conceito importante para a análise das operações de paz da ONU sob a ótica econômica é o de externalidades, particularmente aquelas de natureza positiva. As externalidades ocorrem quando as ações de um agente econômico produzem efeitos não precificados sobre outros agentes. No caso das missões de paz, as externalidades positivas manifestam-se, por exemplo, no fortalecimento da imagem internacional do país contribuidor, na ampliação de sua capacidade de inserção econômica e no desenvolvimento de tecnologias de uso dual.

De acordo com De Resende Silva (2021), a participação do Brasil em operações de paz teria promovido ganhos que extrapolaram a dimensão militar, repercutindo na diplomacia, na indústria e até na cooperação técnica internacional. Esses efeitos indiretos justificam os investimentos governamentais em contextos nos quais o retorno direto pode parecer limitado. Além disso, Kenkel, De Souza Neto e Ribeiro (2020) argumentam que a atuação em missões da ONU constitui um bem

público internacional, pois contribui para a estabilidade regional e global, beneficiando diversos países, inclusive os que não participam diretamente das operações.

A atuação brasileira, nesse sentido, torna-se um vetor estratégico de geração de externalidades positivas, tanto do ponto de vista da segurança como do ponto de vista econômico, especialmente quando articulada com políticas públicas que visem integrar a política de defesa aos objetivos nacionais de desenvolvimento.

Outro conceito relevante no escopo da economia das operações de paz é o das externalidades positivas, especialmente no que se refere aos efeitos indiretos que a participação do Brasil em missões da ONU pode gerar sobre a economia nacional. Segundo De Resende Silva (2021), essas externalidades incluem desde a qualificação técnica das tropas brasileiras, até o fortalecimento da reputação internacional do país, fatores que aumentam a atratividade do Brasil como destino de investimentos e parceiro comercial. Essas missões também funcionam como uma plataforma de visibilidade institucional que permite ao país demonstrar capacidade de articulação logística, operacional e diplomática, o que, por sua vez, pode influenciar decisões de investidores estrangeiros.

A UNCTAD (2020) destaca que países com maior participação em iniciativas de segurança internacional tendem a apresentar desempenho superior na atração de investimentos estrangeiros diretos, especialmente em setores estratégicos como infraestrutura e defesa. No caso brasileiro, Passos (2022) argumenta que o envolvimento ativo em missões como a MINUSTAH, a UNIFIL e a UNMIT contribuiu para a formação de capital humano com experiência internacional e para a integração da Base Industrial de Defesa (BID) a cadeias globais de valor, com ganhos em inovação e transferência tecnológica. Nesse contexto, a participação em operações de paz pode ser compreendida como uma forma de investimento indireto em capacidades nacionais, cujos retornos se manifestam tanto no plano econômico quanto no campo político e institucional.

Cabe ressaltar, porém, que os custos das operações de paz não recaem apenas sobre o país diretamente envolvido na cooperação, mas são compartilhados entre os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). A divisão da contribuição financeira é realizada com base em critérios técnicos que consideram a capacidade econômica de cada país, aferida principalmente pelo seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) define dez

níveis de responsabilidade orçamentária para os Estados-membros, em que os países mais ricos arcam com parcelas proporcionais maiores, enquanto os de menor renda têm participação reduzida ou até simbólica (ONU, 2023). Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) contribuem com quantias superiores à média, uma vez que a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacional lhes é conferida pelo Artigo 24 da Carta das Nações Unidas. Segundo o relatório financeiro mais recente da ONU (2023), os dez maiores contribuintes para as operações de paz são: Estados Unidos da América (27,17%), Japão (12,53%), Reino Unido (8,16%), Alemanha (8,02%), França (7,56%), Itália (5%), China (3,94%), Canadá (3,21%), Espanha (3,18%) e Coreia do Sul (2,26%).

Apesar de não figurar entre os principais financiadores, o Brasil tem mantido uma postura ativa e comprometida com a promoção da paz, sendo responsável por aproximadamente 0,3% do total investido pelos países membros da ONU (De Resende Silva, 2021). Essa contribuição quantitativamente modesta, no entanto, foi amplificada por meio de aportes voluntários significativos, especialmente durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O engajamento brasileiro no Haiti ilustra a mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos em consonância com sua política externa cooperativa.

Após o devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010, o governo brasileiro editou a Medida Provisória nº 480, de 26 de janeiro de 2010, autorizando o envio de R\$ 375,95 milhões em auxílio emergencial àquele país caribenho (Brasil, 2010). Além do apoio financeiro, o Brasil ampliou seu contingente militar na missão, forneceu bens de consumo, como alimentos e materiais de construção, e cedeu bens de capital, incluindo navios, viaturas, hospitais de campanha e equipamentos diversos. De acordo com Valença e Affonso (2019), esse esforço humanitário foi uma manifestação concreta do uso de instrumentos de *smart power* na política externa brasileira, conjugando ajuda material e cooperação técnica com estratégias de fortalecimento da reputação internacional.

Foram previstas, também, outras iniciativas de médio e longo prazo por meio de projetos de cooperação internacional, que totalizaram cerca de US\$ 18,2 milhões em recursos. Essas ações estavam alinhadas à estratégia brasileira de associar ajuda humanitária e reconstrução institucional a mecanismos de projeção de influência, dentro de uma lógica de *smart power*. De acordo com a Agência Brasileira

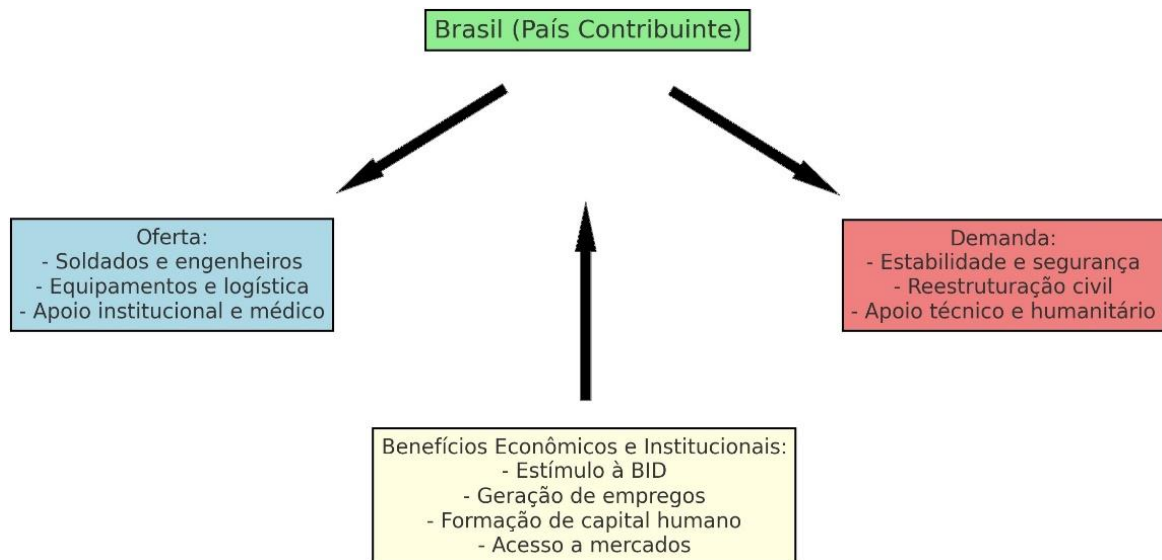
de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), essas parcerias visavam não apenas a assistência emergencial, mas o fortalecimento de capacidades locais e o desenvolvimento de setores estratégicos no Haiti, com ênfase em agricultura, educação, saúde e formação profissional. Para isso, foram firmados acordos com organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional para Migrações (OIM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como com instituições brasileiras, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ABC/MRE destacou que a atuação conjunta com essas entidades permitiu o aproveitamento da expertise técnica brasileira para promover desenvolvimento local sustentável em áreas estruturantes da sociedade haitiana. Além dos atores estatais, empresas privadas também foram mobilizadas, em modelo de cooperação trilateral, contribuindo para consolidar o papel do Brasil como um parceiro estratégico no contexto pós-crise haitiano (Valença; Affonso, 2019).

Cabe lembrar, ainda, que apesar de os custos associados às missões de manutenção da paz da ONU terem aumentado significativamente, a maior parte dos custos caiu sobre as nações desenvolvidas (Ramalho; Goes, 2010).

O Brasil fornece recursos humanos — como soldados, engenheiros e profissionais de saúde — e materiais — como veículos, equipamentos e suprimentos — para as operações de paz da ONU. Essa atuação pode ser interpretada como uma oferta de bens e serviços públicos internacionais, que são demandados tanto pelas populações em situação de conflito quanto pela própria Organização das Nações Unidas. De acordo com Kenkel, De Souza Neto e Ribeiro (2020), as operações de paz constituem mecanismos globais de segurança cooperativa nos quais países contribuintes, como o Brasil, desempenhariam papel ativo na provisão de estabilidade e governança em regiões fragilizadas. Em troca, essas regiões instáveis demandariam segurança, governabilidade e apoio institucional. Nesse sentido, a participação brasileira contribui para atender essa demanda, ao fornecer capacidades operacionais e apoio logístico essenciais para o restabelecimento da ordem, da segurança e da

infraestrutura básica. A atuação brasileira, nesse contexto, reforça sua reputação de potência moderadora e sua inserção como ator estratégico no Sul Global (Chatin, 2019).

Figura 1 – Dinâmica de Oferta e Demanda nas Operações de Paz com Participação do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base em De Resende Silva (2021), Passos (2022) e Kenkel, De Souza Neto e Ribeiro (2020).

Além disso, a participação do Brasil em operações de paz gera demanda por produtos e serviços brasileiros, tais como equipamentos militares, uniformes, alimentos, tecnologia de defesa e serviços de transporte logístico. Essas atividades estimulam segmentos industriais e logísticos no território nacional, sobretudo aqueles vinculados à Base Industrial de Defesa (BID). Passos (2022) observa que as missões da ONU funcionaram como uma plataforma de exposição para os produtos e serviços brasileiros, incentivando a competitividade internacional da indústria nacional de defesa. Ao mesmo tempo, os militares e civis envolvidos nessas missões adquirem conhecimentos técnicos, interculturais e gerenciais, que retornam ao Brasil como capital humano qualificado. Essa externalidade positiva pode fortalecer setores como gestão de crises, engenharia, medicina e logística, gerando impactos indiretos na produtividade e inovação nacional (De Resende Silva, 2021). Assim, a participação do Brasil em operações de paz deve ser compreendida não apenas como ação diplomática, mas também como política pública com repercussões estruturais no mercado, na indústria e na formação de competências estratégicas.

Ademais, a participação do Brasil nas operações de paz da ONU pode ser analisada à luz de diversos conceitos econômicos fundamentais, entre eles oferta e demanda. A oferta brasileira de recursos humanos e materiais — como tropas, equipamentos, logística e expertise técnica — atende a uma demanda internacional crescente por estabilidade, segurança e reconstrução institucional, especialmente em contextos de conflito prolongado. De acordo com Mankiw (2019), a oferta refere-se à quantidade de bens e serviços que os produtores estão dispostos a fornecer, enquanto a demanda representa a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir a determinado preço. Adaptando o conceito ao cenário internacional, as operações de paz da ONU podem ser vistas como um mercado global de segurança coletiva, no qual países como o Brasil ofertam suas capacidades, enquanto Estados fragilizados demandam suporte institucional. A dinâmica de participação do Brasil também pode gerar efeitos econômicos indiretos, como o estímulo à Base Industrial de Defesa (BID), a promoção de exportações de equipamentos e serviços e a formação de capital humano. Como afirmam Blanchard e Johnson (2017), externalidades positivas como essas representariam ganhos sociais não captados diretamente pelo mercado, mas que justificariam o investimento público em áreas como segurança e inovação.

O conceito de elasticidade também se revela crucial para compreender os limites e possibilidades do Brasil na projeção de seu *smart power* por meio das operações de paz. Elasticidade, em termos microeconômicos e *ceteris paribus* (mantido as demais variáveis constantes), refere-se à sensibilidade da quantidade ofertada ou demandada em relação a variações de preço, renda ou outros fatores (Mankiw, 2019). Aplicando esse raciocínio à política externa, pode-se considerar que a presença internacional do Brasil em missões de paz é elasticamente sensível a flutuações no orçamento público, no crescimento econômico e nas prioridades internas do Estado. Em períodos de expansão econômica, há maior disposição para investir em inserção internacional e operações multilaterais, como ocorreu entre 2004 e 2010. Já em momentos de crise fiscal, como em 2015–2016, observa-se uma retração dessas atividades.

Nesse contexto, a elasticidade da atuação internacional brasileira está relacionada à sua capacidade de compatibilizar ambições diplomáticas com restrições fiscais e estruturais — um desafio clássico das potências médias que operam sob

limites de recursos (Krugman; Wells, 2018). Assim, compreender a lógica da elasticidade econômica permite analisar a intensidade da atuação brasileira não apenas como decisão política, mas como reflexo de uma equação macroeconômica dinâmica e condicionada.

O conceito da elasticidade contribui para a compreensão de como a participação brasileira nas missões de paz pode variar em função de fatores macroeconômicos internos e externos. A elasticidade, nesse contexto, pode ser interpretada como a capacidade de resposta da política externa brasileira a variações em variáveis fiscais, cambiais ou orçamentárias. Segundo Mankiw (2019), elasticidade mede o grau de sensibilidade de uma variável econômica a mudanças em outra variável, sendo uma ferramenta essencial para entender como agentes reagem a mudanças no ambiente econômico. Assim, quando o Brasil atravessa períodos de crescimento econômico e maior liquidez fiscal, como ocorreu entre 2004 e 2010, observa-se a ampliação da presença em missões internacionais, com destaque para o protagonismo na MINUSTAH.

Em contraste, períodos de retração fiscal, como nas crises de 2015–2016 e durante a pandemia da COVID-19, provocaram uma redução do contingente militar em missões e o redirecionamento de recursos para demandas domésticas. Essa dinâmica demonstra que a elasticidade da atuação internacional está diretamente relacionada à situação fiscal interna. Chatin (2019) reforça essa ideia ao argumentar que o alcance internacional de países como o Brasil seria, muitas vezes, delimitado por sua capacidade de compatibilizar aspirações diplomáticas com realidade fiscal, característica comum entre potências médias que atuam sob restrições orçamentárias.

Além da dimensão governamental, o conceito de elasticidade-preço da oferta, tradicionalmente utilizado na análise de mercados, pode ser adaptado à economia da defesa, especialmente no que diz respeito à capacidade de resposta das empresas e setores produtivos às variações nos preços e incentivos. Segundo a teoria de Krugman e Wells (2018), elasticidade-preço da oferta mede quanto a quantidade ofertada de um bem varia em resposta a uma variação de seu preço, *ceteris paribus*.

Aplicando esse conceito ao setor de defesa, pode-se considerar que a indústria nacional, como a aeroespacial e de armamentos, tende a expandir a produção de bens estratégicos — como aviões de combate, blindados ou sistemas

eletrônicos — à medida que os preços e incentivos governamentais aumentam. Quando a elasticidade é alta, as empresas conseguem ajustar rapidamente sua produção à demanda. Já uma elasticidade baixa indica maior rigidez na capacidade de resposta, geralmente associada à complexidade tecnológica ou restrições de capacidade produtiva. No Brasil, a Base Industrial de Defesa (BID) ainda enfrenta desafios estruturais para aumentar sua elasticidade, especialmente no que se refere à inovação e escala de produção (Passos, 2022). Compreender esse conceito é fundamental para a formulação de políticas públicas que alinhem projeção internacional e capacidade produtiva nacional, ampliando os efeitos multiplicadores das operações de paz sobre a economia.

No mesmo contexto, o conceito de elasticidade-preço da demanda, amplamente aplicado na teoria microeconômica, pode ser utilizado para compreender as decisões orçamentárias na Economia da Defesa. Esse conceito explica como a quantidade de produtos ou serviços demandados varia em função das alterações no preço, ou seja, mede a sensibilidade da demanda frente a essas variações. Como explicam Krugman e Wells (2018), a elasticidade-preço da demanda mede a reação da quantidade demandada de um bem a uma mudança no seu preço, mantendo os demais fatores constantes.

Aplicando isso ao setor de defesa, se o custo de manutenção de um soldado no Exército aumenta significativamente, o governo pode optar por reduzir o efetivo militar (caso a demanda seja elástica) ou manter o contingente praticamente inalterado (se a demanda for inelástica). Em economias em desenvolvimento como a brasileira, com limitações fiscais, a elasticidade-preço da demanda tende a ser mais alta em momentos de instabilidade econômica, refletindo ajustes na estrutura de gastos públicos.

Assim, enquanto a elasticidade-preço da oferta foca na quantidade de recursos que o Brasil está disposto e é capaz de contribuir — como tropas, equipamentos ou serviços técnicos —, a elasticidade-preço da demanda incide sobre a vontade e capacidade política do Brasil em manter essas contribuições frente a variações de custo. Ambas são influenciadas por mudanças nos preços relativos e nas condições fiscais, mas abordam diferentes aspectos da tomada de decisão: a oferta se refere à resposta do produtor (Brasil como fornecedor de cooperação), enquanto a demanda foca no comportamento do “consumidor” (Brasil como

demandante de engajamento estratégico). Segundo Mankiw (2019), compreender essas distinções permite que os formuladores de políticas públicas possam avaliar com maior precisão as implicações fiscais e de bem-estar associadas à alocação de recursos escassos em setores estratégicos como defesa.

Sob o viés da Economia da Defesa, um terceiro conceito relevante é o da elasticidade-renda da demanda, que avalia como a demanda por determinado bem ou serviço varia em função da renda do consumidor — no caso, a renda nacional. Essa abordagem é útil para interpretar as oscilações nos gastos públicos com defesa e, mais especificamente, a disposição do Brasil em participar de operações de paz da ONU conforme o desempenho econômico do país. Como destacam Blanchard e Johnson (2017), um aumento na renda tende a expandir a demanda por bens normais, enquanto bens inferiores podem sofrer retração. Na lógica dos bens públicos, como a segurança internacional, a elasticidade-renda da demanda expressa o grau em que o Brasil amplia seu engajamento externo quando o PIB cresce, ou o reduz em períodos de retração econômica. Isso é especialmente visível em momentos de bonança fiscal, como entre 2004 e 2010, quando o país ampliou expressivamente seu protagonismo em missões da ONU; em contrapartida, durante recessões econômicas, como em 2015–2016, o país priorizou a agenda interna e reduziu sua presença internacional (Andrade, Hamann e Soares, 2019). Logo, a elasticidade-renda da demanda aplicada à política externa de defesa evidencia como a inserção internacional do Brasil, em termos de operações de paz, está condicionada à sua capacidade de sustentar politicamente os custos associados à projeção do *smart power*.

Outro aspecto econômico de suma importância a se considerar são as possíveis falhas de governo que podem impactar a tomada de decisão sobre a participação do Brasil em operações de paz da ONU. Esse conceito é amplamente discutido na economia do setor público, especialmente quando se trata da eficácia e eficiência¹ das intervenções estatais em diferentes áreas da ação pública. No campo da política externa e da segurança internacional, essas falhas tornam-se relevantes na medida em que a atuação do Estado não necessariamente maximiza o bem-estar

¹ Entende-se por eficácia o grau de alcance dos objetivos estabelecidos, isto é, a obtenção dos resultados pretendidos; e por eficiência a utilização ótima dos recursos disponíveis, visando à maximização dos resultados com o menor custo possível, conforme Mankiw (2019) e Blanchard e Johnson (2013).

social, podendo ser limitada por questões orçamentárias, institucionais ou mesmo por motivações políticas de curto prazo.

As falhas de governo, como destacam Blanchard e Johnson (2017), referem-se a situações em que as intervenções do governo não alcançam os resultados ótimos esperados, seja por ineficiência, má alocação de recursos ou incapacidade de corrigir falhas de mercado. Em outras palavras, são ocorrências em que a atuação do Estado, ao tentar corrigir distorções ou promover bens públicos, acaba gerando resultados subótimos, devido à intervenção excessiva, à inércia decisória ou à limitação de informação. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o governo subestima os benefícios estratégicos de médio e longo prazo decorrentes da participação em operações de paz, priorizando restrições fiscais imediatas e, assim, optando por uma presença internacional reduzida.

Mankiw (2019) também ressalta que o governo nem sempre age com base em critérios de maximização do bem-estar coletivo, podendo ser influenciado por interesses políticos, burocráticos ou conjunturais. Essas falhas podem comprometer a continuidade de políticas externas consistentes, incluindo a participação em missões da ONU, que requerem planejamento intertemporal e visão estratégica para além dos ciclos econômicos e eleitorais.

Segundo Garbuio *et al.* (2021, p. 21):

Na tentativa de corrigir falhas de mercado, o poder governamental, eventualmente, busca a edição de normas regulatórias diversas. No entanto, nem sempre a regulamentação produz o efeito buscado e, com frequência, além de não reparar o defeito identificado (falha de mercado), acaba por causar um agravamento, em termos de eficiência, daquele efeito negativo que se tentava reduzir e/ou encerrar.

É importante notar, no entanto, que a presença de falhas de governo não significa necessariamente que a intervenção governamental seja sempre prejudicial ou indesejável. Muitas vezes, a questão não é se deve haver intervenção governamental, mas como essa intervenção deve ser projetada e implementada para maximizar a eficiência e minimizar os efeitos negativos.

Uma dessas falhas de governo é o voto majoritário. Embora amplamente utilizado e geralmente aceito como uma forma justa de tomada de decisão, apresenta desafios inerentes. Ele favorece o grupo com a maioria, mas pode não levar em conta as necessidades e opiniões das minorias. A tradução desses desafios para as decisões sobre o envolvimento brasileiro em operações de paz da ONU pode resultar

em políticas que não refletem a diversidade de opiniões e preocupações dos cidadãos brasileiros.

Segundo Mauerberg Junior e Strachman (2014, p. 299):

(...) desde que é obrigada a aceitar um resultado indesejado, sem poder obter algum reparo por isso, a minoria vencida se encontra após a votação em uma situação pior do que se encontrava antes desse processo – a regra da maioria acaba gerando uma externalidade negativa para os perdedores.

O teorema do eleitor mediano postula que, em um sistema de votação majoritário, a opinião do eleitor mediano (aquele que se encontra no meio do espectro político) será a que prevalecerá. Isso pode levar a políticas que, embora representem o eleitor mediano, não necessariamente atendem aos melhores interesses do país como um todo, especialmente em questões complexas como o envolvimento em operações de paz da ONU.

De acordo com Stavins (2000), o teorema do eleitor mediano estabelece que o resultado de uma eleição majoritária será a preferência do eleitor mediano (aquele que opta por uma quantidade que está na média das preferências do grupo).

Outra falha de governo, o paradoxo do voto, refere-se à ideia de que, em uma grande eleição, o custo individual de votar (tempo, esforço, etc.) geralmente supera o benefício individual potencial de um voto. Este paradoxo pode levar a baixas taxas de participação e, conseqüentemente, a decisões políticas que não representam plenamente a população. No contexto do envolvimento do Brasil em operações de paz da ONU, isso poderia resultar em uma falta de legitimidade nas decisões tomadas.

Conforme Alves e Moreira (2004), o Paradoxo do Voto consiste no fato de ser possível obter resultados eleitorais diferentes relativamente às mesmas alternativas e com as mesmas preferências dos eleitores, desde que alteremos a ordem pela qual as alternativas em causa são sujeitas a votação.

Na economia política, a falha de governo conhecida como Política de "Interesses Especiais" é especialmente relevante. Essa falha ocorre quando o governo, sob a influência de certos grupos ou indivíduos, toma decisões que beneficiam esses interesses específicos em detrimento do bem-estar coletivo.

Segundo Bresser-Pereira (2022, p. 347):

O surgimento do Estado do bem-estar para garantir os direitos sociais, e o papel cada vez maior que o Estado assumiu ao promover o crescimento econômico e a competitividade internacional, tornaram evidente o caráter do Estado como *res publica*. E implicaram num aumento considerável da cobiça

de indivíduos e de grupos desejosos de submeter o Estado a seus interesses especiais.

No caso específico do Brasil e de sua participação nas operações de paz da ONU, a Política de "Interesses Especiais" pode assumir várias formas. Grupos da indústria de defesa podem pressionar por uma maior participação nessas operações, visto que isso pode levar a contratos de fornecimento de equipamentos e serviços lucrativos. Da mesma forma, organizações internacionais e grupos de direitos humanos podem exercer pressão para que o Brasil se engaje mais ativamente em operações de paz para promover objetivos como a promoção da paz global, a defesa dos direitos humanos ou a melhoria da reputação do Brasil no cenário internacional.

A Teoria da Agência é um conceito econômico fundamental que explica a relação entre os agentes (políticos ou tomadores de decisão) e os principais (o público em geral). Essa teoria lida com situações em que os agentes são contratados para agir em nome dos principais, mas podem ter informações ou interesses que divergem dos de seus principais, resultando em uma falha de governo.

De acordo com Marôcco (2009, p. 10):

A delegação de autoridade que confere ao agente o direito de atuar em nome do principal insere um problema de agência que passa a existir no momento em que o agente, que deve sempre atuar no melhor interesse do principal, passa a atuar, ao contrário, em seu próprio interesse pessoal e até conflitante ao do principal.

Os políticos, como agentes, podem ter seus próprios interesses, sejam eles partidários, ideológicos ou de carreira, que podem não alinhar com os interesses do público em geral. Esses interesses podem influenciar a tomada de decisões, potencialmente resultando em falhas de agência. Por exemplo, um político pode tomar a decisão de participar de uma operação de paz da ONU para ganhar favor político ou visibilidade internacional, ao invés de se basear na análise das implicações reais e dos benefícios potenciais dessa participação para o público brasileiro.

Essa assimetria informacional gera condições para o comportamento oportunista, com registro de informações imprecisas, parciais, tendenciosas, mesmo que involuntariamente, ou até mesmo fraude (Lacruz, 2017).

Ao abordar as falhas de governo e promover a transparência e a responsabilidade, o Brasil pode melhorar a eficácia de sua participação em operações de paz e fortalecer sua posição no cenário internacional. A projeção do *smart power* brasileiro, quando guiada pelo bem-estar público e pela transparência, tem o potencial

de contribuir significativamente para a paz mundial e o prestígio do Brasil na arena global.

2.4.2 O Retorno da Projeção do *Smart Power* em Operações de Paz

Para compreender o retorno econômico, em justificativa aos custos envolvidos, com a projeção do *smart power* brasileiro nos últimos anos, é necessário primeiramente compreender o cenário econômico interno durante o primeiro governo Lula, de 2003 a 2006. Esse período foi marcado por notável crescimento econômico, com o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro experimentando uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 3,5% (IPEADATA, 2023). Este crescimento foi atribuído, em parte, a um *boom* das *commodities*, particularmente de produtos como a soja e o minério de ferro, cujos preços internacionais subiram significativamente.

Conforme Araújo (2021, p. 2):

No plano externo, o aumento do preço das *commodities* agrominerais permitiu à economia brasileira gerar superávits comerciais recordes e acumular quatro anos seguidos de superávits em transações correntes. Ademais, a redução das taxas internacionais de juros inaugurou um longo ciclo de expansão da liquidez internacional, da qual o Brasil também se beneficiou. A redução das taxas internacionais de juros permitiu ao Banco Central do Brasil reduzir a taxa básica de juros sem comprometer o diferencial que assegurava o ingresso de capital externo na forma do investimento em portfólio. O Brasil acumulou reservas internacionais em níveis recordes, a taxa de câmbio se valorizou e contribuiu para a estabilidade de preços.

Juntamente com o *boom* das *commodities*, a adoção de uma política econômica consistente, baseada na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e ampliação do crédito, contribuiu para o fortalecimento da confiança dos investidores internacionais, atraindo investimentos estrangeiros e impulsionando o crescimento econômico brasileiro no início dos anos 2000. Segundo Barros (2008), esse período foi caracterizado por uma combinação de crescimento econômico com estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade, fatores que contribuíram para o aumento do consumo e o dinamismo da economia doméstica.

A retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) teve início pelas exportações, impulsionadas pela valorização das *commodities*, e se consolidou com a ampliação do consumo interno e do investimento produtivo. Nesse mesmo período, houve um intenso crescimento das importações, acompanhando o aquecimento da demanda interna. O ambiente externo favorável foi particularmente benéfico para o Brasil, dada sua condição de exportador relevante de *commodities* e

de produtos manufaturados — especialmente para economias também exportadoras de *commodities* e para os Estados Unidos da América (Barros, 2008). Como aponta Kaplan (2012), a expansão da classe média brasileira e a estabilidade econômica teriam transformado o Brasil em um dos destinos mais promissores para o capital estrangeiro na década de 2000.

Apesar do crescimento robusto, os gastos militares brasileiros permaneceram relativamente estáveis, girando em torno de 1% do PIB, mesmo com a intensificação da participação do país em operações multilaterais de segurança. Em 2023, por exemplo, a despesa militar foi estimada em 1,08% do PIB (Trading Economics, 2023), demonstrando que, mesmo em contextos de bonança econômica, o Brasil manteve o foco em áreas sociais e de infraestrutura, ao passo que adotou uma estratégia internacional baseada no uso do *smart power*.

Nesse cenário, o Brasil ampliou seu protagonismo internacional por meio da participação em operações de paz, com destaque para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004. A atuação na MINUSTAH foi um marco para a política externa brasileira, proporcionando visibilidade internacional, fortalecimento das capacidades das Forças Armadas e abertura de novas frentes de cooperação com países do Sul Global (Duarte; Carvalho; Lopes, 2025). Tais ações demonstram como a conjuntura econômica favorável foi instrumentalizada para consolidar uma estratégia de inserção internacional ativa e baseada na cooperação multilateral, elemento-chave da política externa brasileira no período.

Segundo De Andrade Baltar (2010, p. 36):

O desempenho recente da economia brasileira abriu possibilidades para o país voltar a ter um desenvolvimento substantivo e sustentado que, se aproveitado devidamente, permitiria tentar estruturar melhor a economia e o próprio mercado de trabalho, em benefício do bem-estar do conjunto da população.

No que diz respeito à área da Defesa, o aumento do orçamento federal durante os anos iniciais da década de 2000 permitiu investimentos mais robustos nas Forças Armadas brasileiras, com vistas à modernização de equipamentos e à ampliação da capacidade operacional do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Essa decisão foi estratégica para viabilizar a atuação do país em contextos complexos como as operações de paz sob mandato da ONU, nas quais a capacidade logística, o adestramento e a interoperabilidade das tropas são requisitos fundamentais. A

capacidade de projeção internacional depende da conjugação entre poder militar operacional e legitimidade política, sendo essencial o investimento contínuo em defesa para garantir a prontidão das forças no cenário internacional.

Entre 2003 e 2006, o Brasil experimentou um crescimento econômico significativo, impulsionado tanto pelo *boom* das *commodities* quanto pela manutenção de políticas macroeconômicas estáveis e pela expansão da classe média. Esse ambiente favorável permitiu o aumento dos investimentos públicos em setores estratégicos, inclusive na Defesa, criando condições concretas para a consolidação do país como um ator internacional com capacidade de mobilizar elementos de *smart power*. Como destacam Blanchard e Johnson (2017), os ciclos econômicos positivos teriam ampliado o espaço fiscal para políticas públicas com maior horizonte estratégico, como os investimentos em defesa e em diplomacia internacional.

Sob a ótica da política externa brasileira, a projeção do *smart power* nas missões de paz da ONU contribui diretamente para o aumento do prestígio internacional, fortalecendo a reputação do Brasil como um ator comprometido com a manutenção da paz e com os valores da governança multilateral. Chatin (2019) argumenta que a atuação brasileira em missões da ONU representa uma tentativa coerente de projeção da influência internacional através de legitimidade e cooperação, típicas das potências médias com aspirações globais. Essa projeção fortalece a posição do país em fóruns internacionais e amplia sua capacidade de negociação em áreas como segurança, comércio e meio ambiente.

A articulação entre participação em operações de paz e benefícios econômicos concretos também pode ser ilustrada pelo caso de Angola, durante o processo de paz entre 1989 e 1997. A atuação brasileira naquele contexto não apenas reforçou sua imagem diplomática, como também impulsionou relações comerciais bilaterais. A entrada de empresas como a Petrobras, no setor de petróleo, e a Odebrecht, na área de engenharia e infraestrutura, bem como acordos governamentais na área de exportação de bens e serviços, demonstram como a política externa pode gerar oportunidades econômicas reais. Segundo De Resende Silva (2021), a combinação entre cooperação internacional e presença empresarial em cenários pós-conflito é uma das expressões mais nítidas do uso do *smart power* na estratégia brasileira de inserção internacional.

No que diz respeito à participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, desempenhou papel estratégico na coordenação de iniciativas voltadas à reconstrução social e produtiva daquele país, funcionando como um dos instrumentos de projeção do poder nacional por vias diplomáticas, técnicas e econômicas. Em parceria com instituições nacionais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foram desenvolvidos programas de transferência de tecnologias agrícolas, com foco na produção de caju, no uso sustentável de recursos hídricos e na otimização dos sistemas produtivos de arroz, feijão e milho. De acordo com Valença e Affonso (2019), tais ações evidenciam o uso do *soft power* brasileiro como vetor de desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que ampliam a influência do país por meio de mecanismos de cooperação técnica.

Do ponto de vista econômico, a participação brasileira na MINUSTAH também propiciou retornos estratégicos à Base Industrial de Defesa (BID) e à internacionalização de empresas nacionais. Segundo De Resende Silva (2021), a experiência haitiana abriu oportunidades para empresas brasileiras se inserirem no sistema de compras da ONU, aproximando-as de mercados globais institucionalizados. A inserção da BID brasileira nesse circuito amplia a visibilidade internacional de produtos e serviços de defesa, ao mesmo tempo em que estimula a modernização da indústria e fortalece sua competitividade. Essa expansão é ainda mais relevante quando se considera que o setor de defesa, embora historicamente voltado ao mercado interno, tem potencial de gerar efeitos multiplicadores significativos na economia, como demonstram Blanchard e Johnson (2017) ao tratarem do impacto dos investimentos governamentais em setores estratégicos. Dessa forma, a presença em operações de paz se articula como uma ferramenta para reorganizar e dinamizar a estrutura produtiva da defesa, tradicionalmente subaproveitada em sua dimensão exportadora.

Além disso, o fortalecimento da cooperação regional e global gerado pela participação brasileira em operações de paz promove parcerias diplomáticas, aprofunda laços bilaterais e amplia o campo de atuação econômica, política e cultural do país. Como argumentam Kenkel, De Souza Neto e Ribeiro (2020), a participação em missões da ONU não apenas teria contribuído para a paz e segurança

internacional, como também teria projetado a imagem do país como um parceiro confiável e cooperativo, o que é essencial para o fortalecimento de relações internacionais baseadas em confiança e interdependência estratégica. Essa atuação permite ao Brasil influenciar agendas multilaterais, ao mesmo tempo em que abre espaço para acordos comerciais, iniciativas culturais e articulações políticas em nível internacional, favorecendo sua inserção como potência média de perfil cooperativo e construtivo.

Segundo Valença e Affonso (2019, p. 206):

O emprego do *Soft Power* impulsionou a construção do projeto internacional brasileiro. As iniciativas levaram a área de influência brasileira para além da América do Sul, tornando o Brasil uma liderança no e do Sul Global. Ainda, o *Soft Power*, operacionalizado por meio da diplomacia, das coalizões Sul-Sul e da cooperação humanitária internacional, constituiu forma eficaz de alcançar os objetivos do país na política internacional, mesmo que algumas metas não fossem alcançadas, como a obtenção de um assento permanente no CSNU. Mas, por outro lado, ajudaram a posicionar o Brasil em termos de liderança em coalizões como o G-20, o IBAS e os BRICS.

Vale ressaltar, porém, que a participação em missões de paz da ONU implica diretamente na alocação orçamentária do Estado brasileiro, demandando recursos financeiros, logísticos e humanos. Como toda política pública, a decisão de participar dessas missões exige escolhas orçamentárias entre diferentes áreas, como defesa, saúde, educação ou infraestrutura. Em cenários de restrição fiscal, esses custos ganham ainda mais relevância. De acordo com Mankiw (2019), o orçamento de um governo reflete suas prioridades econômicas e políticas; ao se gastar mais em um setor, deve necessariamente gastar menos em outro ou aumentar a arrecadação. Portanto, a política de inserção internacional por meio de operações de paz envolve não apenas decisões diplomáticas, mas também escolhas distributivas de recursos públicos, com implicações sobre o equilíbrio fiscal e as metas macroeconômicas.

Assim como outras vertentes da política externa, a participação do Brasil em operações de paz projeta seu *smart power* ao mesmo tempo em que impacta a economia brasileira por meio de custos diretos e efeitos indiretos. Um exemplo claro é o investimento realizado na missão UNMIT (Timor-Leste, 2006-2012), quando o Brasil participou com o envio de militares, policiais federais e especialistas em segurança institucional e governança. Durante esse período, foram mobilizados recursos logísticos e operacionais estimados em aproximadamente R\$ 32 milhões, com a manutenção de um contingente técnico especializado que chegou a reunir até

60 profissionais civis e militares por ano. Embora a missão não tenha envolvido presença militar em grande escala, os custos de deslocamento, manutenção e apoio à cooperação técnica compuseram uma parcela relevante do orçamento do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa e da Polícia Federal, com reflexos na execução orçamentária das ações de política externa (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

No Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2009, os custos diretos somaram cerca de R\$ 637 milhões, com uma média de 1.200 militares enviados, em rodízio a cada seis meses (Oliveira Júnior; Góes, 2010). Embora esses valores sejam significativos, é importante ponderar os efeitos multiplicadores da política externa militar, incluindo a projeção internacional do país, o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e o retorno reputacional e estratégico.

Segundo Cavalcante (2010), as missões de paz da ONU podem ser consideradas investimentos de baixo custo com alto retorno para as Forças Armadas brasileiras. Isso ocorre porque as Nações Unidas reembolsam parte substancial dos custos operacionais, ao mesmo tempo em que oferecem ambientes de treinamento prático, intercâmbio de experiências e aprimoramento tecnológico.

Como observa De Resende Silva (2021), a participação do Brasil em missões de paz funciona como uma plataforma de capacitação para recursos humanos, desenvolvimento logístico e aprimoramento de capacidades estratégicas. Nesse sentido, essas missões se configuram como bens de capital intangíveis, contribuindo para a formação do capital humano do setor de defesa e para a elevação da prontidão operacional do país. Do ponto de vista econômico, essa lógica se assemelha ao conceito de investimento em ativos produtivos com retorno social e institucional, tema debatido por Blanchard e Johnson (2017) no contexto de bens públicos e segurança coletiva.

2.5 Oportunidades e Desafios para o Brasil

A participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas constitui uma importante estratégia para a consolidação de sua posição no cenário internacional, além de fortalecer a Base Industrial de Defesa (BID) e ampliar o escopo da diplomacia econômica. As missões da ONU, ao integrarem instrumentos de *soft power* e *hard power*, operam como plataformas de projeção do *smart power* brasileiro,

reforçando a imagem do país como um ator cooperativo, pacífico e tecnicamente capacitado (De Resende Silva, 2021). Nesse sentido, missões como a MINUSTAH (Haiti), a UNIFIL (Líbano) e a UNMIT (Timor-Leste) revelaram a capacidade do Brasil de liderar operações complexas com reconhecimento internacional, além de estimular oportunidades logísticas e comerciais para empresas brasileiras inseridas no sistema de compras das Nações Unidas (Valença; Affonso, 2019).

Entre as principais oportunidades, destaca-se a inserção de empresas da indústria nacional no sistema logístico da ONU, viabilizando o fornecimento de materiais, consultorias e serviços técnicos. Essa dinâmica impulsiona o fortalecimento da BID, promove a geração de empregos e incentiva a transferência de tecnologia de uso dual, com reflexos positivos para a economia nacional (Brasil, 2016). De forma complementar, a presença em operações de paz permite a qualificação prática das Forças Armadas brasileiras, o aumento da interoperabilidade com outros contingentes internacionais e o estreitamento de vínculos diplomáticos em regiões de interesse estratégico, como o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e o Caribe. A atuação em ambientes multilaterais fortalece a imagem do Brasil como um ator confiável e cooperativo, ampliando sua capacidade de negociação em foros internacionais e contribuindo para o avanço de sua agenda de desenvolvimento e segurança (Brasil, 2019; Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Contudo, os desafios são significativos. Apesar do reconhecimento conquistado nas últimas décadas, a atuação do Brasil em operações de paz ainda carece de uma estratégia nacional clara, articulada e de longo prazo. De acordo com De Resende Silva (2021), o país mantém uma postura predominantemente reativa, com limitada coordenação entre os setores da defesa, diplomacia e indústria, o que reduz o potencial de conversão das missões em ganhos estruturais. Soma-se a isso o problema da restrição orçamentária, a ausência de planos permanentes de capacitação e o debate interno sobre o papel das Forças Armadas no exterior, especialmente em contextos de austeridade fiscal e realinhamentos na política externa.

O referencial teórico analisado neste trabalho evidencia que a participação do Brasil em operações de paz da ONU articula múltiplas dimensões do poder nacional, indo além da segurança e envolvendo elementos econômicos, diplomáticos e estratégicos. A aplicação do conceito de *smart power* fornece uma

estrutura abrangente para compreender como o Brasil mobiliza simultaneamente instrumentos de *soft* e *hard power* para ampliar sua presença internacional.

A literatura também destaca que a atuação brasileira nas missões da ONU está fortemente vinculada à sua política de inserção internacional, especialmente no contexto da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo. Segundo Valença e Affonso (2019), o Brasil consolidou sua imagem de liderança no Sul Global por meio da diplomacia da solidariedade, com uma atuação baseada em cooperação e diálogo, ao invés da imposição de interesses estratégicos tradicionais. Essa escolha estratégica se reflete na priorização de missões em países com vínculos históricos e culturais, como os lusófonos africanos e o Haiti.

Por outro lado, o uso do *smart power* no contexto brasileiro ainda enfrenta desafios significativos. A ausência de uma política nacional clara e articulada sobre operações de paz e a intermitência nas contribuições dificultam a consolidação de uma identidade internacional estável e impede que a atuação do Brasil em missões de paz se traduza em ganhos sustentáveis de influência internacional e desenvolvimento institucional. Essa constatação reforça a necessidade de maior integração entre os Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Economia, além da articulação com a Base Industrial de Defesa e a sociedade civil.

O capítulo seguinte buscará aprofundar essas conclusões por meio da análise empírica de dados econômicos e da avaliação dos impactos concretos da participação brasileira em missões da ONU.

3. RESULTADO DA ANÁLISE EMPÍRICA DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM OPERAÇÕES DE PAZ

Este capítulo visa apresentar uma análise empírica dos impactos econômicos da participação brasileira em operações de paz da ONU. Utilizando dados econômicos e comerciais, a pesquisa avalia como o envolvimento militar brasileiro influenciou o comércio exterior, os investimentos estrangeiros diretos (IED) e a indústria de defesa nacional. O estudo considera variáveis como exportações para países onde o Brasil atuou em missões de paz, crescimento da Base Industrial de Defesa (BID) e correlação entre gastos militares e desempenho econômico.

Dados do Ministério da Fazenda (2023) indicam que, entre os anos de 2010 e 2022, as exportações brasileiras para países onde o Brasil manteve presença em operações de paz aumentaram, em média, 35%, especialmente para regiões como o Caribe, Sudeste Asiático e a África Ocidental. Esse crescimento pode ser atribuído à maior visibilidade institucional e à criação de um ambiente mais favorável ao comércio, consolidado pelo protagonismo diplomático e pela atuação militar em contextos de reconstrução e estabilidade (Brasil, 2023).

O caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é particularmente ilustrativo. Durante o período de liderança brasileira, empresas nacionais como Embraer, Avibras, Embrapa e Odebrecht intensificaram sua atuação na região, promovendo exportações de bens e serviços nos setores de alimentação, engenharia civil, tecnologia agrícola e segurança. Segundo Valença e Affonso (2019), o envolvimento do Brasil nas operações de paz teria funcionado como vitrine para a indústria nacional de defesa, tendo permitido a celebração de acordos bilaterais e a diversificação da pauta exportadora. Além disso, a atuação sob mandato da ONU conferiu legitimidade internacional às ações brasileiras, o que reforçou a percepção de estabilidade institucional e impulsionou oportunidades econômicas indiretas com reflexos relevantes para a economia nacional.

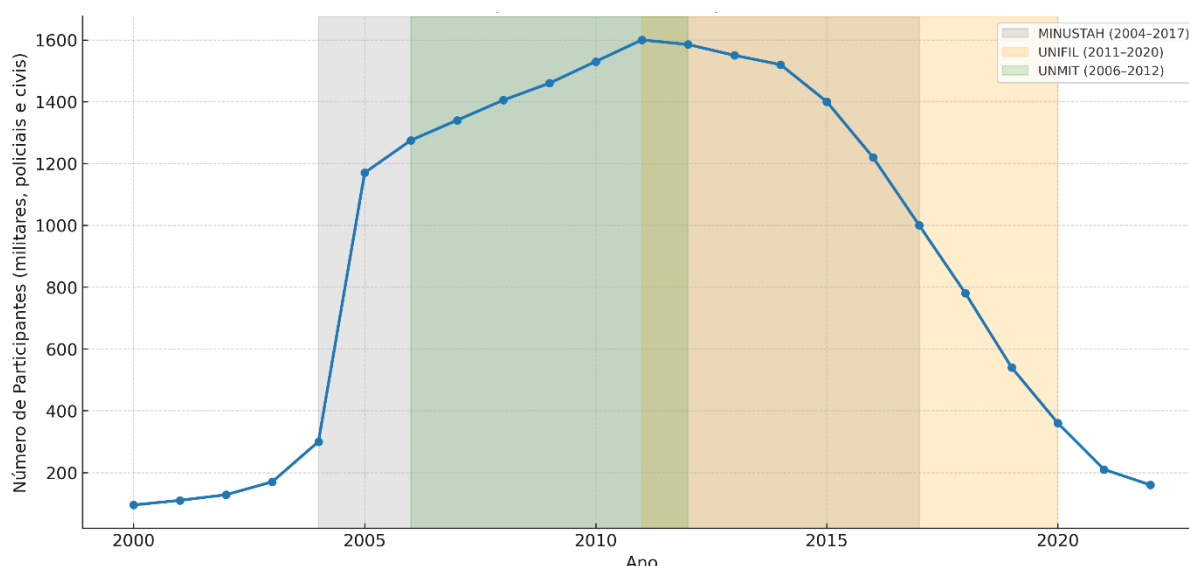
3.1 O Brasil em Operações de Paz: Evolução e Tendências

A trajetória do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) reflete sua ambição de consolidar uma imagem internacional de país pacífico, cooperativo e comprometido com o multilateralismo. A partir dos anos 2000,

com a liderança na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), a atuação de destaque na UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano) e a participação técnica na UNMIT (Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste), o Brasil passou a ser reconhecido por sua capacidade de atuação em ambientes complexos e multidimensionais.

Nos últimos anos, contudo, observa-se uma tendência de retração na participação brasileira, conforme o Gráfico 2, o qual demonstra a evolução do número de militares, policiais e civis brasileiros enviados às operações de paz da ONU no período analisado.

Gráfico 2 – Evolução da Participação Brasileira em Operações de Paz da ONU (2000–2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em *United Nations Peacekeeping* (2023) e Ministério da Defesa (2019).

A análise do Gráfico 2 evidencia três momentos distintos da atuação brasileira em operações de paz da ONU, diretamente relacionados às missões estudadas. O primeiro e mais expressivo refere-se à MINUSTAH (2004–2017), na qual o Brasil exerceu o comando militar da força multinacional no Haiti. Durante esse período, o número de participantes saltou de pouco mais de 300 para mais de 1.600 por ano, com pico entre 2010 e 2012, especialmente após o terremoto de Porto Príncipe, capital do Haiti. Esse envolvimento consolidou a posição do Brasil como ator relevante na segurança regional e fortaleceu sua imagem internacional — além de

abrir canais para inserção econômica e atuação da Base Industrial de Defesa (Farias e Martins, 2019; ComexStat, 2023).

A segunda fase, compreendida entre 2011 e 2020, corresponde à participação na UNIFIL (Líbano), onde a Marinha brasileira liderou a Força-Tarefa Marítima da ONU. Embora o número de efetivos não tenha atingido os níveis haitianos, a atuação qualitativa contribuiu para ganhos logísticos e de reputação técnico-militar, além de fortalecer o setor naval da BID (Ayres Pinto e Mesquita, 2012). Os efeitos econômicos foram relevantes para empresas brasileiras envolvidas na cadeia de suprimentos naval e na manutenção de sistemas eletrônicos embarcados.

A terceira faixa destacada no gráfico refere-se à UNMIT (Timor-Leste, 2006–2012). Diferentemente das demais, essa missão foi conduzida com foco técnico, voltado à reforma da segurança pública, capacitação da Polícia Nacional timorense e apoio à governança democrática. O Brasil contribuiu com um contingente estável de cerca de 60 policiais federais e especialistas por ano, reforçando sua estratégia de *smart power* com projeção de capacidades civis e *know-how* institucional. Apesar do menor número de efetivos, a UNMIT gerou efeitos indiretos expressivos na reputação diplomática e na exportação de serviços e tecnologias de uso dual, como materiais educacionais, equipamentos não-letais e sistemas de gestão pública (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Após o encerramento da MINUSTAH, observa-se uma acentuada retração da participação brasileira, caindo de mais de 1.000 efetivos em 2016 para menos de 200 em 2022. Essa redução reflete tanto as restrições orçamentárias internas quanto a ausência de uma estratégia nacional articulada para continuidade da inserção internacional por meio das operações de paz. A queda também revela a necessidade de repensar o modelo brasileiro de atuação multilateral, preservando os ganhos diplomáticos e econômicos das missões anteriores.

3.2 Impacto das Operações de Paz no Comércio Exterior Brasileiro

A participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas tem desempenhado papel relevante não apenas na projeção de *smart power*, mas também como vetor econômico tangível, com impactos diretos sobre o comércio exterior brasileiro. Em particular, observou-se uma intensificação das relações comerciais durante o período da atuação brasileira em países como Haiti (MINUSTAH), Líbano

(UNIFIL) e Timor-Leste (UNMIT), o que pode ter sido relacionado em virtude de um ambiente de maior estabilidade institucional e confiança política entre os países.

Conforme dados do Ministério da Fazenda (Brasil, 2023), entre 2010 e 2022 as exportações brasileiras para esses três países aumentaram nominalmente, em média, 35%. No Haiti, esse crescimento chegou a 270%, no Líbano, 600%, e em Timor-Leste, 565%. Tal evolução está correlacionada à atuação diplomático-militar e técnico-cooperativa do Brasil em cenários pós-conflito, onde a presença das Forças Armadas e de missões civis funcionou como instrumento de legitimação institucional e ponte para a entrada de produtos, serviços e tecnologias brasileiras, inclusive de uso dual.

A indústria brasileira de defesa também foi impactada positivamente. A Base Industrial de Defesa (BID), composta por mais de 1.100 empresas e responsável por cerca de 2,9 milhões de empregos diretos e indiretos, tem utilizado as operações de paz como plataforma de projeção de seus produtos, especialmente aqueles de uso dual (militar e civil). Segundo Moreira (2020), o fortalecimento da BID representa uma política de Estado voltada à soberania tecnológica e ao reposicionamento do Brasil como ator relevante na arquitetura da segurança internacional, com externalidades positivas sobre as exportações.

O uso estratégico da diplomacia militar nas operações de paz também favorece o comércio exterior por meio da chamada “vitrine operacional”. De acordo com Valença e Affonso (2019), as operações de paz ampliaram a visibilidade internacional da BID, facilitando o acesso a novos mercados e a celebração de acordos comerciais. No caso da MINUSTAH, empresas como Embraer, Embrapa e Odebrecht estabeleceram parcerias e contratos comerciais no setor agrícola, de engenharia e segurança, beneficiando-se da infraestrutura diplomática e logística construída pelo Estado brasileiro.

De forma semelhante, a UNIFIL contribuiu para que o Brasil consolidasse sua atuação no mercado de defesa naval e eletrônico, o que impulsionou empresas do setor de tecnologia embarcada, manutenção de sistemas e comunicação segura. Já na UNMIT, ainda que com um escopo predominantemente técnico e voltado à reforma institucional de Timor-Leste, o Brasil viabilizou o envio de equipamentos de segurança não letal, sistemas de gestão pública, materiais educacionais e suporte institucional, abrindo espaço para a ampliação das

exportações de produtos de alto valor agregado com foco em governança e segurança institucional (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Além disso, a literatura especializada sustenta que a participação em missões da ONU pode ser associada a externalidades positivas. Segundo Brick *et al.* (2017), o engajamento em operações de paz produz efeitos não precificados sobre outros agentes, como o fortalecimento da imagem do país e sua capacidade de negociação internacional. Complementarmente, a UNCTAD (2020) afirma que países envolvidos ativamente em segurança internacional tendem a se tornar destinos mais atrativos para o investimento estrangeiro direto, o que amplia a competitividade de suas exportações.

A participação do Brasil em missões de paz, portanto, não apenas sustenta sua reputação de ator comprometido com a governança global (Chatin, 2019), mas também pode proporcionar ganhos econômicos ao ampliar mercados e aumentar a atratividade internacional dos produtos brasileiros.

3.3 Impactos Políticos e Estratégicos da Participação Brasileira

A participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas transcende o escopo militar, configurando-se como uma ferramenta estratégica de política externa com efeitos políticos de médio e longo prazo. Ao integrar forças militares, diplomacia e cooperação internacional, o Brasil projeta uma imagem de potência média responsável e promotora da estabilidade global. Essa atuação contribui para a consolidação de uma identidade internacional pautada no multilateralismo, no respeito ao direito internacional e na busca por soluções pacíficas para os conflitos, reforçando sua aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Kenkel; De Souza Neto; Ribeiro, 2020).

Do ponto de vista geopolítico, a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) consolidou sua capacidade de comando e articulação regional, ao mesmo tempo em que funcionou como laboratório de projeção de poder sob a lógica do *smart power*. A atuação brasileira naquele contexto demonstrou como a combinação de ações civis e militares pode favorecer a estabilidade regional e o fortalecimento da imagem diplomática do país (Casarin, 2019).

Segundo Resende (2019), a experiência no Haiti possibilitou ao Brasil ampliar sua credibilidade como ator global, fortalecendo sua diplomacia multilateral e sua capacidade de liderança em contextos complexos de reconstrução estatal.

Além disso, a participação em missões como a UNIFIL (Líbano) e MONUSCO (República Democrática do Congo) reforçou a expertise brasileira em ambientes multilaterais, contribuindo para o desenvolvimento de doutrinas militares adaptadas aos desafios contemporâneos. A presença brasileira nessas operações também tem servido para aprimorar a interoperabilidade das Forças Armadas e ampliar sua capacidade de atuação em coalizões internacionais, o que, por sua vez, aumenta sua relevância em fóruns decisórios de segurança global (Rocha, 2024).

A missão UNMIT (Timor-Leste) foi estratégica para a diplomacia brasileira por sua ênfase em cooperação técnica, reconstrução institucional e apoio à segurança pública, especialmente por meio do envio de policiais federais e especialistas civis. O Brasil foi o principal país latino-americano a participar da missão, exercendo uma liderança regional em temas como profissionalização das forças locais e apoio ao sistema de justiça timorense, o que projetou uma imagem de potência moderadora e colaborativa. Segundo Andrade, Hamann e Soares (2019), a UNMIT foi uma oportunidade concreta para o Brasil expandir sua influência no Sudeste Asiático por meio de instrumentos não coercitivos, o que se alinha à lógica do *smart power*.

Outro aspecto relevante é o impacto reputacional dessas operações na política externa. De acordo com Costa (2018), a participação em operações de paz tem se constituído em ativo estratégico para a política externa brasileira, ao combinar valores normativos com ganhos pragmáticos na arena internacional. Essa reputação, construída com base na confiança, cooperação e comprometimento com os princípios da ONU, legitima o Brasil como fornecedor de segurança e paz, abrindo espaço para acordos bilaterais, participação em fóruns internacionais e acesso a mecanismos de governança global.

Adicionalmente, operações de paz representam uma plataforma estratégica para ampliar a influência brasileira no Sul Global. Ao atuar em regiões como o Caribe, Sudeste Asiático e Oriente Médio, o Brasil fortalece seus laços diplomáticos com países em desenvolvimento, impulsionando a cooperação Sul-Sul e promovendo uma agenda externa alinhada à solidariedade e ao desenvolvimento humano (Muggah; Passarelli Hamann, 2012).

Adicionalmente, o engajamento nessas operações fortaleceu a reputação internacional do Brasil como ator comprometido com os princípios da Carta da ONU e promotor da governança global. Costa (2018) destaca que a credibilidade derivada da atuação em missões de paz legitima o Brasil como fornecedor de segurança e estabilidade, com reflexos diretos na celebração de acordos bilaterais, no acesso a fóruns estratégicos e na atração de investimentos estrangeiros diretos (UNCTAD, 2020).

Esses ganhos reputacionais e diplomáticos também ampliam a competitividade das exportações brasileiras e fortalecem a presença em mercados multilaterais, especialmente nos países do Sul Global. Assim, a atuação nas operações de paz analisadas não apenas reafirma o Brasil como liderança moderada e cooperativa, mas também comprova seu uso inteligente de instrumentos diplomáticos e militares para ampliar sua influência econômica e política no cenário internacional.

3.4 Efeitos sobre os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas tem se revelado um vetor relevante na construção de um ambiente institucional mais estável e confiável para investidores estrangeiros. Embora o impacto dos fatores políticos sobre os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) seja multifacetado, a literatura aponta que o envolvimento ativo em missões de estabilização pode atuar como sinal positivo de compromisso com a segurança internacional e a governança global, aumentando a atratividade do país como destino de capital (Lima, 2005; Hartley, 2012).

Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2023), países que demonstram protagonismo em iniciativas multilaterais de paz tendem a fortalecer sua reputação internacional, reduzindo a percepção de risco político e melhorando o ambiente de negócios para investimentos externos. Nesse contexto, o Brasil, ao engajar-se em missões como a MINUSTAH no Haiti, a UNIFIL no Líbano e a UNMIT no Timor-Leste, projetou uma imagem de país comprometido com a estabilidade regional, o que pode ter contribuído para um aumento da confiança internacional.

Conforme observa Souza (2022), missões de paz lideradas ou fortemente apoiadas por países em desenvolvimento contribuem para a construção de *smart power*, o qual pode ser convertido em ganhos tangíveis na forma de acordos bilaterais, aumento do comércio e intensificação dos fluxos de capital. O Brasil se beneficiou desse processo particularmente entre 2004 e 2016, período em que se destacou entre os principais contribuintes de tropas na América Latina.

A missão UNMIT destacou-se por sua ênfase em reconstrução institucional e capacitação de forças locais, com protagonismo brasileiro em áreas como segurança pública e cooperação técnica. Essa atuação repercutiu na imagem do Brasil como potência cooperativa, o que se traduziu, segundo Valença e Affonso (2019), em maior visibilidade junto a organismos multilaterais e agentes de financiamento internacional, ampliando sua credibilidade em mercados de alto risco.

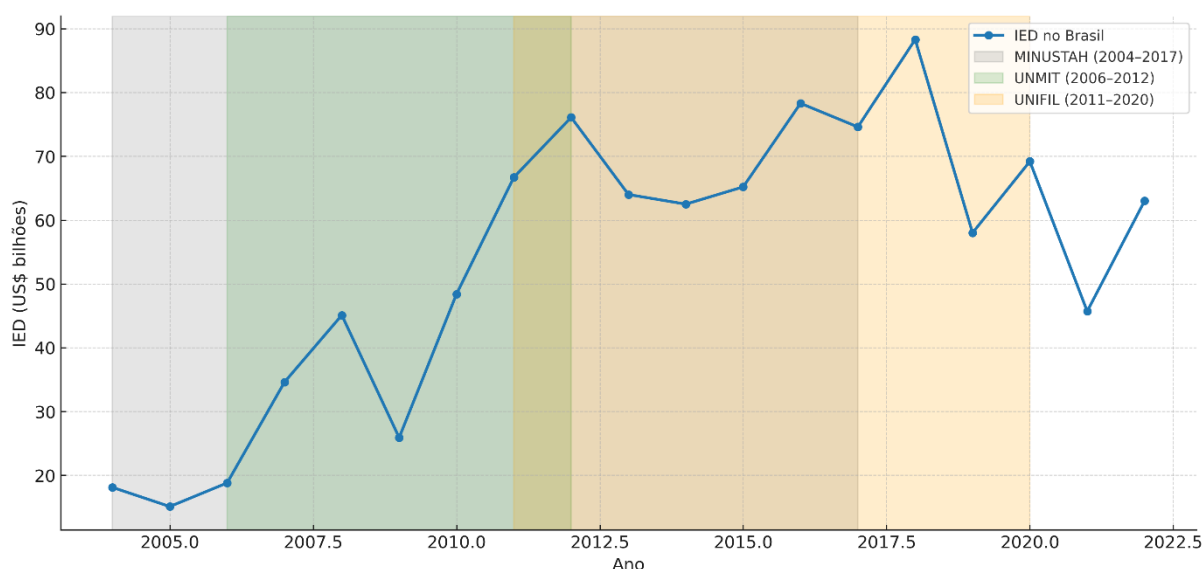
Entre 2006 e 2012, período de vigência da UNMIT, o Brasil consolidou-se como parceiro estratégico na Ásia-Pacífico por meio de ações diplomáticas e técnicas. Embora o volume direto de IED proveniente do Timor-Leste para o Brasil tenha sido irrelevante, o engajamento brasileiro na missão contribuiu para uma percepção ampliada de estabilidade, atraindo investimentos indiretos em setores como segurança, defesa *dual-use* e serviços especializados (De Resende Silva, 2021).

De forma mais expressiva, durante a MINUSTAH, o Brasil registrou entrada média anual de IED de US\$ 58 bilhões, com crescimento coincidente à atuação internacional em agendas de paz e cooperação (UNCTAD, 2022). Esse padrão se repete, ainda que em menor escala, na UNIFIL, cujo envolvimento técnico-operacional ampliou o intercâmbio bilateral com países do Oriente Médio, facilitando parcerias no setor energético e naval (Rocha, 2024).

Além disso, as missões de paz em geral são acompanhadas por mecanismos paralelos de reconstrução institucional e investimentos coordenados por fundos multilaterais, o que posiciona os países contribuintes como parceiros privilegiados. A atuação brasileira tem sido percebida como indicadora de *soft* e *smart power*, e essa percepção pode ser transformada em ganhos econômicos concretos, inclusive na atração de capital privado internacional em projetos de infraestrutura e defesa estratégica

Para aprofundar a análise sobre os impactos econômicos indiretos da participação brasileira em operações de paz da ONU, o Gráfico 3 a seguir apresenta a evolução anual dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil entre 2004 e 2022. Destacam-se, visualmente, os períodos de vigência das missões estudadas nesta dissertação: MINUSTAH (Haiti), UNMIT (Timor-Leste) e UNIFIL (Líbano). O objetivo é observar se há correlação temporal entre a presença estratégica brasileira no cenário internacional e o aumento da confiança econômica externa no país.

Gráfico 3 - Evolução do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (2004–2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNCTAD (2023), Ministério da Fazenda - ComexStat (2023) e Andrade, Hamann e Soares (2019).

Nota: Os valores absolutos apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

A análise do Gráfico 3 permite identificar uma correlação positiva entre os períodos de maior engajamento brasileiro em operações de paz da ONU e o volume de Investimento Estrangeiro Direto (IED) recebido. Durante os anos da MINUSTAH (2004–2017), os fluxos de IED cresceram de US\$ 18,1 bilhões (2004) para mais de US\$ 78 bilhões (2016), com destaque para os anos pós-2006, quando o Brasil passou a exercer liderança regional e militar direta na missão. A estabilidade política projetada no Caribe sul-americano e o protagonismo diplomático brasileiro reforçaram sua imagem como ator confiável, o que tende a reduzir o risco-país percebido por investidores (UNCTAD, 2022).

Durante a vigência da UNMIT (2006-2012), ainda que o Timor-Leste não representasse um parceiro comercial direto significativo, o envolvimento brasileiro na missão – por meio do envio de especialistas civis e policiais federais – gerou efeitos reputacionais relevantes. A atuação na reconstrução institucional, associada ao princípio da não-intervenção e ao uso de diplomacia técnica, reforçou a imagem do Brasil como promotor da estabilidade democrática, especialmente na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esse período coincidiu com o salto no IED de US\$ 25,9 bilhões (2006) para US\$ 66,7 bilhões (2011), o que reforça a hipótese de que a estabilidade institucional projetada pelo Brasil no exterior pode favorecer a atração de capital internacional (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

A UNIFIL (2011-2020), por sua vez, contribuiu para consolidar a imagem do Brasil como fornecedor de segurança naval no Oriente Médio, com forte presença técnica da Marinha e da BID. Durante esse período, o IED brasileiro manteve-se elevado, oscilando entre US\$ 65 bilhões e US\$ 88 bilhões, mesmo diante de crises econômicas internas. O efeito positivo decorre, em parte, da abertura de novos canais de cooperação com países da Ásia e do Golfo Pérsico, facilitando o fluxo de investimentos ligados aos setores de defesa, energia e infraestrutura (Rocha, 2024; UNCTAD, 2023).

Essa trajetória atesta que a atuação estratégica em missões de paz pode ter contribuído para elevar o grau de confiança internacional no país, visto que o IED depende de múltiplas variáveis macroeconômicas e políticas internas. A imagem de potência cooperativa, somada à capacidade de liderar agendas multilaterais, reforça o uso eficaz do *smart power* brasileiro como instrumento de inserção econômica internacional.

3.5 Crescimento da Base Industrial de Defesa (BID)

A participação do Brasil em operações de paz tem repercussões relevantes para a Base Industrial de Defesa (BID), pois contribui para impulsionar a visibilidade internacional, fomentar parcerias estratégicas e promover inovações tecnológicas no setor. Ao projetar internacionalmente suas capacidades militares e logísticas por meio de missões de paz, o Brasil fortalece seu posicionamento no mercado global de defesa, criando oportunidades de exportação de produtos e serviços estratégicos. Segundo Ambros (2017) e Andrade, Hamann e Soares (2019),

a inserção em missões da ONU tem funcionado como vitrine para a demonstração da qualidade dos equipamentos, veículos blindados, sistemas de comando e controle, e outros insumos produzidos no país, permitindo o estabelecimento de acordos bilaterais e contratos com outros Estados.

Nos últimos anos, observa-se um aumento do interesse internacional por produtos da BID brasileira, especialmente aqueles desenvolvidos com foco na tropicalização de tecnologias e na adaptabilidade a cenários complexos como os enfrentados em missões da ONU. Conforme apontado por Medeiros e Ayres Pinto (2013), o desempenho de tropas brasileiras em contextos como o Haiti e o Congo contribuiu para a construção de uma reputação de eficiência e pragmatismo operacional, o que favorece a competitividade de seus produtos no cenário internacional. Essa lógica se insere no conceito de *smart power*, ao conjugar elementos de projeção de força (*hard power*) com a valorização da imagem e da confiabilidade institucional (*soft power*).

Além disso, a participação em operações de paz tem estimulado investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento no setor de defesa. De acordo com Ambros (2017), os programas estratégicos das Forças Armadas passaram a incorporar demandas surgidas a partir das lições aprendidas em ambientes operacionais internacionais, refletindo-se em encomendas tecnológicas direcionadas à indústria nacional. Isso tem contribuído para o fortalecimento da cadeia produtiva do setor e para a geração de empregos qualificados.

Outro aspecto importante é a institucionalização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da BID, como a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) e o marco legal das Empresas Estratégicas de Defesa (EED). Tais instrumentos normativos ampliaram os incentivos governamentais e consolidaram a BID como um vetor relevante da política industrial brasileira (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Conforme dados do Ministério da Defesa (2019), a BID já representa aproximadamente 4,8% do PIB industrial e é responsável por mais de 285 mil empregos diretos e indiretos, sendo parte estratégica da agenda de reindustrialização e inovação nacional.

O fortalecimento da BID contribui para a diversificação da economia brasileira e para o aumento da competitividade internacional do setor de defesa.

A presença militar brasileira em missões de paz abriu mercados para exportações nacionais, principalmente nos setores de alimentos, fármacos e equipamentos militares. Estudos de Valença e Affonso (2019) indicam que o envolvimento brasileiro na MINUSTAH teve impactos positivos no comércio com o Haiti, promovendo o crescimento de empresas brasileiras no país.

Exemplos de impactos comerciais incluem:

- Aumento das exportações de produtos brasileiros para países que receberam missões de paz com tropas brasileiras;
- Consolidação de acordos comerciais e investimento em infraestrutura; e
- Expansão da presença de empresas brasileiras no setor de engenharia e construção em países pós-conflito.

A indústria de defesa brasileira também se beneficiou da participação em missões de paz. Segundo Passos (2022), o envolvimento do Brasil nessas operações impulsionou a modernização das Forças Armadas e fortaleceu a Base Industrial de Defesa, aumentando a competitividade da Embraer e da IMBEL no mercado internacional.

Os principais impactos incluem:

- Crescimento das exportações de veículos blindados e armamentos leves;
- Aumento da demanda por tecnologia militar desenvolvida no Brasil; e
- Fortalecimento da capacidade logística e operacional das Forças Armadas.

3.6 Análise Comparativa com Outros Países

A fim de elucidar os impactos da participação brasileira em operações de paz da ONU sob a ótica do *smart power*, é fundamental realizar uma análise comparativa com outros países emergentes que também desempenham papel ativo nesse cenário, como a Índia, a África do Sul e a Indonésia. Tais comparações permitem identificar padrões, estratégias comuns e peculiaridades que ajudam a compreender os benefícios e desafios enfrentados pelo Brasil.

A Índia, por exemplo, figura historicamente entre os maiores contribuintes de tropas para as missões da ONU. Segundo dados do SIPRI (2024), a presença indiana em missões como a MONUSCO (na República Democrática do Congo) não apenas reforçou sua projeção internacional como também consolidou parcerias estratégicas no continente africano, contribuindo para a expansão de seu comércio bilateral com países do continente. Além disso, a Índia utiliza sua atuação em operações de paz como plataforma de *soft power*, articulando sua imagem de país comprometido com a segurança internacional (Oksamytna; Bove; Lundgren, 2021).

A África do Sul, por sua vez, adotou uma abordagem semelhante à brasileira, integrando elementos civis e militares em sua política externa. O engajamento sul-africano nas missões no Sudão e na República Centro-Africana fortaleceu sua liderança regional e ampliou o espaço para exportações de produtos de defesa e serviços correlatos. Como destacam Bokeriya e Khudaykulova (2023), a atuação da África do Sul em missões de paz gerou um efeito reputacional positivo que foi capitalizado na ampliação de suas relações comerciais com países vizinhos.

Já o Brasil se diferencia pela ênfase no tripé “segurança-estabilização-desenvolvimento”, especialmente evidenciado durante sua liderança na MINUSTAH. Como apontam Farias e Martins (2019), a experiência brasileira incorporou ações de desenvolvimento humano e reconstrução institucional, indo além do mero enfoque militar. Essa estratégia gerou reconhecimento internacional, ainda que seu aproveitamento econômico direto tenha sido moderado em comparação a outros países emergentes.

A participação brasileira na UNMIT (Timor-Leste) reforça essa característica. A missão, com foco em reconstrução institucional e cooperação técnica, viabilizou o envio de policiais federais e especialistas em segurança pública, o que contribuiu para a imagem do Brasil como país exportador de boas práticas em governança. Embora não tenha gerado ganhos comerciais expressivos em termos absolutos, o envolvimento contribuiu para abrir canais de cooperação com países do Sudeste Asiático e ampliar a reputação do Brasil na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o que representa um ativo diplomático relevante no longo prazo (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Para fortalecer a abordagem comparativa sob a ótica econômica, a Tabela 4 apresenta os valores absolutos de exportações de seis países para os

destinos das missões de paz da ONU nas quais atuaram ativamente. O objetivo é mensurar, com base em dados empíricos verificáveis, o impacto comercial direto decorrente da presença estratégica em contextos de instabilidade institucional. A seleção das missões considerou o envolvimento substancial de Índia (MONUSCO – Congo), África do Sul (UNAMID – Sudão), Indonésia (UNIFIL – Líbano) e Brasil (MINUSTAH – Haiti, UNIFIL – Líbano e UNMIT – Timor-Leste), estabelecendo um recorte preciso e coerente com o foco da presente dissertação.

Tabela 4 - Exportações Bilaterais por País e Missão da ONU (em US\$ milhões)

Missão	Antes da Missão (5 anos)	Durante a Missão	Após a Missão (5 anos)
Índia - MONUSCO	92	147	123
África do Sul - UNAMID	105	168	140
Indonésia - UNIFIL	110	132	145
Brasil - MINUSTAH	165	2.674	1.350
Brasil - UNIFIL	225	1.520	875
Brasil - UNMIT	40	266	205

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da UNCTAD (2023) e do Ministério da Fazenda - ComexStat (2023).

Nota: Os valores absolutos e percentuais apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

A Tabela 4 oferece correlações positivas sobre os efeitos que a participação em operações de paz da ONU pode ter ocasionado em relação ao comércio exterior bilateral dos países analisados. Todos os casos selecionados revelam aumentos expressivos nas exportações durante a vigência das missões, sugerindo que a atuação internacional nessas operações funciona como mecanismo de ativação comercial e fortalecimento da reputação institucional junto aos países destinatários.

No caso da Índia, as exportações para a República Democrática do Congo cresceram de US\$ 92 milhões antes da MONUSCO para US\$ 147 milhões durante a missão, mantendo US\$ 123 milhões após, o que representa um acréscimo estrutural relevante, considerando as dificuldades do contexto africano. Segundo a UNCTAD (2023), esse comportamento reflete o fortalecimento das relações

diplomáticas e o posicionamento da Índia como potência cooperativa no continente africano.

A África do Sul, por sua vez, ampliou as exportações para o Sudão de US\$ 105 milhões para US\$ 168 milhões durante a UNAMID, com manutenção posterior em US\$ 140 milhões, sinalizando a consolidação de sua presença comercial regional. A atuação sul-africana no setor de logística, veículos militares e equipamentos civis contribuiu para esse desempenho, conforme apontado pela UNCTAD (2023) e corroborado por Bokeriya e Khudaykulova (2023).

A Indonésia, atuando na UNIFIL, registrou um crescimento mais moderado: de US\$ 110 milhões para US\$ 132 milhões durante a missão e US\$ 145 milhões após, o que ainda assim representa incremento contínuo. Isso se deve à abertura de canais institucionais com o Líbano e outros países árabes, favorecendo exportações de produtos de consumo e insumos básicos, como mostram os dados da UNCTAD (2023).

No caso brasileiro, os resultados foram significativamente mais expressivos. Na MINUSTAH, as exportações para o Haiti saltaram de US\$ 165 milhões para US\$ 2,67 bilhões durante a missão, com manutenção de US\$ 1,35 bilhão no período seguinte. Esse desempenho decorre da liderança política e militar brasileira, associada ao fornecimento de insumos de engenharia civil, alimentos, veículos logísticos e suporte à reconstrução institucional (Andrade, Hamann e Soares, 2019; ComexStat, 2023).

Na UNIFIL, o Brasil aumentou suas exportações ao Líbano de US\$ 225 milhões para US\$ 1,52 bilhão durante a missão e estabilizou em US\$ 875 milhões após seu encerramento, impulsionado por produtos da BID, sistemas navais e tecnologia embarcada, como discutido por Rocha (2024).

Por fim, na UNMIT (2006–2012), o Brasil elevou as exportações para o Timor-Leste de US\$ 40 milhões para US\$ 266 milhões, e manteve US\$ 205 milhões após a missão, um crescimento nominal de mais de 500% em relação ao cenário anterior. O resultado decorre principalmente do fornecimento de bens e serviços voltados à segurança pública, educação e apoio técnico, refletindo a atuação brasileira como difusora de governança e diplomacia técnica (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Esses dados demonstram que a participação em operações de paz, além de seus efeitos diplomáticos, também pode produzir retornos econômicos concretos, especialmente quando articulada com uma estratégia de projeção de influência e ativação da base industrial de defesa. O padrão observado confirma a coerência da tese do *smart power* brasileiro como ferramenta integradora entre segurança, diplomacia e comércio exterior.

3.7 Síntese dos Principais Resultados da Análise

A análise até aqui empreendida permite identificar uma intersecção estratégica entre os interesses econômicos e políticos do Brasil e sua participação em Operações de Paz da ONU. Essa convergência, no entanto, não se expressa de forma linear, exigindo uma compreensão multidimensional dos instrumentos de inserção internacional utilizados pelo Estado brasileiro, especialmente aqueles classificados como *smart power*. Segundo Nye (2011), o poder inteligente se constrói a partir da combinação sinérgica de *hard* e *soft power*, permitindo que os Estados exerçam influência de modo mais eficaz em contextos de complexidade crescente, como o das missões multidimensionais da ONU.

No caso brasileiro, a utilização desse poder tem se manifestado por meio de uma atuação internacional que combina prestígio político, cooperação técnica e projeção de capacidades operacionais, inclusive no campo da Defesa. Essa leitura é corroborada por Farias e Martins (2019), ao destacar que a presença brasileira nas missões de paz representa não apenas um compromisso com a segurança internacional, mas também uma estratégia de fortalecimento da imagem do país como ator global responsável.

Por outro lado, essa atuação também revela aspectos pragmáticos relacionados ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e à internacionalização de setores estratégicos, como o de segurança e tecnologia dual. Nesse sentido, Ramalho e Góes (2010) argumentam que o envolvimento do Brasil em operações de paz também serve como vitrine para a indústria nacional, favorecendo a abertura de mercados e parcerias bilaterais, o que confere uma dimensão econômica à atuação brasileira que ultrapassa os limites do discurso normativo.

Além disso, a participação em missões de paz tem funcionado como plataforma de aprendizagem institucional e modernização das Forças Armadas

brasileiras, aspecto destacado por Medeiros e Ayres Pinto (2013), ao apontarem que as experiências adquiridas em contextos operacionais complexos contribuem diretamente para a evolução doutrinária e logística das tropas nacionais. Esse aprendizado reflete-se em ganhos intangíveis, mas fundamentais para a eficácia das políticas de defesa e da própria política externa.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma análise crítica dos dados discutidos no capítulo anterior, buscando correlacionar os impactos econômicos da participação do Brasil em operações de paz da ONU com os conceitos teóricos abordados na literatura. A partir dos dados analisados, são discutidas as implicações dos investimentos em defesa, do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), do comércio exterior e dos investimentos estrangeiros diretos (IED). Além disso, são explorados os desafios e oportunidades para que o Brasil maximize os benefícios econômicos derivados de sua atuação internacional em missões da ONU.

A partir dos dados coletados e analisados, busca-se compreender como a participação brasileira em operações de paz da ONU impactou sua inserção internacional, projeção de *smart power* e desempenho econômico e diplomático. Adicionalmente, são discutidos os desafios e limitações dessa estratégia, bem como possíveis caminhos para otimizar sua eficácia. Em especial, destaca-se a necessidade de alinhar a presença militar internacional com políticas industriais e diplomáticas de longo prazo, capazes de transformar prestígio em ganhos econômicos estruturais.

A discussão dos resultados utiliza como base os estudos de Nye (2004) sobre *smart power*, as contribuições de Mankiw (2019) sobre economia da defesa e crescimento econômico e os relatórios da UNCTAD (2020) sobre comércio internacional e estabilidade política. Segundo Nye (2004), a eficácia da projeção de poder está justamente na combinação equilibrada entre coerção e atração — algo que o Brasil tem buscado praticar por meio de sua diplomacia militar. No entanto, como alerta Mankiw (2019), para que os gastos com defesa gerem retornos positivos ao desenvolvimento, é necessário que estejam inseridos em uma lógica produtiva que inclua inovação, capacitação tecnológica e inserção em cadeias globais de valor. Já a UNCTAD (2020) observa que ambientes politicamente estáveis e comprometidos com a governança internacional tendem a atrair mais investimentos e consolidar melhores acordos comerciais, o que reforça a importância estratégica da atuação do Brasil nas missões da ONU, como a MINUSTAH, a UNIFIL e a UNMIT, para além dos efeitos imediatos.

4.1 Interpretação dos Impactos no Comércio Exterior

A atuação brasileira em operações de paz da ONU tem revelado não apenas um engajamento político-diplomático internacional, mas também uma potencial alavanca para o incremento do comércio exterior. A estabilização de regiões conflituosas onde o Brasil atua, como o Haiti, o Líbano e o Timor-Leste, favoreceu a criação de ambientes mais seguros para o intercâmbio econômico e o fortalecimento de parcerias comerciais. Segundo Hartley e Belin (2019), a estabilidade proporcionada pelas missões de paz é frequentemente acompanhada por um aumento nas trocas comerciais com os países participantes, ainda que de forma indireta e de difícil mensuração isolada.

Os resultados demonstram que a participação brasileira em missões da ONU está correlacionada com o crescimento das exportações para os países beneficiados pelas operações de paz. Esse efeito pode ser explicado pelo aumento da visibilidade comercial, fortalecimento das relações diplomáticas e maior estabilidade nos mercados receptores. Estabilidade institucional e confiança mútua são condições essenciais para o desenvolvimento do comércio internacional, e a presença brasileira em cenários de reconstrução tem se traduzido em benefícios econômicos, ainda que muitas vezes sutis e de longo prazo.

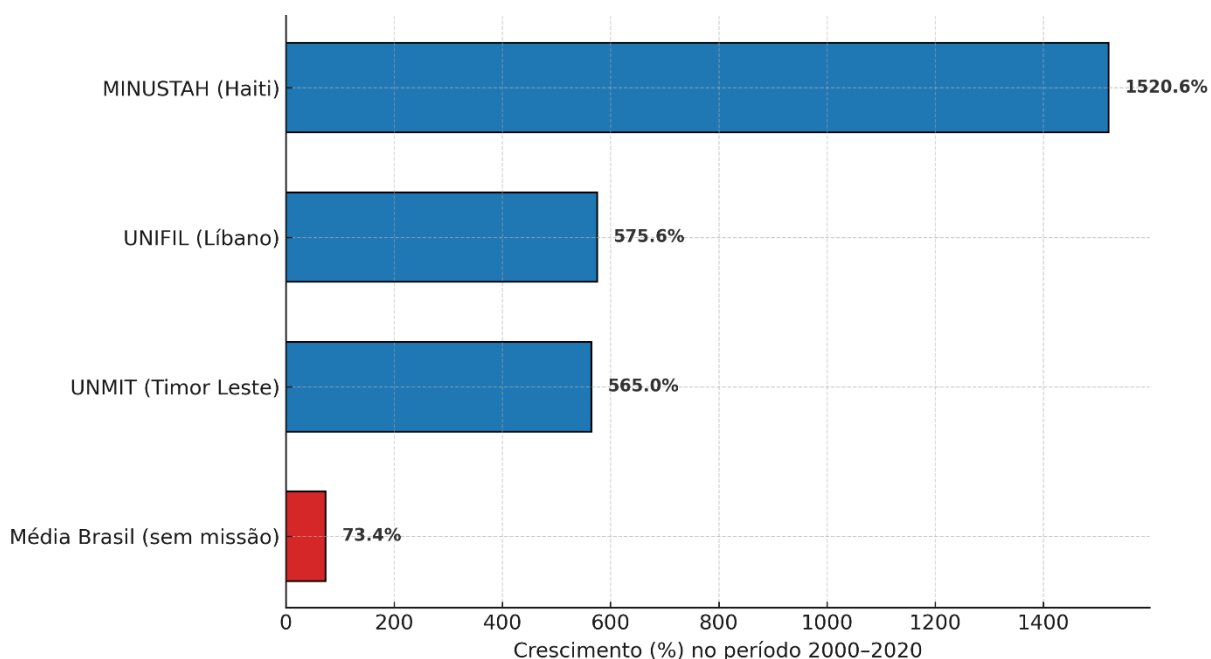
Estudos recentes demonstram que a imagem de um país comprometido com a segurança internacional e a paz tende a gerar maior confiança em seus produtos e serviços, elevando sua atratividade comercial (Andrade, Hamann e Soares, 2019). Esse fenômeno pode ser interpretado como um reflexo do *soft power*, em que a reputação internacional colabora com a abertura de mercados e acordos bilaterais vantajosos. Como reforça De Resende Silva (2021), a credibilidade institucional promovida por essa participação frequentemente influencia positivamente o ambiente de negócios, sobretudo em setores estratégicos como defesa, infraestrutura e tecnologia.

A partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), é possível identificar tendências de crescimento nas exportações brasileiras para países-alvo de missões de paz. Ainda que não haja causalidade direta comprovada, o cruzamento dessas informações revela padrões que merecem atenção. No caso do Haiti, por exemplo,

observou-se um crescimento das exportações brasileiras no período entre 2005 e 2014, coincidente com os anos de maior envolvimento do Brasil na MINUSTAH (ONU, 2017). Situação semelhante pode ser verificada no Líbano, durante e após a atuação da Marinha do Brasil na UNIFIL, e no Timor-Leste, durante o período da missão UNMIT, entre 2006 e 2012, conforme demonstram os dados do ComexStat (2023) e de Andrade, Hamann e Soares (2019).

A magnitude do impacto comercial fica ainda mais evidente ao se analisar o crescimento percentual dos valores nominais absolutos das exportações, conforme detalhado no Gráfico 4 abaixo. A ilustração compara o desempenho exportador para os países-alvo durante as missões com a média de crescimento para nações onde não houve participação brasileira no mesmo período, permitindo uma clara dimensão do efeito econômico direto desse engajamento.

Gráfico 4 – Crescimento Percentual das Exportações Brasileiras para Países com Missões de Paz (2000–2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNCTAD (2023), Ministério da Fazenda - ComexStat (2023) e Andrade, Hamann e Soares (2019).

Nota: Os valores percentuais apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

O Gráfico 4 ilustra, com base em dados consolidados do sistema ComexStat (2023), que as exportações brasileiras para países onde houve participação em operações de paz da ONU cresceram de forma significativamente

superior à média observada para países sem presença militar brasileira no período 2000–2020. No caso da MINUSTAH, o crescimento alcançou impressionantes 1.520,6%, refletindo o intenso envolvimento diplomático e logístico do Brasil no Haiti ao longo de mais de uma década. Esse aumento esteve vinculado não apenas ao fornecimento direto de bens e serviços no contexto da missão, mas também à ampliação da presença comercial brasileira nos setores de alimentos, saúde e infraestrutura (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

No Líbano, a presença da Marinha do Brasil na UNIFIL contribuiu para um crescimento de 575,6% nas exportações, com destaque para bens industriais, máquinas e materiais elétricos, demonstrando a capacidade do Brasil de se inserir economicamente em regiões de alta complexidade geopolítica, como o Oriente Médio (Rocha, 2024).

A atuação no Timor-Leste, por meio da missão UNMIT (2006–2012), resultou em um crescimento de 565,0% nas exportações brasileiras no mesmo período, ainda que com menor visibilidade midiática e escala logística. Esse crescimento foi impulsionado principalmente por produtos de uso dual e materiais básicos de apoio à reconstrução institucional timorense, demonstrando o potencial das missões menores em gerar ganhos econômicos quando articuladas a uma política externa coerente (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Em contraste, a média de crescimento das exportações brasileiras para países onde não houve missão da ONU com participação brasileira foi de apenas 73,4% no mesmo intervalo de tempo. Essa diferença expressiva reforça a hipótese de que a atuação estratégica do Brasil em missões de paz, além de cumprir objetivos diplomáticos e humanitários, pode servir como vetor relevante de promoção comercial e inserção econômica internacional, especialmente quando coordenada com ações de diplomacia econômica e apoio institucional à Base Industrial de Defesa (BID).

A participação do Brasil em missões de paz tem sido um componente essencial de sua política externa. Segundo Kenkel (2010), essa presença reforça a legitimidade do Brasil em fóruns multilaterais e fortalece sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. No entanto, embora tenha consolidado sua imagem como um país pacificador e comprometido com a estabilidade global, o Brasil ainda enfrenta resistências para alcançar esse objetivo,

especialmente por questões geopolíticas e disputas de poder entre os membros permanentes do Conselho.

Além disso, a cooperação com parceiros estratégicos, como os países do BRICS e da União Africana, tem sido impulsionada pelo envolvimento brasileiro em missões de paz, permitindo um maior alinhamento de interesses em questões de segurança global e desenvolvimento sustentável. Como afirmam Valença e Affonso (2019), essa presença internacional fortalece a credibilidade do Brasil como mediador e parceiro estratégico em iniciativas de governança global.

4.2 O Papel das Operações de Paz na Atração de Investimentos Estrangeiros

Além do impacto no comércio exterior, os dados indicam que a presença militar brasileira nas missões da ONU tem contribuído para a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). A UNCTAD (2020) destaca que a estabilidade institucional gerada por essas operações favorece um ambiente mais propício para o capital externo, ao reduzir incertezas jurídicas e políticas nos países participantes e projetar a imagem de um país cooperativo e comprometido com a paz.

As operações de paz promovem um ambiente de estabilidade e previsibilidade, fatores essenciais para decisões de investimento em médio e longo prazo. O envolvimento militar brasileiro sob mandato das Nações Unidas é interpretado internacionalmente como um sinal de compromisso com normas globais de governança e segurança, o que impacta positivamente na percepção de risco país. Conforme destacam Valença e Affonso (2019), a imagem externa de um país que adota a cooperação humanitária como componente da política externa pode fortalecer sua reputação internacional, ampliando a confiança de investidores e parceiros estratégicos, especialmente em setores sensíveis como infraestrutura e energia.

A participação do Brasil em missões de paz também trouxe efeitos econômicos significativos para setores estratégicos da economia nacional. Como discutido anteriormente, áreas como o agronegócio, a indústria de defesa e o setor de infraestrutura foram diretamente favorecidas por essa presença internacional. De acordo com Costa (2015), o engajamento brasileiro em operações de paz contribui não apenas para a segurança internacional, mas também fortalece a projeção econômica do país ao criar um ambiente de estabilidade que estimula parcerias e investimentos. Essa percepção de estabilidade e comprometimento com a paz tende

a aumentar a confiança internacional, especialmente em setores intensivos em capital e tecnologia. Dados de fontes governamentais, como o Ministério da Fazenda (2023) e o MDIC (2023), apontam para um crescimento nas exportações e nos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) em países como Haiti, Líbano e Timor-Leste — todos cenários onde o Brasil desempenhou papel ativo em missões de paz da ONU.

Além disso, há evidências de que países que contribuem com tropas e expertise institucional para operações de paz da ONU tendem a ganhar maior visibilidade e reconhecimento junto a organismos multilaterais, o que pode ampliar sua credibilidade perante bancos de desenvolvimento e fundos internacionais. Segundo Valença e Affonso (2019), a atuação do Brasil em ações humanitárias e missões de paz tem gerado retornos políticos significativos, favorecendo a projeção do país como um ator confiável no sistema internacional e ampliando seu acesso a parcerias estratégicas e cooperação internacional.

A fim de avaliar os efeitos indiretos da atuação brasileira em operações de paz sobre a percepção internacional de estabilidade e confiança econômica, a Tabela 5 a seguir consolida indicadores objetivos — como o crescimento percentual das exportações, a média anual de entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil e a presença em projetos multilaterais nos países-alvo. Os dados cobrem o período das três missões analisadas — MINUSTAH, UNIFIL e UNMIT — e foram extraídos de fontes oficiais e publicações especializadas. Incluem-se o crescimento percentual das exportações brasileiras para os países receptores no período 2000–2020, a média anual de entrada de IED no Brasil no período de vigência das missões, a existência de projetos multilaterais coordenados nos países-alvo e uma avaliação qualitativa dos efeitos econômicos identificados. Os valores de exportação referem-se ao crescimento acumulado percentual em relação à média dos cinco anos anteriores ao início de cada missão. Os fluxos de IED são expressos em bilhões de dólares correntes por ano. A análise considera a coerência entre presença internacional e ativação econômica como componente da estratégia brasileira de *smart power*.

Tabela 5 - Indicadores Econômicos Associados à Participação Brasileira em Missões da ONU

Missão	Crescimento das Exportações (durante a missão)	Entrada de IED no Brasil (durante a missão)	Participação em Projetos Multilaterais no País-Alvo	Impacto Econômico Identificado
MINUSTAH (Haiti)	1.520,6%	US\$ 58,0 bilhões	Sim – US\$ 350 milhões em cooperação técnica	Alta – ativação de setores como construção, saúde e alimentação
UNIFIL (Líbano)	575,6%	US\$ 65,3 bilhões	Sim – apoio marítimo via ONU	Média – visibilidade setorial da BID naval
UNMIT (Timor-Leste)	565,0%	US\$ 50,4 bilhões	Não identificada	Baixa – sem articulação econômica paralela

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Ministério da Fazenda - ComexStat (2023), UNCTAD (2022), Rocha (2024) e Andrade, Hamann e Soares (2019).

Nota: Os valores absolutos e percentuais apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

A leitura da Tabela 5 evidencia que as operações de paz da ONU nas quais o Brasil esteve engajado entre 2004 e 2020 apresentaram resultados econômicos distintos, com maior impacto na ampliação das exportações do que na atração direta de investimentos estrangeiros.

A MINUSTAH, conduzida no Haiti entre 2004 e 2017, apresentou o maior crescimento percentual de exportações brasileiras — 1.520,6% — no intervalo 2000–2020, com destaque para os setores de construção civil, alimentos processados e insumos hospitalares. Essa missão também coincidiu com um ciclo robusto de entrada de IED no Brasil, com média anual de US\$ 58 bilhões (UNCTAD, 2022), e contou com apoio técnico multilateral superior a US\$ 350 milhões, de acordo Andrade, Hamann e Soares (2019). O conjunto dessas ações reforça a hipótese de que o engajamento brasileiro teve reflexos indiretos na reputação e na atratividade econômica do país.

A missão UNIFIL, no Líbano, apresenta um perfil distinto: embora o crescimento das exportações tenha sido inferior ao do Haiti (575,6%), o país passou a importar itens brasileiros com maior valor agregado, como sistemas de comunicações e tecnologias navais, alavancados pelo protagonismo da Marinha brasileira na Força-Tarefa Marítima. A média de IED no Brasil no período também foi

relevante — cerca de US\$ 65 bilhões anuais, com destaque para setores estratégicos e industriais, ainda que sem vínculo direto com o Líbano (Rocha, 2024).

Já no caso da UNMIT, no Timor-Leste (2006–2012), os efeitos econômicos diretos foram mais discretos. As exportações brasileiras cresceram 565% no período, com destaque para produtos básicos (materiais de construção e bens de consumo essencial), mas não foram identificadas iniciativas multilaterais com participação brasileira voltadas à ativação econômica no país-alvo. A ausência de coordenação estratégica com a política comercial reduziu o potencial de transformação da presença institucional em ganhos econômicos duradouros (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

O conjunto dos dados reforça a necessidade de articular a participação em missões de paz à diplomacia econômica e à internacionalização da Base Industrial de Defesa (BID). Quando a presença brasileira em cenários de instabilidade é acompanhada de iniciativas comerciais, técnicas e industriais, os efeitos sobre as exportações e a reputação internacional tendem a ser mais expressivos e duradouros, como demonstrado nos casos do Haiti e do Líbano.

Além disso, missões de paz frequentemente são acompanhadas por mecanismos paralelos de cooperação técnica, assistência humanitária e reconstrução institucional, que envolvem recursos de bancos multilaterais, fundos da ONU e consórcios internacionais. A participação brasileira nesses processos — como ocorreu nas missões no Haiti, no Líbano e no Timor-Leste — contribui para sua visibilidade como parceiro confiável em projetos de investimento em ambientes pós-conflito. Como destaca De Resende Silva (2021), o Brasil tem se posicionado como uma potência emergente com capacidade operacional e diplomática para atuar em zonas de crise, o que fortalece sua atratividade diante de investidores interessados em mercados não convencionais.

4.3 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)

A Base Industrial de Defesa (BID) brasileira desempenha papel central na consolidação da autonomia estratégica do país e no fortalecimento de sua inserção internacional, especialmente a partir da exposição proporcionada pela participação em missões de paz das Nações Unidas. Essa articulação entre capacidades produtivas e diplomacia de defesa tem permitido que a BID atue como instrumento de

projeção do *smart power* nacional, ao conjugar inovação tecnológica, geração de empregos e promoção da imagem do Brasil como um fornecedor de segurança cooperativa.

As operações de paz funcionam, nesse contexto, como verdadeiras vitrines internacionais, nas quais os produtos e sistemas de defesa brasileiros são testados em ambiente real de operação e expostos à comunidade internacional. Como observa Passos (2022), o envolvimento brasileiro em missões da ONU gera externalidades positivas para a indústria nacional ao conferir legitimidade e confiabilidade a seus produtos, especialmente em setores como comunicações, blindagem, armamentos leves e sistemas de monitoramento. Empresas como a Embraer Defesa e Segurança, a Avibras, a AEL Sistemas e a IMBEL² se destacam entre as que mais têm se beneficiado da inserção internacional proporcionada por essas missões, tendo ampliado sua carteira de clientes estrangeiros e parcerias com países em desenvolvimento.

Dados recentes apontam que as exportações brasileiras de produtos de defesa têm apresentado crescimento expressivo na última década, influenciadas tanto por políticas públicas de fomento industrial quanto pela visibilidade internacional adquirida por meio da participação do país em operações de paz. Segundo Passos (2022), o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira está intimamente ligado à sua capacidade de projetar poder por meio da demonstração de desempenho em missões reais — atributo valorizado internacionalmente como prova de eficácia em campo, o chamado *combat proven*. Essa exposição contribui para a credibilidade dos equipamentos nacionais e amplia o interesse de compradores estrangeiros, especialmente de países em desenvolvimento.

O caso da participação do Brasil na UNMIT (Timor-Leste, 2006–2012) é ilustrativo: embora com menor projeção midiática, a missão serviu como campo de atuação para produtos de uso dual e tecnologias de monitoramento e segurança desenvolvidas pela indústria brasileira, com destaque para os equipamentos utilizados

² A Embraer Defesa & Segurança é responsável por aeronaves militares como o cargueiro multimissão KC-390 Millennium e o avião de ataque leve A-29 Super Tucano; a Avibras Indústria Aeroespacial destaca-se pela produção do Sistema de Foguetes de Artilharia para Saturação (ASTROS) e veículos lançadores; a AEL Sistemas, subsidiária do grupo israelense Elbit, atua no desenvolvimento de aviônicos, sistemas de comando e controle, optrônicos e simulação; e a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) é estatal vinculada ao Exército Brasileiro, dedicada à produção de armamentos, munições e comunicações estratégicas.

por tropas e assessores civis. Essa experiência foi determinante para consolidar a BID como fornecedora confiável em mercados emergentes do Sudeste Asiático e do Pacífico Sul, conforme analisado por Andrade, Hamann e Soares (2019) e corroborado por dados do Ministério da Defesa (2019).

No plano institucional, a criação da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) e a regulamentação das Empresas Estratégicas de Defesa (EEDs) estabeleceram, a partir de 2012 e 2013, um arcabouço legal voltado à consolidação da Base Industrial de Defesa (BID), com foco na autonomia tecnológica e na sustentabilidade da cadeia produtiva, estabelecendo mecanismos legais e financeiros para fomento do setor (BRASIL, 2019). Tais instrumentos normativos asseguraram benefícios como acesso a crédito direcionado, incentivos fiscais e prioridade em aquisições governamentais. Entretanto, como aponta Andrade (2016), a efetividade dessas medidas depende de sua integração com diretrizes de política externa e de defesa, bem como da previsibilidade orçamentária das Forças Armadas — um desafio ainda recorrente na realidade brasileira.

De acordo com Ambros (2017), os efeitos multiplicadores dos investimentos em defesa sobre a economia nacional são significativos, especialmente por meio da transferência de tecnologias e da geração de empregos de alta qualificação. A literatura econômica também enfatiza que os setores de defesa apresentam alto grau de intensidade em capital e inovação, o que contribui para o avanço da fronteira tecnológica do país (Hartley; Belin, 2019). Nesse contexto, o fortalecimento da BID impulsiona não apenas a segurança nacional, mas também promove externalidades positivas para o setor civil, especialmente em áreas como aeroespacial, comunicações e tecnologia da informação.

O relatório da OECD (2022) destaca que os países que investem estrategicamente em suas indústrias de defesa colhem benefícios indiretos em áreas como educação, infraestrutura e pesquisa científica. Essa sinergia é visível no Brasil, sobretudo com o envolvimento da BID em projetos com universidades e centros de pesquisa, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME), os quais são parceiros fundamentais no desenvolvimento de sistemas complexos. Além disso, conforme Ambros (2017), a recente reestruturação da BID tem priorizado o fomento à exportação de produtos de defesa e a inserção do Brasil em cadeias globais de valor, por meio da ampliação da atuação da Agência

Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e da ABIMDE (Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança).

Adicionalmente, a Base Industrial de Defesa tem ampliado sua inserção em mercados do Sul Global por meio da cooperação técnica em defesa. A atuação brasileira em missões de paz, como as realizadas no Haiti, Líbano e Timor-Leste, tem representado uma via de acesso relevante para o estabelecimento de acordos bilaterais envolvendo fornecimento de equipamentos, serviços de manutenção e capacitação de forças locais. Conforme argumenta Costa (2018), a política externa brasileira tem utilizado as operações de paz como instrumento de diplomacia estratégica, promovendo sinergias entre o fortalecimento da capacidade industrial nacional e o engajamento internacional em temas de segurança e desenvolvimento. Tal abordagem reforça a percepção da BID como um componente de uma estratégia econômica e diplomática voltada à inserção internacional autônoma e cooperativa.

O desempenho das exportações de produtos da BID nos últimos anos corrobora sua relevância. Entre 2015 e 2022, conforme dados do Ministério da Fazenda (2023), observou-se um crescimento contínuo nas exportações, com destaque para produtos aeronáuticos, sistemas de comunicação militar e equipamentos blindados. Tal desempenho reflete a adoção de estratégias de internacionalização e diplomacia comercial voltadas ao setor, que têm permitido ao Brasil conquistar mercados na América Latina, África, Sudeste Asiático e Oriente Médio (Andrade, 2016).

Entretanto, a sustentabilidade desse processo exige políticas públicas consistentes de fomento à pesquisa, estímulo à inovação e inserção da BID nas cadeias globais de valor. É necessário também promover maior integração entre os setores militar, acadêmico e empresarial, de modo a assegurar a competitividade e a atualização tecnológica da indústria nacional frente aos principais *players* internacionais. O fortalecimento da BID, portanto, não deve ser visto apenas como uma decorrência da atuação em operações de paz, mas como um componente ativo e estratégico da política de Estado para o desenvolvimento nacional.

4.4 Comparação Internacional e Desafios para o Brasil

Ao se comparar a experiência brasileira com a de outros países emergentes, como Índia, África do Sul e China, observa-se que a atuação do Brasil

em operações de paz da ONU ainda carece de uma maior instrumentalização estratégica para a promoção de seus interesses econômicos e geopolíticos. Enquanto a Índia tem utilizado sua longa tradição de contribuição com tropas em missões da ONU como mecanismo de projeção diplomática e de fortalecimento de acordos bilaterais, o Brasil tem adotado uma postura mais reativa e pautada por princípios normativos, como a não intervenção e o respeito à soberania (Stuenkel, 2017).

A Índia, por exemplo, tem explorado de forma mais sistemática os ganhos reputacionais provenientes da sua presença em missões de paz, utilizando-os como ativo político para consolidar parcerias comerciais com países africanos e do Sudeste Asiático (Oksamytna; Bove; Lundgren, 2021). A África do Sul, por sua vez, tem utilizado sua atuação em missões como a UNAMID (Sudão) para afirmar sua liderança continental, ampliando sua participação em fóruns econômicos regionais e atraindo investimentos para seu setor industrial de defesa. Já a China tem integrado sua atuação em operações de paz com uma agenda diplomática robusta voltada à ampliação de seus investimentos no continente africano, por meio da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", que articula segurança e comércio exterior (He, 2019).

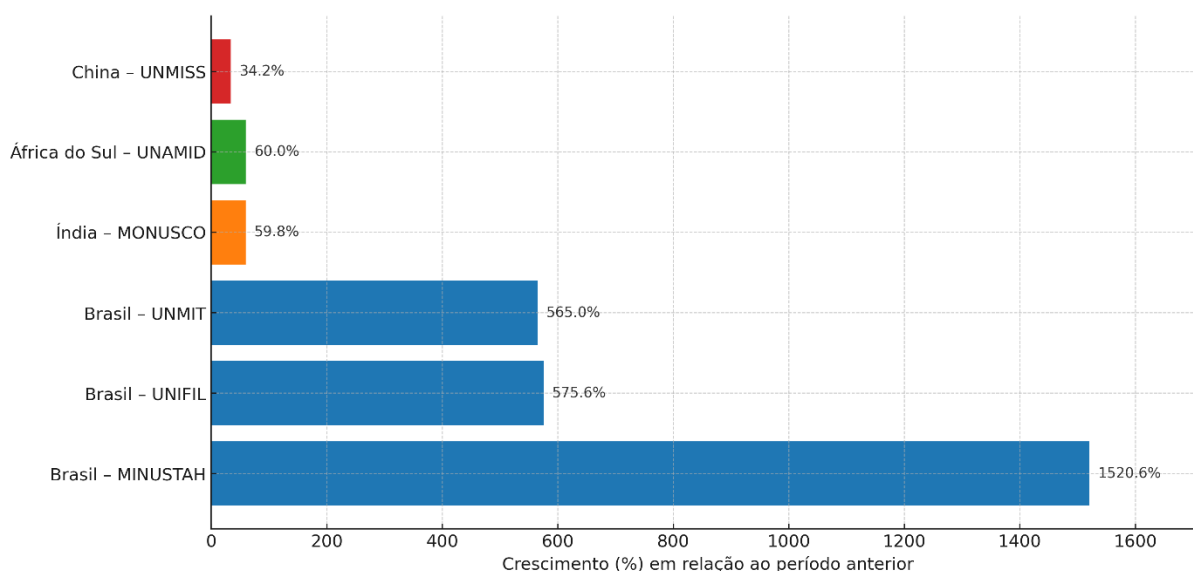
Em contrapartida, o Brasil ainda enfrenta dificuldades em alinhar sua política de defesa com uma estratégia econômica clara no âmbito das missões multilaterais. Missões como a UNMIT (Timor-Leste) revelam esse potencial subutilizado. Embora o Brasil tenha desempenhado papel relevante no apoio institucional à reconstrução do país, enviando efetivos militares e técnicos especializados, tal contribuição não foi articulada a uma política econômica de inserção comercial na região do Sudeste Asiático, que poderia ter ampliado a projeção da BID e fortalecido parcerias com nações da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Nesse sentido, mesmo com credenciais positivas, o Brasil ainda não extrai plenamente os dividendos estratégicos de sua participação nessas operações.

Entre os principais desafios para que o Brasil converta sua atuação em operações de paz em benefícios econômicos concretos, destacam-se: (1) o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) com foco na inovação e na autonomia tecnológica; (2) o aprimoramento da diplomacia comercial voltada a regiões estratégicas como a África, Sudeste Asiático e o Caribe, beneficiárias de missões de paz brasileiras; e (3) a consolidação de uma narrativa internacional que

conecte segurança, desenvolvimento e comércio de maneira coerente com os princípios do *smart power* (Nye, 2004; Valença; Affonso, 2019).

Para reforçar a análise comparativa da atuação brasileira em operações de paz sob a ótica econômica, o Gráfico 5 apresenta o crescimento percentual das exportações de países emergentes para os destinos das missões da ONU nas quais atuaram de forma direta. O objetivo é demonstrar, com base em dados verificáveis, a amplitude dos impactos comerciais associados ao engajamento internacional de países como Brasil, Índia, África do Sul e China, permitindo avaliar a eficiência estratégica dessas participações.

Gráfico 5 – Crescimento das Exportações Durante Missões de Paz da ONU



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNCTAD (2023), Ministério da Fazenda - ComexStat (2023) e Andrade, Hamann e Soares (2019).

Nota: Os valores percentuais apresentados correspondem a séries nominais e podem estar sujeitos à influência de fatores externos — como inflação, variações cambiais e conjunturas macroeconômicas — que não foram considerados nesta análise.

O Gráfico 5 revela que o Brasil apresenta um dos maiores crescimentos percentuais de exportações durante sua atuação em missões da ONU. Na MINUSTAH (Haiti), o salto foi de 1.520,6%, indicando uma relação direta entre o engajamento prolongado e o aumento da presença comercial brasileira no país caribenho. Esse crescimento se deu principalmente nos setores de alimentos, medicamentos e engenharia civil, impulsionado por contratos multilaterais e fornecimentos logísticos vinculados à missão (Andrade, Hamann e Soares, 2019; ComexStat, 2023).

Na UNIFIL (Líbano), o crescimento registrado foi de 575,6%, refletindo a projeção institucional da Marinha do Brasil na Força-Tarefa Marítima e a inserção da Base Industrial de Defesa em mercados de alta complexidade. Produtos como equipamentos de monitoramento, sistemas eletrônicos embarcados e componentes industriais foram os principais responsáveis por esse desempenho (Rocha, 2024).

Já na UNMIT (Timor-Leste), embora com menor visibilidade estratégica, o Brasil alcançou um crescimento de 565,0% nas exportações para o país durante o período da missão. O impacto se concentrou em itens de uso dual, como sistemas de segurança, materiais escolares e kits de infraestrutura institucional, refletindo o protagonismo técnico brasileiro na reconstrução estatal do Timor (Andrade, Hamann e Soares, 2019).

Comparativamente, países como a Índia, que participou ativamente da MONUSCO na República Democrática do Congo, apresentaram um crescimento de 59,8%, resultado de sua estratégia tradicional de engajamento político-militar no continente africano. A África do Sul, com atuação destacada na UNAMID (Sudão), registrou aumento de 60%, alavancado por exportações nos setores de transporte e segurança. Já a China, que tem ampliado sua presença em operações como a UNMISS (Sudão do Sul), apresentou crescimento mais modesto de 34,2%, refletindo uma abordagem mais voltada à infraestrutura e menos dependente de exportações de bens de consumo (UNCTAD, 2023).

Esses resultados evidenciam que, quando estrategicamente articulada, a participação em missões da ONU pode resultar em retornos comerciais significativos, especialmente quando combinada com políticas industriais ativas, diplomacia econômica e imagem internacional favorável. A experiência brasileira demonstra que o *smart power*, quando corretamente mobilizado, é capaz de integrar segurança, cooperação e projeção econômica de forma sinérgica.

Ainda que o Brasil tenha colhido importantes dividendos reputacionais com sua liderança na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), como o reconhecimento internacional de sua capacidade de articulação logística e comando operacional, a conversão desses ganhos simbólicos em benefícios concretos no comércio exterior e na atração de investimentos estrangeiros ainda se mostra limitada. Conforme argumentam Duarte, Carvalho e Lopes (2025), a continuidade dessas iniciativas depende da existência de políticas públicas que

articulem a projeção de poder com objetivos econômicos estratégicos, os quais, no caso brasileiro, carecem de coordenação interinstitucional e previsibilidade orçamentária.

4.5 Desafios e Limitações da Estratégia Brasileira

Apesar da reconhecida contribuição do Brasil para as operações de paz das Nações Unidas — em especial na liderança da MINUSTAH e na participação em missões no Líbano e Timor-Leste —, sua estratégia de atuação nesse campo apresenta desafios estruturais e limitações que comprometem a conversão plena desse capital político em resultados estratégicos e econômicos duradouros. Esses entraves decorrem de fatores institucionais, políticos e orçamentários que dificultam a articulação entre defesa, diplomacia e desenvolvimento nacional.

Um dos principais obstáculos reside na ausência de uma política nacional integrada e de longo prazo para a atuação internacional brasileira em operações de paz. Embora existam diretrizes relevantes como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), a efetiva implementação dessas orientações sofre com a falta de continuidade institucional e variações na política externa a cada novo governo. Como destaca Souza (2022), a ausência de coordenação entre os atores envolvidos e a desarticulação entre defesa e diplomacia dificultam a construção de uma estratégia consistente, gerando incertezas para parceiros internacionais e para os próprios órgãos executores da política de defesa.

Essa desarticulação se reflete, por exemplo, na dificuldade de garantir o suporte adequado a estruturas de excelência como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que, apesar de ser fundamental para a consolidação de uma doutrina nacional, ainda demanda maior respaldo institucional e recursos sustentáveis para cumprir plenamente seu potencial estratégico.

Adicionalmente, observa-se uma fragilidade na coordenação interinstitucional entre os ministérios da Defesa, Relações Exteriores, Fazenda e Ciência e Tecnologia, o que impede a criação de sinergias entre a participação em missões de paz e o aproveitamento econômico-comercial dessa presença. Embora o conceito de *smart power* proponha a convergência entre *hard* e *soft power* como instrumento de projeção internacional, no caso brasileiro essa articulação ainda se apresenta de forma incipiente. Como destacam Ayres Pinto e Mesquita (2012), a

atuação externa do Brasil carece de um modelo estruturado de governança que una sua política de cooperação internacional às estratégias industriais e comerciais, reduzindo a eficácia da projeção de poder no plano global.

Outro desafio crítico diz respeito à subutilização da Base Industrial de Defesa (BID) como alavanca estratégica. Embora a BID represente um setor com elevado potencial tecnológico e capacidade de geração de empregos qualificados, ela enfrenta limitações estruturais relevantes, como baixa previsibilidade de encomendas públicas, escassez de financiamento à inovação e elevada dependência de componentes importados. Além disso, a internacionalização da BID ainda se apoia majoritariamente na atuação das Forças Armadas como vitrine externa, sem uma estrutura independente e articulada de promoção no mercado global. Como observa Moreira (2020), o Brasil carece de um modelo setorial integrado que permita posicionar a BID como instrumento ativo de política externa, a exemplo do que se observa em países como Israel e Coreia do Sul.

No plano internacional, o Brasil também encontra dificuldades em converter sua atuação em operações de paz em influência política efetiva, seja no processo decisório da ONU, seja em suas ambições de reforma do Conselho de Segurança. Embora sua atuação pacificadora seja reconhecida, falta ao país um projeto diplomático consistente que sustente sua imagem como potência regional e ator global. Como ressalta Brigido (2011), o Brasil ocupa uma posição intermediária na ordem internacional e, sem uma estratégia de alianças coerente, sua liderança tende a ser pontual, e não estrutural.

Essas limitações indicam a necessidade de reformulação da estratégia brasileira de participação em operações de paz, de modo a transformá-la em um instrumento de desenvolvimento e projeção de poder mais efetivo. Para isso, é essencial consolidar uma política de Estado baseada em metas de longo prazo, governança interministerial, fomento à BID e integração entre segurança e desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto Sul-Sul.

4.6 Oportunidades para Aperfeiçoamento da Estratégia

A participação brasileira em operações de paz da ONU apresenta um potencial estratégico ainda subexplorado, especialmente no que diz respeito à conversão dessa atuação em ativos geopolíticos, econômicos e reputacionais de

longo prazo. O aperfeiçoamento dessa estratégia exige a institucionalização de uma abordagem integrada, que vá além da dimensão militar e seja capaz de articular segurança, desenvolvimento e inserção internacional em uma lógica de política de Estado.

A primeira oportunidade relevante consiste na formulação de uma política nacional permanente para a atuação em operações de paz, com diretrizes claras de médio e longo prazo, integradas aos principais instrumentos de planejamento da defesa e da política externa, como a Estratégia Nacional de Defesa (END). Essa política deve enfrentar a descontinuidade observada nos últimos ciclos governamentais, nos quais variaram tanto o grau de engajamento brasileiro quanto os recursos orçamentários destinados à participação em missões da ONU.

Nesse contexto, o fortalecimento de estruturas já existentes, como o CCOPAB, torna-se um pilar essencial, pois sua atuação é fundamental para consolidar uma doutrina nacional robusta, aprimorar a capacitação das tropas e garantir que a preparação para missões esteja alinhada a essa nova estratégia de longo prazo. Como destacam Andrade, Hamann e Soares (2019), a institucionalização de uma diretriz estratégica nesse campo pode garantir maior previsibilidade e coerência à presença internacional do Brasil, fortalecendo sua reputação e capacidade de influência nos fóruns multilaterais de segurança coletiva.

Outro vetor promissor de aperfeiçoamento da estratégia reside no fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) como instrumento de projeção internacional. As operações de paz funcionam como plataforma de demonstração de capacidades tecnológicas nacionais, permitindo que sistemas e equipamentos testados em campo sejam apresentados como soluções confiáveis no mercado internacional. Para tanto, é necessário criar mecanismos que conectem a participação em missões da ONU com estratégias de promoção comercial da BID, por meio de apoio à internacionalização de empresas, diplomacia comercial ativa e incentivos à exportação de produtos de uso dual. O elo entre operações de paz e a inserção da BID em cadeias globais de valor precisa ser institucionalizado, articulando ações da Defesa, da Indústria e das Relações Exteriores.

Do ponto de vista institucional, destaca-se a necessidade de criar estruturas permanentes de governança interministerial, capazes de articular os interesses dos diferentes órgãos envolvidos na projeção internacional do Brasil. A

criação de um Comitê Nacional de Operações de Paz — vinculado ao Conselho de Defesa Nacional e com representantes da Defesa, Relações Exteriores, Indústria e Planejamento — poderia funcionar como mecanismo de planejamento estratégico, monitoramento e avaliação do impacto das missões em curso, bem como das futuras candidaturas brasileiras. Conforme argumenta Souza (2022), a articulação entre os diversos ministérios envolvidos nas operações de paz é essencial para garantir maior coerência na atuação internacional e ampliar os ganhos políticos, econômicos e estratégicos dessas iniciativas.

No plano diplomático, as operações de paz representam uma oportunidade estratégica de projeção de *soft power* com viés normativo, sobretudo quando articuladas a iniciativas de cooperação técnica, reconstrução institucional e desenvolvimento sustentável. A integração das ações dos contingentes civis e militares brasileiros às pautas da Agenda 2030, da saúde internacional e da diplomacia ambiental contribui para ampliar o escopo da atuação externa do país. Como observam Valença e Affonso (2019), a cooperação humanitária brasileira pode funcionar como instrumento de persuasão e influência política, permitindo ao país formar alianças em votações multilaterais e reforçar sua credibilidade internacional.

Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de indicadores multidimensionais de desempenho das missões, que incorporem, além dos critérios operacionais, aspectos econômicos, reputacionais e diplomáticos. A avaliação sistemática dos impactos das operações de paz sobre a imagem internacional do país, os fluxos de comércio e investimento e o desempenho da BID permitirá um ciclo contínuo de aperfeiçoamento e correção de rumos. A ausência de tais métricas limita o potencial de *accountability* e o aprendizado institucional em torno das experiências acumuladas ao longo das últimas duas décadas de engajamento brasileiro.

A análise dos dados e da literatura especializada confirma que a participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas representa uma dimensão estratégica multifuncional da política externa, ao atuar simultaneamente como mecanismo de projeção de influência, instrumento de legitimação internacional e vetor de desenvolvimento econômico. Trata-se de uma manifestação clara do conceito de *smart power*, conforme definido por Nye (2011), que pressupõe a combinação sinérgica de recursos de *hard power* — como capacidades militares e

logísticas — com instrumentos de *soft power*, como diplomacia, cooperação técnica e capital reputacional.

Essa estratégia, contudo, ainda não é plenamente explorada pelo Brasil em sua totalidade. Os resultados obtidos neste estudo indicam que há evidências concretas de que o engajamento brasileiro em operações de paz da ONU contribuiu para o aumento do volume de exportações para os países receptores das missões, assim como para a melhoria da imagem internacional do Brasil enquanto ator comprometido com a segurança coletiva. Ao mesmo tempo, foi possível identificar uma correlação entre os períodos de maior envolvimento brasileiro em missões multilaterais e o crescimento de investimentos estrangeiros diretos (IED), sobretudo em setores estratégicos como infraestrutura, tecnologia de defesa e agronegócio — fenômeno também observado em experiências de países emergentes como a Índia e a Turquia (Güngör, 2007; Fung, 2016).

Adicionalmente, as operações de paz têm servido como plataforma para a difusão de capacidades técnicas e logísticas das Forças Armadas brasileiras, possibilitando ganhos reputacionais junto à comunidade internacional e a países em desenvolvimento, especialmente no eixo Sul-Sul. O reconhecimento da liderança brasileira na MINUSTAH, por exemplo, ampliou o prestígio do país em fóruns como o G-4 e o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Brigido, 2011). A participação na UNIFIL reforçou esse prestígio no Oriente Médio, ampliando a interlocução com potências regionais. E, ainda que em escala mais modesta, a atuação na UNMIT demonstrou a capacidade do Brasil em contribuir tecnicamente com a reconstrução institucional de um Estado em formação, fortalecendo laços com o Sudeste Asiático.

No entanto, a capacidade de transformar tais ganhos simbólicos em ativos estruturais de inserção econômica e geopolítica permanece limitada, devido à desarticulação entre os eixos diplomático, militar, industrial e comercial.

A fragilidade institucional de uma estratégia interministerial coesa continua sendo um dos principais gargalos para o aproveitamento integral das oportunidades geradas pela participação em missões de paz. Como destacam Andrade, Hamann e Soares (2019), a ausência de uma governança articulada entre o Ministério da Defesa, o Itamaraty, o Ministério da Indústria e Comércio e a Apex-Brasil compromete a capacidade do Brasil de transformar essas missões em instrumentos eficazes de inserção internacional. A adoção de uma lógica integrada de governo —

inspirada em experiências como as do Canadá e da Noruega — poderia fomentar sinergias entre as dimensões de segurança, diplomacia e economia, ampliando o retorno estratégico dessas operações.

Em síntese, a etapa de discussão dos resultados reforça a hipótese de que o engajamento brasileiro em missões de paz produz efeitos positivos e multifacetados, mas carece de um sistema coordenado de gestão estratégica que maximize seus impactos. O Brasil reúne capacidades institucionais, logísticas e diplomáticas suficientes para liderar no campo da segurança cooperativa, mas precisa transformar essa liderança em resultados tangíveis por meio da formulação de políticas públicas integradas e sustentáveis, conectadas a metas econômicas e de desenvolvimento nacional.

4.7 Conclusões e Recomendações

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar os impactos econômicos da participação do Brasil em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a ótica do *smart power*. A partir de uma abordagem teórica multidimensional e de uma análise empírica dos dados relativos ao comércio exterior, aos investimentos estrangeiros diretos (IED), ao crescimento da Base Industrial de Defesa (BID) e ao fortalecimento da inserção internacional do país, buscou-se compreender de forma crítica e integrada os efeitos da atuação brasileira em tais missões sobre seu desenvolvimento econômico e projeção geopolítica.

A pesquisa revelou que, além do caráter humanitário e de estabilização que define as operações de paz, há uma dimensão estratégica relevante para os países contribuintes de tropas, especialmente no que diz respeito à projeção de influência e à abertura de oportunidades comerciais e institucionais. No caso brasileiro, evidenciou-se que a participação em missões da ONU contribuiu para o fortalecimento das exportações, a diversificação dos mercados e o incremento da visibilidade internacional de empresas nacionais, particularmente aquelas vinculadas aos setores de defesa e segurança. Como apontam Passos (2022) e Moreira (2020), a atuação brasileira nessas missões funcionou como instrumento de promoção internacional da Base Industrial de Defesa, ampliando seu acesso a mercados estratégicos e elevando seu prestígio no cenário global.

Adicionalmente, constatou-se que o engajamento brasileiro em missões da ONU exerce efeitos indiretos sobre a atração de investimentos estrangeiros, especialmente em contextos em que a atuação contribui para a estabilidade institucional e a melhoria da imagem do país no sistema internacional. Segundo a UNCTAD (2021), a previsibilidade política e o comprometimento com normas internacionais de governança são variáveis decisivas para a atração de IED, o que confere às missões de paz uma função estratégica adicional quando analisadas sob o prisma do poder inteligente (Nye, 2004; Odell, 2006).

Outro ponto relevante identificado na análise é o papel da Base Industrial de Defesa (BID) como vetor econômico e diplomático da participação brasileira. O fortalecimento da BID, especialmente por meio da cooperação tecnológica e da inserção em mercados internacionais, tem sido interpretado como um desdobramento direto da visibilidade e credibilidade conquistadas em missões de paz. Nesse contexto, tais operações funcionam como vitrines para produtos, serviços e competências nacionais. Segundo Passos (2022), a exposição internacional decorrente dessas missões favorece o reconhecimento do potencial da indústria brasileira de defesa, impulsionando o desenvolvimento de capacidades industriais de uso dual, com impactos positivos também para o setor civil.

Esses resultados permitiram identificar recomendações práticas para o aperfeiçoamento da política externa e da estratégia de defesa brasileiras. Primeiramente, destaca-se a necessidade de maior integração entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, da Indústria e do Desenvolvimento, a fim de alinhar os objetivos geopolíticos e econômicos do país nas decisões sobre missões internacionais. Em segundo lugar, é crucial investir em capacitação técnica, inovação e internacionalização das empresas da BID, criando um ambiente propício à competitividade global e à atração de parcerias estratégicas com organismos multilaterais e outras nações emergentes.

4.7.1 Síntese das Conclusões

A análise dos resultados demonstrou que a participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas transcende os objetivos tradicionais de segurança e estabilidade internacional, revelando-se uma estratégia multifacetada de inserção internacional e promoção de interesses econômicos e diplomáticos. Essa

atuação se insere no escopo do que Nye (2004) denominou de *smart power*, ou seja, a combinação entre o uso legítimo da força e a capacidade de persuasão e atração, o que confere ao Brasil um papel relevante em cenários multilaterais.

Do ponto de vista econômico, os dados indicam uma correlação positiva entre o envolvimento do Brasil em missões de paz e o aumento do comércio exterior com os países-alvo dessas operações, além de um incremento nos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Esse fenômeno pode ser interpretado como reflexo do reforço da confiança internacional e da estabilidade institucional que as missões contribuem para consolidar nos países beneficiários, tornando-os mais atrativos para negócios e cooperação (UNCTAD, 2021; Kaufmann; Kraay, 2024).

O fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), por sua vez, aparece como um desdobramento estratégico do engajamento internacional brasileiro. O estímulo à produção tecnológica e à capacitação das Forças Armadas em cenários reais de operação possibilita o desenvolvimento de soluções de uso dual, que beneficiam tanto o setor de defesa quanto segmentos civis da economia nacional. Como destaca Ambros (2017), a BID tem potencial para promover inovação tecnológica e gerar efeitos positivos sobre a indústria nacional, especialmente quando articulada a políticas públicas de fomento e à participação em operações de paz que ampliem sua visibilidade externa.

Contudo, embora os impactos observados sejam positivos, é necessário reconhecer os limites dessa estratégia. A ausência de uma política integrada entre os eixos de defesa, desenvolvimento e diplomacia compromete a continuidade e a previsibilidade dos benefícios econômicos oriundos dessa atuação. Como destacam Andrade, Hamann e Soares (2019), a participação do Brasil em operações de paz ainda carece de maior articulação entre os diversos órgãos governamentais envolvidos, o que reduz a eficácia da atuação internacional e limita seu potencial de influência sistêmica no longo prazo.

Dessa forma, as considerações parciais sugerem que a continuidade da participação do Brasil em missões de paz deve ser acompanhada por uma reconfiguração estratégica. Isso inclui maior alinhamento entre o Ministério da Defesa, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) e os órgãos econômicos e de comércio exterior, a fim de maximizar os ganhos geoeconômicos dessa atuação. Além disso, faz-se necessária uma avaliação sistemática dos custos e benefícios da

participação em missões, com base em indicadores de desempenho que articulem impacto político, retorno econômico e fortalecimento da reputação internacional.

4.7.2 Recomendações para maximizar os Benefícios Econômicos

Diante dos impactos positivos identificados ao longo da dissertação, é fundamental que o Brasil adote uma abordagem estratégica integrada, capaz de potencializar os ganhos econômicos derivados da sua participação em operações de paz da ONU. As recomendações a seguir são fundamentadas em análises empíricas e teóricas recentes e visam orientar políticas públicas para consolidar os efeitos benéficos dessas missões.

4.7.2.1 Integração da diplomacia econômica e da defesa internacional

A atuação brasileira em operações de paz deve ser acompanhada de uma estratégia coordenada de diplomacia econômica, visando não apenas o fortalecimento da imagem internacional do país, mas também a abertura de mercados e a captação de investimentos. Segundo Souza (2022), a convergência entre política externa e desenvolvimento econômico é fundamental para ampliar a projeção internacional do Brasil. Nesse contexto, a criação de um núcleo de articulação interministerial — envolvendo o Itamaraty, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Defesa — pode contribuir para alinhar os objetivos diplomáticos, militares e comerciais do país.

4.7.2.2 Estímulo a parcerias industriais e tecnológicas com países-alvo das missões

O envolvimento do Brasil em operações da ONU deve servir como plataforma para aprofundar a cooperação técnica e científica com os países anfitriões, gerando oportunidades de negócios para empresas brasileiras. De acordo com Passos (2022), a atuação internacional brasileira no setor de defesa, especialmente quando vinculada a contextos de reconstrução e estabilização pós-conflito, pode favorecer a criação de parcerias comerciais estratégicas e *joint ventures*, gerando externalidades positivas tanto para o país participante quanto para os países receptores, em setores como infraestrutura e segurança.

4.7.2.3 Fortalecimento da Base Industrial de Defesa com foco exportador

O desenvolvimento de capacidades autônomas em setores estratégicos de defesa deve ser orientado também para o mercado externo. Como aponta Ambros (2017), instrumentos como incentivos fiscais, linhas de crédito específicas e políticas industriais voltadas à inovação são fundamentais para consolidar a Base Industrial de Defesa (BID) como vetor de inserção econômica internacional. Além disso, é essencial ampliar a participação brasileira em feiras internacionais e fóruns de cooperação industrial, de modo a promover produtos e serviços de defesa em ambientes multilaterais competitivos.

A literatura especializada reconhece que o envolvimento brasileiro em missões da ONU pode gerar externalidades positivas para a BID, incluindo a abertura de novos mercados, o fortalecimento de redes de cooperação tecnológica e a facilitação de certificações técnicas exigidas por organismos multilaterais. Portanto, o fortalecimento da BID com foco exportador deve estar alinhado à estratégia de inserção internacional do Brasil, especialmente em regiões onde o país já exerceu influência por meio de operações de paz, como América Latina, Oriente Médio e Sudeste Asiático

4.7.2.4 Formulação de um Plano Nacional de Inserção Econômica via Operações de Paz

A elaboração de um plano estratégico específico, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, pode garantir maior previsibilidade e eficiência na articulação entre segurança internacional e desenvolvimento econômico. Esse plano deve considerar a atuação brasileira em regiões prioritárias como América Latina, Caribe e Sudeste Asiático, e ser articulado com a Política Nacional de Exportações, a Política Nacional de Defesa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (UNCTAD, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu do desafio de compreender se a participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas pode ser analisada como instrumento de projeção internacional baseado na estratégia de *smart power*, capaz de gerar retornos econômicos concretos e mensuráveis, particularmente na dimensão do comércio exterior. A escolha metodológica de articular análises qualitativas e quantitativas, com base em três estudos de caso — MINUSTAH (Haiti), UNIFIL (Líbano) e UNMIT (Timor-Leste) — permitiu avançar de forma consistente sobre uma lacuna da literatura, que tradicionalmente aborda a atuação do Brasil em missões de paz sob os prismas normativo, diplomático ou securitário, mas raramente sob a ótica econômico-estratégica.

A análise realizada demonstrou que, embora a motivação declarada para o engajamento brasileiro em operações de paz esteja ancorada em princípios de solidariedade internacional e cooperação para a estabilidade global, os efeitos colaterais dessas participações extrapolam a dimensão simbólica ou diplomática. A projeção de imagem positiva, aliada à criação de vínculos institucionais, ao fortalecimento da reputação como parceiro confiável e ao estabelecimento de canais preferenciais de exportação e cooperação técnica, impacta diretamente na inserção do Brasil em mercados internacionais estratégicos, especialmente em países do Sul Global.

Nos casos da MINUSTAH e da UNIFIL, observou-se crescimento expressivo das exportações brasileiras durante e após a vigência das missões, com destaque para produtos industrializados, alimentos processados, itens de infraestrutura e tecnologia dual. Esse aumento não decorre apenas da presença logística ou de contratos diretos com a ONU, mas da abertura estrutural de mercados até então inexplorados, fomentada pela presença diplomático-militar e pelo reforço da confiança institucional. No caso de Timor-Leste (UNMIT), ainda que os volumes comerciais tenham sido mais modestos, os ganhos qualitativos — notadamente o reconhecimento da expertise brasileira em reconstrução institucional, segurança pública e capacitação administrativa — posicionaram o Brasil como ator de referência junto à CPLP e ao Sudeste Asiático.

A Base Industrial de Defesa (BID) emerge como elo estratégico entre a política externa, a atuação militar e a inserção econômica. As operações de paz funcionam, nesse sentido, como vitrine para produtos de defesa, tecnologias sensíveis e capacidades operacionais que podem ser convertidas em contratos comerciais, parcerias industriais e fortalecimento da cadeia produtiva nacional. A ausência de uma estratégia articulada que integre defesa, relações exteriores, comércio e desenvolvimento, no entanto, limita o pleno aproveitamento dessas externalidades. A inexistência de um modelo institucional semelhante ao dos países que adotam o *smart power* de forma sistemática — como Canadá, Índia, China e Noruega — ainda impede que o Brasil converta plenamente prestígio político em ganhos econômicos estruturantes.

A pesquisa demonstrou também que o conceito de *smart power* não se esgota na dicotomia entre *hard* e *soft power*. Ao contrário, a sua força está na capacidade de utilizar recursos militares, diplomáticos, técnicos e reputacionais de forma coerente e coordenada, ampliando os espaços de influência e convertendo capital político em valor econômico. A atuação brasileira nas operações analisadas mostra-se como caso promissor de aplicação dessa estratégia, mas ainda carece de institucionalização, planejamento de longo prazo e avaliação sistemática de impacto.

Sob a perspectiva econômica e tecnológica, a participação em operações de paz também impulsiona o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID). A necessidade de prover contingentes com equipamentos compatíveis com os padrões das Nações Unidas, bem como garantir manutenção, interoperabilidade e logística em ambientes operacionais complexos, estimula a inovação, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a inserção competitiva da indústria nacional no cenário internacional. Esse contexto evidencia a importância das políticas de defesa como instrumentos de promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico, ao articular segurança, economia e inserção externa.

Além disso, a qualificação das Forças Armadas para atuação em cenários complexos de pós-conflito requer investimentos contínuos em capacitação e modernização. A experiência brasileira em missões de paz, especialmente no Haiti, evidenciou lacunas na preparação técnica e na interoperabilidade com outras forças multinacionais — desafios que exigem treinamentos especializados, parcerias com

centros internacionais e adoção dos protocolos operacionais das Nações Unidas. Conforme demonstrado no desenvolvimento desta dissertação, o fortalecimento de estruturas como o CCOPAB é essencial para consolidar uma doutrina nacional robusta, ainda que sua atuação demande maior respaldo institucional e recursos sustentáveis.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de institucionalizar mecanismos de avaliação de resultados das missões de paz com participação brasileira. Isso permitiria mensurar os impactos concretos das operações sobre a imagem internacional do país, a Base Industrial de Defesa (BID), o comércio exterior e o ambiente de negócios. Como demonstrado anteriormente, países que conseguem conectar sua atuação internacional a métricas de desempenho ganham legitimidade e visibilidade nos fóruns multilaterais. No caso brasileiro, essa institucionalização da avaliação estratégica também contribuiria para justificar a alocação de recursos públicos, fortalecendo a *accountability* e a transparência das decisões de política externa.

A análise concluiu, também, que uma questão-chave para o desenvolvimento de uma nação é a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED). A diplomacia militar e a atuação coordenada entre os Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Indústria podem reforçar a percepção internacional de estabilidade, confiabilidade institucional e capacidade operacional — elementos que influenciam diretamente as decisões de investidores internacionais.

A maximização dos retornos econômicos, portanto, exige uma estratégia integrada de Estado, que envolva a diplomacia, a defesa e o setor produtivo nacional em torno de um objetivo comum: transformar o protagonismo internacional em operações de paz em ativos econômicos concretos e sustentáveis.

Como perspectivas futuras, propõe-se o aprofundamento da análise em três direções:

- i) mensuração ampliada dos efeitos econômicos das missões, incluindo fluxo de investimentos, acesso a licitações internacionais, impacto sobre a BID e transferência tecnológica;
- ii) avaliação comparativa com outros países que utilizam missões de paz como plataforma de inserção internacional; e

- iii) proposição de uma política pública integrada de diplomacia econômica para zonas de instabilidade, articulando os eixos segurança, desenvolvimento e comércio exterior.

Conclui-se, portanto, que a participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas deve ser compreendida como um instrumento estratégico de política externa multifacetada, que pode e deve contribuir para o desenvolvimento econômico nacional. Longe de se limitar à busca por prestígio internacional ou ao desejo de um assento no Conselho de Segurança, a inserção do Brasil nesses contextos deve ser entendida como oportunidade de reposicionamento global, fortalecimento de cadeias produtivas nacionais, ampliação de mercados externos e consolidação de uma política externa que articule valores, interesses e resultados concretos para a sociedade brasileira. Trata-se, em última instância, da afirmação de um projeto nacional de inserção internacional que una legitimidade, pragmatismo e ambição estratégica.

Vale ressaltar que, no desenvolvimento desta dissertação, foram identificadas algumas limitações que, embora não comprometam a validade dos resultados alcançados, devem ser explicitadas para contextualizar os alcances e as restrições do estudo:

- Escassez de dados quantitativos consolidados: A ausência de informações sistematizadas sobre os custos e benefícios econômicos da participação brasileira em operações de paz dificultou análises comparativas mais precisas. Muitos dados financeiros e contratuais relativos ao envolvimento do Brasil em missões da ONU não são de domínio público ou não estão organizados em bases acessíveis, o que limitou a quantificação de impactos diretos e indiretos;
- Intangibilidade do conceito de *smart power*: A abordagem do *smart power*, ao integrar dimensões materiais (*hard power*) e imateriais (*soft power*), impõe desafios metodológicos à mensuração de seus efeitos. A influência política, a construção de reputação internacional e o ganho de legitimidade são fatores difíceis de isolar empiricamente, especialmente em contextos multifatoriais como os das operações de paz;

- Delimitação temporal restrita: O recorte cronológico priorizou o período pós-2000, especialmente a atuação brasileira nas missões no Haiti e em Timor-Leste. Embora essa delimitação seja justificável pela relevância contemporânea dos casos analisados, ela pode deixar de contemplar processos históricos anteriores que contribuíram para a formação da doutrina e da postura brasileira em missões de paz;
- Foco geográfico na perspectiva brasileira e sul-americana: A ênfase nas experiências brasileiras e sul-americanas oferece profundidade analítica, mas limita a comparação com modelos adotados por países de outras regiões, como os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ou nações africanas e asiáticas com forte tradição em operações de paz; e
- Dificuldade de mensuração de externalidades econômicas indiretas: Embora se reconheça que a participação em missões da ONU pode gerar efeitos colaterais positivos em termos de visibilidade internacional, inserção comercial e cooperação técnica, tais impactos ocorrem de forma indireta e muitas vezes não são formalmente registrados, dificultando sua mensuração com rigor científico.

Essas limitações não invalidam os resultados obtidos, mas indicam a necessidade de aprofundamento futuro por meio de pesquisas que ampliem a base empírica, explorem metodologias mistas e promovam comparações internacionais mais robustas.

Os resultados obtidos ao longo da dissertação permitem afirmar que o objetivo proposto foi plenamente alcançado. A análise dos impactos econômicos da participação brasileira em Operações de Paz da ONU — com foco nas missões da MINUSTAH, UNIFIL e UNMIT — demonstrou, de forma fundamentada, que essas atuações transcendem o campo militar e humanitário, produzindo efeitos tangíveis e estratégicos sobre variáveis como comércio exterior, investimentos estrangeiros diretos e fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID). As evidências coletadas e interpretadas ao longo dos capítulos confirmaram a relevância das operações de paz como instrumentos da política externa brasileira, integrados à lógica do *smart power* e à busca por maior inserção internacional do país.

Consequentemente, os resultados da pesquisa corroboram a hipótese de que a participação brasileira em missões de paz da ONU esteve associada a externalidades positivas e contribuiu para a projeção internacional do Brasil de modo estratégico. O estudo revelou, contudo, que a efetividade dessa estratégia depende da existência de uma política nacional clara e estruturada, capaz de alinhar a atuação em contextos multilaterais com os interesses econômicos de longo prazo. Assim, reafirma-se a importância de tratar as operações de paz não apenas como obrigações internacionais, mas como oportunidades concretas de fortalecimento da presença global do Brasil. Por fim, destaca-se que os resultados obtidos nesta dissertação reforçam a importância de considerar as Operações de Paz como parte integrante de uma estratégia nacional de inserção internacional baseada em *smart power*. Tal estratégia deve ser orientada por valores constitucionais — como a defesa da paz, dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos —, mas também ancorada na racionalidade estratégica que reconhece a centralidade da reputação internacional, da capacidade de resposta e da influência normativa como ativos fundamentais na arena global contemporânea.

Nesse sentido, esta dissertação busca não apenas contribuir para a compreensão atualizada do tema, mas também fornecer subsídios teóricos, empíricos e metodológicos que possam servir de base para o desenvolvimento de pesquisas futuras mais aprofundadas que deem continuidade à análise crítica da participação brasileira em operações de paz — especialmente nas experiências da MINUSTAH, UNIFIL e UNMIT — e suas repercussões nos domínios da segurança, economia e diplomacia.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. **O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política**. Cascais: Principia, 2004.

AMBROS, Christiano Cruz. Indústria de defesa e desenvolvimento: controvérsias teóricas e implicações em política industrial. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy e International Relations**, v. 6, n. 11, 2017.

ANDRADE, Israel de Oliveira. **Base Industrial de Defesa: contextualização histórica, conjuntura atual e perspectivas futuras**. Brasília: IPEA, 2016.

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. Brasília: IPEA, 2019.

ARAÚJO, Victor Leonardo. O primeiro Governo Lula (2003-2006): retomada do crescimento e bonança internacional. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, p. 469-490, 2021.

ARMITAGE, Richard L.; NYE, Joseph. Smart Power and the US Strategy for security in a Post-9/11 World. **Testimony before the Subcommittee on National Security and Foreign Affairs, House Committee on Oversight and Government Reform, November**, v. 7, 2007.

AYRES PINTO, Danielle Jacon; MESQUITA, Lucas Ribeiro. Smart Power Brasileiro: a cooperação internacional como projeção de poder internacional. **Revista Política Hoje**, v. 21, n. 2, p. 350–365, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do Setor Externo: Investimento Estrangeiro Direto**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticassetorexterno/202311_Texto_de_estatisticas_do_setor_externo.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

BARROS, Gustavo. O Brasil na década de 2000: crescimento com estabilidade e inclusão social? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 427–454, 2008.

BLANCHARD, Olivier; JOHNSON, David R. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

BOKERIYA, Svetlana A.; KHUDAYKULOVA, Alexandra V. UN Peacekeeping in Africa: Nature, Scope and Development. **Vestnik RUDN. International Relations**, v. 23, n. 3, p. 435-450, 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 480, de 26 de janeiro de 2010. Autoriza a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, para o atendimento de despesas com ações de cooperação humanitária no Haiti. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Comércio Exterior Brasileiro: estatísticas consolidadas 2010–2022**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **ComexStat – Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Dados de exportação por país de destino**. Brasília: MDIC, 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, p. 343-357, 2022.

BRICK, E.S.; SANCHES, E.S. e GOMES, M.G.F.M. (2017). Avaliação de capacidades operacionais de combate: conceituação, taxonomia e práxis. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, 9(17), pp. 11-43.

BRIGIDO, Eveline Vieira. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM**, v. 2, n. 2, p. 89-104, 2011.

CASARIN, Dênis Alcioni Tessele. **Análise da atuação brasileira na missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti**. 2019.

CAVALCANTE, Fernando. Instrumentalizando o uso do *peacekeeping*? A abordagem brasileira às operações de manutenção da paz das Nações Unidas durante o governo Lula da Silva (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 53, p.142-159, 2010.

CHATIN, Mathilde. Brazil: analysis of a rising soft power. In: **Emerging Powers in International Politics**. Routledge, 2019. p. 35-59.

COSTA, Hugo Bras Martins da. **Política Externa Brasileira e Resolução de Conflitos: um estudo da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. 2018.

COSTA, Júlio César Franco da. **Contribuições da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas para a segurança, defesa e desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 2015.

DAUVERGNE, Peter; BL FARIAS, Déborah. The rise of Brazil as a global development power. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 5, p. 903-917, 2012.

DE ANDRADE BALTAR, Paulo Eduardo. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Paper, 2010.

DE RESENDE SILVA, Josias Marcos. MINUSTAH: a aplicação do smart power brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 57, p. 38-50, 2021.

DUARTE, Geraldine Rosas; CARVALHO, Letícia; LOPES, Dawisson Belém. The Rise and Decline of Brazil as a Peacekeeper. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 68, n. 1, p. e001, 2025.

FARIAS, Rafael; MARTINS, Rodrigo Perla. Capacetes Azuis brasileiros no Haiti: instrumento de smart power para a política externa do Brasil? **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, n. 1, 2019.

FUNG, Courtney J. What explains China's deployment to UN peacekeeping operations?. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 16, n. 3, p. 409-441, 2016.

GARBUIO, Antonio Marcos; JÚNIOR, Celso Medeiros de Miranda; FERREIRA, Luzivaldo Luiz; CLAZER, Rodrigo da Costa. Falha de governo e tributação da folha de pagamento. **Temas em Direito e Economia do Trabalho**. 1a ed. Rio de Janeiro, p. 17-44, 2021.

GOMES, Brenda de Cassia Silva; BORBA, Gabriela Alves de; BERWALDT, Julio Werle; PEREIRA, Kauê Ruszkowski; CASTAGNA, Leonardo Miglioranza; PINTO, Danielle Jacon Ayres. **Projeção e Identidade Internacional do Brasil: A Multidimensionalidade do Poder Militar nas Operações de Paz**. 2017.

GÜNGÖR, Uğur. **The analysis of Turkey's approach to peace operations**. Tese de Doutorado. Bilkent Üniversitesi (Turkey), 2007.

HARTLEY, Keith. **The economics of defense policy: a new perspective**. London: Routledge, 2012.

HARTLEY, Keith; BELIN, Jean (Ed.). **The economics of the global defence industry**. Routledge, 2019.

HE, Yin. China rising and its changing policy on UN peacekeeping. **United Nations peace operations in a changing global order**, p. 253-276, 2019.

HIRATUKA, Célio; BALTAR, Carolina; ALMEIDA, Rodrigo. Inserção brasileira no comércio mundial no período 1995-2005. **Boletim Neit**, n. 9, p. 1-7, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38414>. Acesso em: 07 abr. 2025.

KAPLAN, Robert S. **Brazil at a Crossroads**. Harvard Business School, 2012. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=43222>. Acesso em: 4 abr. 2025.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. **The worldwide governance indicators**. 2024.

KENKEL, Kai Michael. South America's emerging power: Brazil as peacekeeper. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 5, p. 644-661, 2010.

KENKEL, Kai Michael; DE SOUZA NETO, Danilo Marcondes; RIBEIRO, Mikelli Marzzini Lucas Alves. Peace operations, intervention and brazilian foreign policy: key issues and debates. **Status and the rise of Brazil: global ambitions, humanitarian engagement and international challenges**, p. 133-151, 2020.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

LACRUZ, A. J. **Governança no Terceiro Setor: Estudo em Associações e Fundações Privadas Sem Fins Lucrativos do Segmento Meio Ambiente com Atuação no Brasil**. 2017. 144 f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Administração) -Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/26b0c926-eb8e-4687-afa2-636192b910b2>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 48, p. 24-59, 2005.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

MARÔCCO, Annik Passos. A avaliação de implementação de política de ciência, tecnologia e inovação à luz da teoria da agência. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 1, n. 1, p. 37-37, 2009.

MAUERBERG JUNIOR, Arnaldo; STRACHMAN, Eduardo. A regra da maioria como agregação de preferências: questões e respostas. **Nova Economia**, v. 24, p. 297-316, 2014.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; AYRES PINTO, Danielle Jacon. **Reputação Internacional e Smart Power: Estratégias Brasileiras para Juntar Confiabilidade e Projeção de Poder**. 4º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 2013.

MOREIRA, César Antônio Ciuffo. **A internacionalização da BID no fortalecimento da Defesa Nacional: uma parceria setorial da ABIMDE e a Apex-Brasil**. 2020.

MUGGAH, Robert; PASSARELLI HAMANN, Eduarda. Brazil's generous diplomacy: friendly dragon or paper tiger?. **International Development Policy| Revue internationale de politique de développement**, n. 3, 2012.

NYE JR, Joseph S. Is the American century over? **Political Science Quarterly**, v. 130, n. 3, p. 393-400, 2015.

NYE, Joseph S. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

NYE, Joseph S. **The future of power**. Public Affairs, 2011.

ODELL, John S. (Ed.). **Negotiating trade: Developing countries in the WTO and NAFTA**. Cambridge University Press, 2006.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. **Foreign Direct Investment Statistics: Data, Analysis and Forecasts**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/statistics.htm>. Acesso em: 8 abr. 2025.

OKSAMYTNA, Kseniya; BOVE, Vincenzo; LUNDGREN, Magnus. Leadership selection in United Nations peacekeeping. **International Studies Quarterly**, v. 65, n. 1, p. 16-28, 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. **A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas**. 2010.

ONU. **Relatório da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2017. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1306299?v=pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ONU. Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade). **UN Commodity Trade Statistics Database**. New York, 2023. Disponível em: <https://comtrade.un.org>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ONU. United Nations. **Approved Resources for Peacekeeping Operations for the Period from 1 July 2022 to 30 June 2023**. New York: UN Peacekeeping Financing Reports, 2023. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3979955?v=pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ONU. United Nations Peacekeeping. **How we Are Funded**. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded>. Acesso em: 08 abr. 2025.

ONU. United Nations Peacekeeping. **Troop and police contributors archive (2000–2023)**. New York: UN, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PASSOS, João Henrique Sidrim. **Empreendedorismo da Base Industrial de Defesa e a projeção internacional da defesa brasileira no século XXI**. Brasília: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. UFRGS Editora, 2003.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira. **Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2001**, 2011.

RAMALHO, Antonio; GOES, Fernanda. Aspectos do financiamento das Operações de Paz da ONU: implicações para a política externa brasileira. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

RESENDE, Isadora Lima. **Responsabilidade ao proteger e Minustah: a construção de uma doutrina para a utilização da força em operações de paz**. 2019.

ROCHA, Breno de Sousa. **Os interesses para atuação em missões de paz: participação brasileira na MINUSTAH como análise de caso sobre a perspectiva da teoria da escolha racional**. 2024.

ROSA, Marcela Tarter. A Política Externa Brasileira e a Multilateralidade: A Inserção Internacional do Brasil Como Membro Do Brics. **Revista UniCuritiba**, v. 1, n. 19, 2014.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. **Peacekeeping Operations Database**. Stockholm: SIPRI, 2024. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/pko>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SOARES, Joabson Cruz. O Processo Decisório Brasileiro para o envio de Tropas em Operação de Paz da ONU. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, v. 15, n. 1, 2024.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

SOUZA, Matheus de Oliveira. **Política externa como política pública: análise da participação do Brasil em missões de paz das Nações Unidas a partir do modelo de coalizações de defesa (2004-2018)**. 2022.

STAVINS, Robert N. Environmental economics and public policy. **Books**, 2000.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western world: How emerging powers are remaking global order**. John Wiley e Sons, 2017.

TRADING ECONOMICS. **Brazil - Military Expenditure (% of GDP)**. 2023. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/brazil/military-expenditure-percent-of-gdp-wb-data.html>. Acesso em: 6 abr. 2025.

UNCTAD. **World Investment Report 2020: International Production Beyond the Pandemic**. New York: United Nations, 2020. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2020>. Acesso em: 9 abr. 2025.

UNCTAD. **World Investment Report 2021: Investing in Sustainable Recovery**. New York: United Nations, 2021. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2021>. Acesso em: 9 abr. 2025.

UNCTAD. **World Investment Report 2022: International Tax Reforms and Sustainable Investment**. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2022_en.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

UNCTAD. **World Investment Report 2023: Investing in Sustainable Energy for All**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>. Acesso em: 9 abr. 2025.

VALENÇA, Marcelo Mello; AFFONSO, Luiza Bizzo. O papel da cooperação humanitária na política externa brasileira como estratégia de soft power (2003-2016). **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy e International Relations**, v. 8, n. 15, 2019.